

LAR NS DA CONSOLAÇÃO NÃO MAIS SERÁ DESPEJADO

As 250 crianças do Lar Nossa Senhora da Consolação não correm mais o risco de serem despejadas das casas que ocupam na rua Gravataí: a diretora da entidade, irmã Irene Alves Lopes, já tem o dinheiro suficiente para comprar os imóveis, o que deve ocorrer nos próximos 15 dias. Os 18 milhões de cruzeiros que faltavam para a aquisição (irmã Irene possuía 12 dos 30 milhões necessários) foram fornecidos pela Secretaria da Promoção Social, a pedido do Fundo de Assistência Social do Palácio do Governo.

A verba encerra uma longa campanha, iniciada no final de 1978, quando uma construtora pretendeu comprar toda a esquina da rua Gravataí com a Calo Prado, e o Lar foi ameaçado de despejo. Na ocasião, a religiosa conversou com os proprietários, a família Nori da cidade de Santa Rita do Passa Quatro, e obteve prioridade para a negociação, com as casas avaliadas então em dez milhões de cruzeiros.

Em julho do ano seguinte, irmã Irene tinha juntado apenas um milhão de cruzeiros, conseguidos através de pequenas doações de particulares e empresas. Se tivesse que sair, comentava na época, "tudo iria ficar mais complicado, porque as crianças maiores estão matriculadas nas escolas da Consolação e não temos condições de transferir todas para a periferia".

"DEUS AJUDA"

Irmã Irene Lopes conhece todas as suas protegidas pelo nome. "E pelas manhas também — garante, lembrando que "todas elas chegaram e continuam chegando numa situação de dar pena, os pais mortos, sumidos ou na miséria, geralmente em condição de subalimentação. Os meninos ficam até os seis anos, e as meninas podem continuar até os dezoito, saindo daqui pelo menos com uma profissão".

A possibilidade de comprar as casas e dar mais segurança às crianças é, para ela, "a realização de um sonho, para reforçar a certeza, que a gente possui, de que Deus ajuda, e sempre dá o recurso de acordo com a necessidade. Basta acreditar e lutar sempre".

O Lar Nossa Senhora da Consolação é mantido basicamente com a ajuda da caridade pública. A despesa média é de 550 mil cruzeiros por mês, dinheiro gasto na compra de leite (50 litros por dia), pagamento dos 18 funcionários que fazem limpeza, cuidam da creche e das roupas, e no pagamento do aluguel, que agora vai acabar. Recentemente, irmã Irene adotou um sistema mais simples para coletar doações, com um carnê que os contribuintes podem pagar em qualquer agência do Banco do Estado de São Paulo.

"As crianças são muito unidas — diz ela — e aprendem desde cedo que elas são sua própria família, e um tem que ajudar o outro". Dos quatro meses aos dois anos, ficam no berçário, e dos dois seis anos vão para a creche, sempre em grupos mistos. A partir daí, os meninos são devolvidos às suas famílias ou, na falta destas, a outras entidades. As meninas, separadas em duas faixas de idade — de 7 a 13 e de 13 a 18 anos — continuam no Lar, estudando nos colégios Caetano de Campos ou Marina Cintra, e, mais tarde, vão aprender uma profissão, geralmente na Escola de Enfermagem da Cruz Vermelha Brasileira.

"SEM PATERNALISMO"

Na irmandade das Filhas da Caridade de São Vicente de Paula, irmã Irene Alves Lopes aprendeu que "a vocação é uma coisa simples que, para ser realizada, basta a gente assumir a vontade natural". Sua vocação ela diz que descobriu muito cedo, na mesma casa onde nasceu, na antiga rua Formosa — atual Barão do Rio Branco —, em Fortaleza: "Ali minha mãe recebia as famílias pobres e praticava a caridade".

O noviciado, ela fez na França, entre 1922 e 1925, "quando tudo ainda era tristeza e destruição, e o povo ainda estava traumatizado pela primeira guerra". Esteve depois no Rio, em Pernambuco, no Rio Grande do Norte, em Minas Gerais, chegando a São Paulo em 1951. Em outubro deste ano vai completar 81 anos de idade, 59 dos quais dedicados à educação e assistência à infância.

"Sem paternalismo — garante a religiosa — é possível educar com bons resultados, mesmo a criança mal alimentada. Nós não damos a casa, mas os meios para ela crescer e adquirir sua casa com seu próprio esforço". Também não é preciso muita disciplina, "porque as próprias crianças aprendem a se respeitar, se permitimos que fiquem unidas".

Da janela do Lar, irmã Irene pode ver o portão do parque onde os menores passam a tarde. Daí ela acena, e ali mesmo resolve pequenos desentendimentos, providencia o curativo para uma raladura, e é chamada de "Vó", mesmo depois de uma repreensão, sempre branda. Ela diz que "o paternalismo vicia", e criou um termo para esse vício: "a pessoa fica 'dengando', esperando a solução dos outros".

"Muita gente simplesmente dá ajuda ao pobre — comenta — mas o mais certo é pegar a criança, educá-la e dar a ela condições de se tornar autossuficiente".



COBES pressionada por moradores

Uma Assembléia, no último dia 16, reuniu 200 donas-de-casa do Jardim São Nicolau, na Zona Leste da cidade, para discutirem a necessidade da imediata inauguração da creche do bairro, pronta há mais de 2 meses.

Wilson Quintela Filho, da COBES — Coordenadoria do Bem Estar Social — foi o principal convidado, que chegou com uma hora e meia de atraso. Segundo a opinião das organizadoras da Assembléia, o atraso mostra o pouco caso o desrespeito que as autoridades têm para com o povo.

Mantidas pela Ação Comunitária do Burgo Paulista, duas creches funcionam na área. Uma nas dependências da Paróquia do Burgo Paulista e outra, extensão da primeira, na Sociedade Amigos de Bairros do Jardim São Nicolau. As más condições das instalações, uma vez que não são apropriadas a manterem crianças no local, foi o que motivou o movimento de luta por creches que, além de reivindicar a inauguração da creche do São Nicolau, exige que os funcionários sejam do bairro.

"Há quatro anos essa creche é provisória. Lutamos e conseguimos a construção de uma creche direta, mantida pela Prefeitura, mas o que adianta isso, se a creche continua fechada? "perguntava a Comissão de luta por creches à Wilson Quintela.

A partir do dia 1.º de agosto, as crianças da creche provisória do São Nicolau, instaladas na Sociedade Amigos de Bairro terão que encontrar outro local, pois, além do prédio ter sido construído sem nenhum cuidado com a ventilação, sem refeitório ou dormitório, on-

de as salas de criatividade não passam de estufas no calor e geladeiras no inverno, nossas atividades também foram prejudicadas, afirmava o documento da Sociedade, lido por seu presidente ao sr Wilson Quintela.

"Duas das nossas crianças estão internadas com pneumonia e várias já sofrem de bronquite", enfatiza Edith, coordenadora da creche. "Não temos qualquer espaço para as crianças, não temos brinquedos, e ainda é mais deficitária a alimentação" A creche foi fechada o ano passado por falta de alimentos, repostos pelas mães.

Atualmente as crianças tomam chá, porque não há condições de comprar leite. Edith ainda completou — “não possuímos qualquer lugar de lazer, os maiores brincam nos terrenos baldios próximos ao prédio, não existe luz natural, a luz elétrica é constantemente usada. Nossas condições nunca foram boas, mas a necessidade nos fez ocupar este local. Mesmo se a Sociedade não exigisse nossa saída, seria impossível continuar”.

A CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS

“Queremos nossas tias do Bairro” eram os dizeres de dezenas de bandeirinhas que as crianças agitavam sem parar durante a reunião. Reforçando essa exigência, as mães afirmam que “não deixarão seus filhos com estranhos e não acham justo que pessoas de fora, que levam cartinhas influentes consigam o emprego e não aqueles que lutaram de verdade pela construção da creche”.

A necessidade da transferência da creche do São Nicolau para o novo prédio, a questão da contratação dos funcionários e a reivindicação de uma nova construção no Burgo Paulista foram abordados em três documentos entregues à Wilson Quintela. A assembleia exigiu ainda que ele assinasse, se responsabilizando por suas respostas.

A primeira palavra de Quintela foi de agradecimento à calorosa recepção (foi muito vaiado em razão de seu atraso) e depois explicou que não poderia se comprometer a entregar a creche, pois a EMURB, empresa responsável por sua construção, ainda não entregou o prédio, “pois foram localizados vários defeitos que estão sendo consertados”. A seleção de funcionários, por sua vez, acrescentou será feita mediante concurso. Garantiu, no entanto, “que as pessoas do bairro que fizerem o exame e forem aprovadas serão indubitavelmente contratadas”. A Comissão questionou então, se teriam acesso aos resultados dos testes e, já que o prédio não está pronto, onde colocaremos as crianças do São Nicolau?

“Já disse que não posso garantir a entrega. Prometo fazê-lo em 60 dias. Com relação aos resultados, os que tiverem dúvidas podem entrar com recursos legais e confirmarem suas notas”, foi a rápida resposta. A Sociedade se dispôs, por conseguinte, a adiar por mais 30 dias, ou seja até 1.º de setembro a exigência de desocupação do prédio.

Quanto à situação da creche do Burgo, afirmou Quintela. “a COBES já destinou a verba necessária e o terreno já foi escolhido”. Como prova e garantia de seu comprometimento, as comissões exigiram sua assinatura nos três documentos.

(Mária José Sarno)

Assistentes sociais: manipulação

"Exploradoras dos favelados", "parasitas". Foi com estas acusações que os vereadores do PDS Aurelino Andrade e Luis Peixoto reagiram às denúncias de ingerência política nas supervisões regionais da Cobes (Coordenadoria do Bem-Estar Social). Em vista disto e das ameaças de demissão que as assistentes sociais vêm sofrendo, a Associação Profissional dos Assistentes Sociais de São Paulo (APASSP), entidade representativa da categoria, convocou uma assembleia para definir a forma de apoio a ser dada.

Na assembleia, Luiza Erondina de Souza relatou os problemas que os funcionários da Cobes vêm enfrentando, citando as demissões de supervisoras de creche nos bairros de Campo Limpo, Santana, Vila Prudente e Santo Amaro por não

se enquadrarem nos "interesses da política do atual governo". Há ainda ameaças de demissão das supervisoras de São Miguel e Freguesia do Ó, sendo que o coordenador Wilson Quintella comprometeu-se a manter a funcionária desse último bairro.

Essas demissões, segundo os funcionários, são parte das pressões que políticos do partido do governo estão fazendo para colocar nos cargos vagos pessoas de seu interesse. E este sistema de "apadrinhamento político" será usado também na admissão de novos funcionários. É o que se conclui a partir das últimas medidas da Coordenadoria no sentido de abolir a forma de admissão de funcionários até então adotada. Como explicou a presidente da Associação, Maria do Socorro Reis, as assistentes sociais

eram admitidas a partir de prova aplicada pelos próprios funcionários das supervisões regionais e entrevistavam o candidato para observar sua sensibilidade social e a identificação com a comunidade. Agora, a Coordenadoria selecionará candidatos por meio de testes aplicados pela Fundação Carlos Chagas, escolhendo entre os classificados como "aptos" aqueles que se identificam com a política do governo e que são apresentados por políticos.

Segundo Maria do Socorro, esta questão é muito grave por três razões: 1.a) Não serão respeitadas as características e os problemas regionais; 2.a) Não estará havendo a participação da comunidade; e 3.a) Há 1.800 vagas a serem preenchidas em creches a serem implantadas.

O coordenador Wil-

son Quintella, no entanto, acha "perfeitamente natural" que o critério de seleção seja a identidade política do candidato e afirmou à imprensa que os cargos em supervisões regionais da Cobes são "cargos de confiança". E não estão sendo toleradas movimentações dos funcionários em relação ao problema, havendo, inclusive, queixas de perseguições.

A população tem-se manifestado contra a situação dos assistentes sociais, como fez na semana passada o Movimento de Luta por Creches, e a APASSP divulgou documento em que denuncia a manipulação na seleção de pessoal para as creches municipais, as demissões, o apadrinhamento político, e diz que a categoria só aceita "como juiz de sua prática a população com a qual está comprometida".

Jornal: O SÃO PAULO
26/6 22/07/1981
Data: 5
Pág.Página n.º
N.º do recorte 928

Bebê pegou infecção no hospital

A denúncia sobre infecção hospitalar não é nova. Ela aparece quase todos os dias nos jornais. Só que não vem dessa forma, ela vem revestida de outros problemas, que no final têm muito a ver com a questão da infecção hospitalar. Até um professor da Faculdade de Medicina da USP foi afastado recentemente do seu cargo no Hospital das Clínicas por ter denunciado essa gravidade.

O filho do sapateiro Jaime Almeida nasceu no dia 28 de maio último, e ele o visitou na maternidade no dia seguinte. As enfermeiras disseram-lhe que sua esposa Veroni sairia dentro de 48 horas, e a criança, em 72 horas. A seguir recebeu alta dentro do prazo quando ele foi buscar o bebê. 24 horas depois, as enfermeiras do Hospital e Maternidade de Maria S. A., localizada na Avenida Guilherme Cotching, n.º 940, Maria Baixa, disseram que tinham nascido uma bolhinha no pézinho. Ele só receberia alta no dia seguinte, informaram as enfermeiras.

Na segunda-feira, o filhinho de Jaime foi transferido para o Hospital Santa Cecília, localizado na Rua Marechal Deodoro, centro da cidade. Não avisaram seus pais, que moram a menos de 100 metros da maternidade de Vila Maria. Jaime não pôde visitar o filho no Hospital Santa Cecília, e ficou surpreso:

Fiquei desesperado, isso sim. Crianças com todos os problemas desde broncopneumonia até tuberculose. Mas nesse dia não vi o filho. Voltei no dia seguinte, e o médico me mostrou o meu filho. Ele estava com uma bolha na mão, e não conta dos dedos. Tinha uma ferida na perninha e já saía a pele, estava em carne viva.

Eu conversei com muita gente, com amigos, contando seu caso. Fui até de um amigo da família

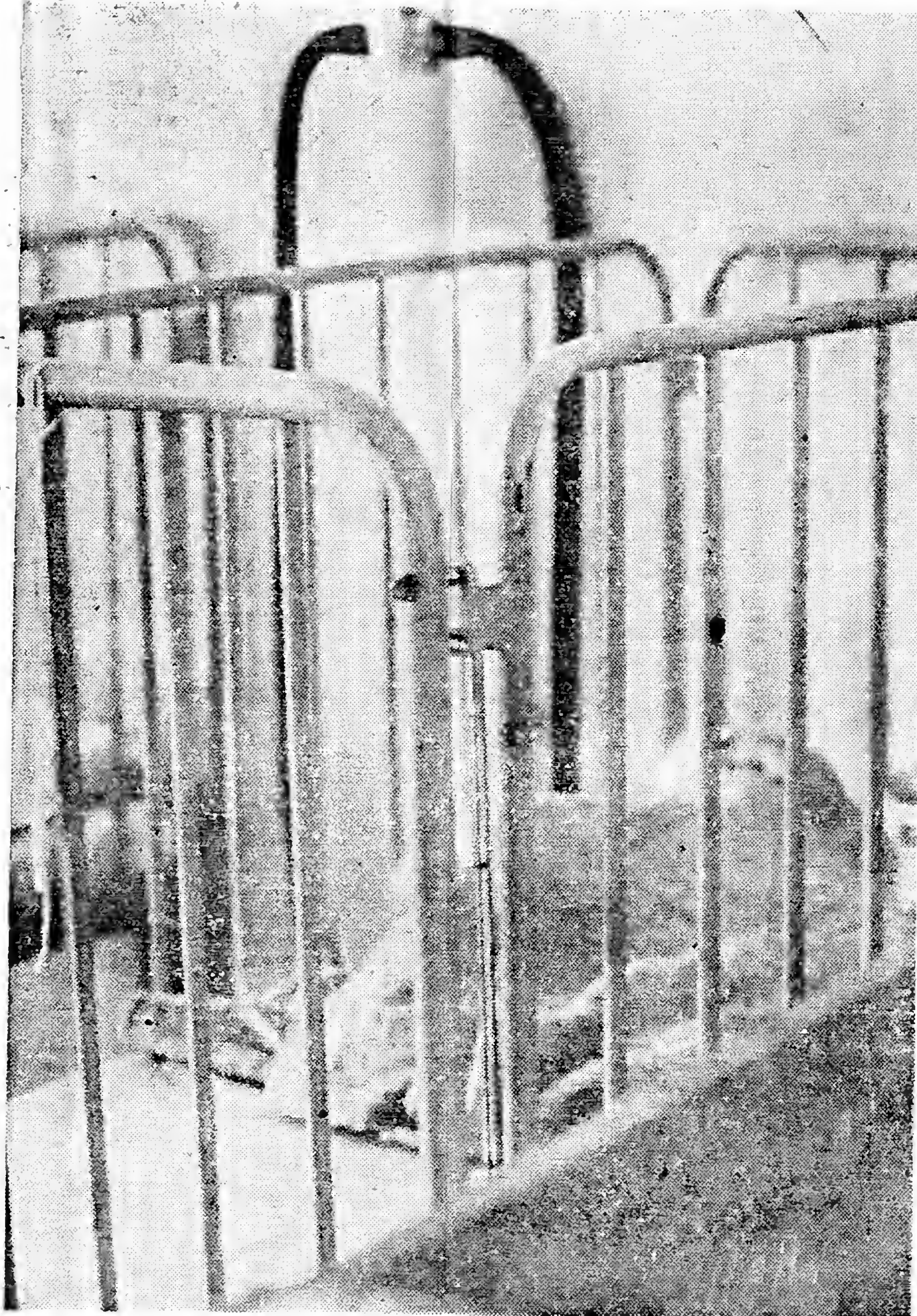
soube que tinha um médico conhecido que trabalhava no Hospital Ipiranga. Ele procurou o médico, que se comprometeu de tratar do garoto. Foi ao Hospital Santa Cecília, a médica disse-lhe que "poderia ser sífilis". Mas nem eu nem minha mulher, nem meus parentes temos sífilis, argumentou Jaime.

INFEÇÃO NO HOSPITAL

Ao falar que iria tirar o filho daquele hospital, uma enfermeira disse que Jaime teria de ir até a sala da assistente social, para preencher uma ficha, se responsabilizando pelo fato. Conversou com um médico no corredor, que lhe informou que seu filho provavelmente pegou infecção naquele hospital. "Pode ter sido através de contato com outras crianças com hematoma ou através da sujeira das mãos de alguma enfermeira", arriscou o médico.

O filhinho de Jaime ficou 8 dias internado no Hospital Ipiranga. Agora está em casa, à base de pomada antibiótica, permanganato de potássio que ele dissolve na água do banho e penicilina. Em casa a higiene está sendo feita pela sua mulher, Veroni, que apenas não sabe de uma coisa, por que Jaime não contou para ela:

— Vi quando meu filho ficou no Hospital Santa Cecília, recebendo aplicações de soro na cabeça. A picada do sangue escorria e eles nem limpavam. Vi algumas macas no canto, cheias de sangue, já velho, tudo sujo. (Rivaldo Chinem)



FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: *Folha de São Paulo*
Data: *02/02/81*
Pág: *13*

Pasta n.º

N.º do recorte

Concurso para as creches já tem *(R43)* inscrição aberta

A partir de hoje, estão abertas as inscrições no concurso de seleção de pessoal para trabalhar nas creches que estão sendo implantadas pela Prefeitura. As inscrições podem ser feitas até o dia 13, no horário das 9 às 18 horas, nas Supervisões Regionais da Coordenadoria do Bem-Estar Social (Cobes). *F/SP 2/4/81 p.13*

As provas, com 100 questões, serão realizadas pela Fundação Carlos Chagas, sendo classificado o candidato que obtiver um mínimo de 50 pontos. A classificação se dará entre os inscritos em uma mesma supervisão regional. O desempate obedecerá aos seguintes critérios: servidor municipal, casado ou viúvo com o maior número de filhos menores de 18 anos, casado e maior de idade.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal *FOLHA SPALCO*
Data *04/07/81*
Pág. *—*

Pasta n.º
N.º do recorte.....

**Prefeito vai
entregar hoje
FISP 4/7/81
três creches**

Dando início às comemorações do 2.º aniversário de sua administração, o prefeito Reinaldo de Barros entrega hoje três creches construídas na periferia de São Paulo. Além dessas, até o dia 12 outras 26 creches serão inauguradas em diferentes pontos da cidade.

As 11 horas será inaugurada a creche do Parque São Rafael 2.º, situada nas proximidades da favela do Jardim Vera Cruz, em Vila Prudente. Com área construída de 360 metros quadrados, a creche funcionará com 15 funcionários, atendendo a 70 crianças.

Depois serão inauguradas as creches do Parque Alto Rio Bonito, em Santo Amaro, e do Parque Fernanda, em Campo Limpo.

MUITOS QUEREM TRABALHAR

NAS CRECHES MUNICIPAIS



alta de documentação dificulta as inscrições

No segundo dia de inscrições, continuou muito grande o número de candidatos que se apresentam às perto de 2.200 vagas oferecidas pela Coordenadoria do Bem-Estar Social — Cobes, da Prefeitura Municipal para diversos cargos, em 63 novas creches em fase de construção ou a serem inauguradas em breve.

Os aprovados numa das 11 categorias — com salários variando entre 26.909 cruzeiros, para auxiliar de diretor de creche, e 10.270 cruzeiros, para servicial 1 — ficarão cadastrados pelo órgão municipal, para serem contratados à medida que as creches forem inauguradas. Acredita-se que no prazo de seis meses, todos os aprovados estarão em atividade. As inscrições prosseguem até o dia 13 deste mês, em 15 Supervisões Regionais de Serviço Social — Surs, da Cobes. No dia 18 de agosto, os candidatos devem retornar aos locais de inscrição para retirada de cartões, e os exames serão realizados no dia 23 daquele mês.

Segundo estimativas fornecidas pela Cobes, espera-se que cerca de 15 mil pessoas se apresentem para o concurso. Esse número poderá ser superado, já que algumas Surs, até o segundo dia, receberam

mais de mil inscrições, como é o caso da de São Miguel Paulista, onde compareceram 1.002 candidatos até o meio da tarde de ontem. Em outras regionais, porém, a procura foi menor — como Campo Limpo, com 156 inscrições; Vila Mariana, 280, e Santo Amaro, 475.

OS CANDIDATOS

Reconhecendo que os salários oferecidos são baixos — uma pajem, por exemplo, ganha pouco mais de dez mil cruzeiros por 48 horas semanais — os candidatos consultados atribuem o interesse despertado pelo concurso às dificuldades encontradas no mercado de trabalho.

Nerelda Gomes, formada em Nutrição e aluna do curso de Propaganda, prefere concorrer a uma vaga de auxiliar de diretor de creche — com vencimentos mensais de 26.909 cruzeiros por 40 horas semanais — do que permanecer desempregada. "Há muito tempo procuro serviço em meu setor, mas não consigo", explica.

Já Miriam Martins, formada em Pedagogia, transferiu sua inscrição de auxiliar de diretor para a de professora de educação infantil, pois, embora o primeiro receba um salário de 2.700 cruzeiros a mais, o cargo de professora exige ape-

nas 24 horas semanais. Admitindo que os 24.209 cruzeiros que poderá receber não significam muito diante do custo de vida, Miriam argumenta que é preciso sujeitar-se a esse salário, pois a remuneração de professores é baixa e dificilmente encontraria um emprego melhor.

Mas também para as mulheres com vencimentos mais baixos a procura tem sido grande. Creusa Araújo, candidata a pajem numa das creches de Santo Amaro, considera razoável o salário de 10.270 cruzeiros oferecido para o cargo. "Eu procuro emprego há mais de um mês e as ofertas são até abaixo disso", argumenta.

As regionais da Cobes vêm recebendo um número de interessados superior ao de inscritos. Conforme esclarece uma funcionária da Vila Mariana, muitos candidatos precisam retornar sem a inscrição, pois se apresentam sem a documentação exigida. Os interessados devem se dirigir à Surs mais próxima à sua residência, munidos de carteira de identidade, título eleitoral, certificado de registro — para os homens — ou certificado ou diploma de curso profissional a que concor-

Os cientistas sugerem que este "fator de crescimento epidérmico" pode manter a integridade funcional do sistema digestivo do bebê, além de promover seu crescimento.

Em Joinville, a vizinha é quem cuida da creche

WAGNER BAGGIO,
correspondente

JOINVILLE (SC) — Enquanto as mães trabalham, seus filhos ficam aos cuidados da vizinha, que se responsabiliza pela alimentação em cinco refeições diárias, lazer e alguma orientação educacional do pré-primário. As mães trabalham mais tranquilas e os filhos não ficam perambulando o dia todo pela rua. Este é o funcionamento básico do projeto Creche-Lar que foi implantado em Joinville, Santa Catarina, experimentalmente num dos bairros mais carentes da cidade o Profipo, com mais de seiscentas casas de madeiras construídas sobre terrenos baratos vendidos pela Prefeitura.

A experiência começou há dez dias, envolvendo trinta crianças, cinco mães e seis "tias crecheiras", por iniciativa da Fundação Municipal Albano Schmidt, voltada para a execução dos programas sociais da Prefeitura, com a ajuda da Legião Brasileira de Assistência (LBA), que entrou com recursos de Cr\$ 750 mil para levar o programa até o final do ano. Se der certo, será investido mais dinheiro e haverá outras famílias envolvidas no projeto.

A "tia crecheira", como foi denominada a vizinha que cuida das crianças, também é moradora do Profipo, mas não tem necessidade de trabalhar fora. E foi a partir de sua participação que o programa Creche-Lar foi possível, pois, princípio, se as voluntárias não aparecessem, o programa nasceria morto. Mas as assistentes sociais da Fundação Albano Schmidt, juntamente com professoras e atendentes, conseguiram, no trabalho preparatório, a adesão de algumas donas-de-casa. As mães que trabalham fora de casa, acharam tudo muito bom, e as crianças, também consultadas, declararam que gostariam de passar o dia com a "tia".

O DIA NA CRECHE

O dia de trabalho na Creche-Lar começa às 6 horas da manhã, quando a mãe sai para o trabalho. No caminho deixa os filhos com a "tia" que já deve estar preparando o café da manhã. Por volta das 7 horas, dá-se a primeira refeição para as crianças. Logo depois, elas saem para brincar sem que a gente precise dar orientação, porque as mães já recomendam pouca bagunça", comentou a "tia" Terezinha de Souza. "As 10 horas, elas recebem alguma fruta e não incomodam até a hora do almoço. Voltam famintas e é nesse momento que sentimos a tarefa mais trabalhosa porque, além de sobrar mais louça para lavar, os menores têm de comer antes. Ao mesmo tempo, sentimos que comem mais que em suas casas. Sai até competição para ver quem é o mais guloso, e a gente nem pode interferir nas brincadeiras, porque perdem o apetite."

Depois do lanche das 15 horas, a "tia crecheira" organiza brincadeiras para promover maior interação entre as crianças e, no final da tarde, tomam uma sopa leve. Toda a parte estrutural do programa é coordenado pela Prefeitura de Joinville, mas a parte material fica com a LBA. Os alimentos, não muito perecíveis, como café, leite em pó, arroz, feijão, farinha de trigo, óleo, temperos etc, a LBA entrega em quantidades que dão para um mês. O pão é a "tia crecheira" quem faz e os perecíveis como carne, verduras, frutas e legumes, são entregues semanalmente. Se as mães têm a vantagem de saber que os filhos estão bem cuidados, as "tias" também têm suas compensações. Elas recebem da LBA, "como recompensa", compras de alimentos mercais para sua família. Conclusão: a mãe aumenta a renda familiar e as "tias" economizam na alimentação.

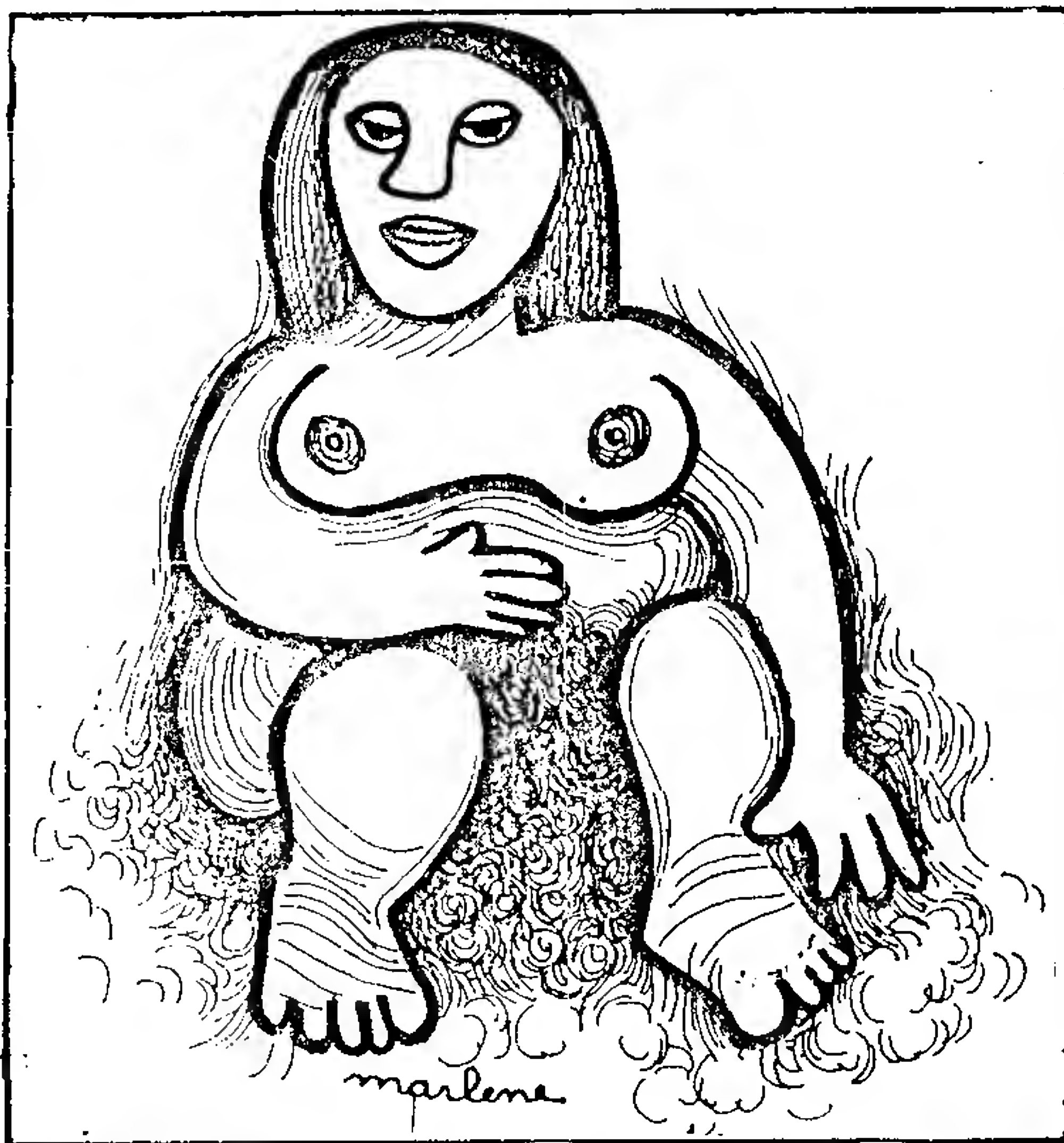
CUIDADOS

As crianças, nesses dias iniciais do programa, não reclamaram de nada. Na casa da "tia" Terezinha de Souza, a pequena Sônia, seis anos, disse que se diverte muito mais agora que em casa, porque tem mais amiguinhas para pular amarelinha ou até brincar de soldadinho. Sandro, de cinco anos, no começo parecia que não estava se encontrando, pois não achava direito que a Sônia organizasse as brincadeiras, e também porque tinha que cuidar da irmã menor. "A mãe pediu para eu ficar de olho nela", justificou.

Outra "tia crecheira", Maria Plácida da Silva, disse que com "o aumento da família", o trabalho dobrou. "É apurado, mas bastante divertido porque gosto de crianças e, no final, a gente percebe que se cansa só um pouquinho mais. Fora as refeições, o que toma muito tempo é a orientação de higiene: lavar as mãos, escovar os dentes, não comer nada do chão e o banho à tarde".

"CIÚMES"

Todas as "tias" dizem que as refeições marcam o momento de maior concentração da gurizada, "mas as aulinhas de desenho também distraem muito, e ninguém incomoda, porque é o passatempo preferido de todos", disse a "tia" Maria Plácida. Por isso, o sucesso inicial do programa poderá ser a confirmação de que todos precisam dele para que seja ampliado no início do próximo ano, apesar de terem surgido alguns pequenos problemas, já contornados, como "os ciúmes" dos filhos das "tias crecheiras". Na casa de Terezinha de Souza, sua filha Denise, de dois anos, foi categórica: "nos meus brinquedos, ninguém mexe".



Famílias lutam por casas e pela união do Jardim Robru

MARISTELA MAFEI

"Diziam que aqui era 'mocô' de bandido. Então a 'barca' chegava, e quem estivesse conversando, trabalhando na construção das casas de alvenaria ou fazendo os preparativos para algum acontecimento aqui na favela, era levado. Nas vésperas da visita do 'governo de integração' em São Miguel, então, nem se fala. A 'barca' passou em todas as favelas, e as lideranças da região foram para o DOPS."

Cansados de sofrer estas arbitrariedades, expostas acima por um morador local, os favelados da Cidade Nova Robru, localizada no Jardim Robru, bairro pertencente às adjacências de São Miguel Paulista, fundaram a União Independente dos Moradores da Cidade Nova Robru.

Com a entidade, os favelados pretendem defender os seus direitos de cidadãos comuns criando, ao mesmo tempo, um "instrumento legal de luta que possibilite a nossa união com outros movimentos da região, no Conselho de Sociedades Amigos de Bairro de São Miguel para, juntos, partirmos em busca de soluções dos problemas comuns", conforme afirma José da Silva, um dos habitantes mais antigos da Nova Robru.

MOBILIZAÇÃO

Em âmbito maior, a criação da União Independente da mobilização que os moradores da Nova Robru vêm mantendo desde 1978, ano em que a favela começou a surgir. "Na época, este terreno aqui da Prefeitura, estava com uma parte desocupada e com a outra tomada por uma chácara", lembra Simas, então funcionário recém-demitido do Hospital das Clínicas de São Paulo, que se viu obrigado a transferir-se para o local por falta de condições de pagar o aluguel da casa de dois cômodos em que residia.

Outros desempregados, como Simas, mudaram para as casas erguidas no terreno baldio, mas a maior parte das 43 famílias existentes no início da formação da favela era composta por nordestinos migrantes que acabavam de chegar a São Paulo. Desde o começo, os favelados esforçaram-se para erguer, no lugar de barracos de madeira, casas de alvenaria.

"As primeiras famílias que vieram para cá, temiam ver a favela crescer desordenadamente, sem os recursos mínimos, como água e luz. De outro lado, a gente estava naquele clima de greves que marcou o início do ano de 1978, e também sabíamos que os favelados da Zona Sul organizavam-se em caravanas para ir à Prefeitura exigir os seus direitos", lembra Simas, completando: "Tudo isso fazia com que nós também pensássemos em nos mobilizar."

Aos poucos, os integrantes da Nova Robru uniram-se às caravanas da Zona Sul e ao Movimento de Favelas de São Paulo, em torno das conquistas das necessidades prioritárias; paralelamente, o terreno no qual haviam se instalado foi sendo ocupado por novos moradores. Surgiu, na ocasião, outra questão: as famílias de retirantes que chegavam ao local não possuíam meios suficientes para erguer suas moradias. Na Favela do Robru, tiveram então início as assembléias para decidir como ajudar os mais necessitados; uma comissão de moradores foi eleita para fazer contatos junto à Cobes (Coordenadoria do Bem-Estar Social), visando à obtenção dos recursos necessários.

Através da coleta de assinaturas, assembléias e caravanas a favela Cidade Nova Robru conseguiu, no início de 1980, ajuda financeira da Prefeitura para cada uma das 93

famílias carentes construírem suas moradias. Os próprios favelados cuidaram da compra do material, do transporte e da construção das casas. "A Prefeitura queria — diz uma das moradoras — dona Ana — que construíssemos barracos de madeira. Mas não concordamos e, com o dinheiro, conseguimos erguer uma casa de alvenaria com dois cômodos e banheiro (inclusive com tubos para o escoamento do esgoto) para cada família." Este é um ponto, aliás, que os componentes da Robru orgulham-se em ressaltar: "Nós planejamos e construímos casas maiores e melhores que as do Promorar com um custo bem menor, de Cr\$ 56.000,00 por unidade."

Para preservar a construção das casas de alvenaria contra as investidas dos fiscais da Prefeitura, foi primordial a ação das mulheres. Fala dona Zilda, vice-presidente da União Independente: "Nós ficávamos o dia todo em casa e, quando os fiscais apareciam, a gente formava um grupo para contar a eles que as casas seriam construídas como nós queríamos. Houve uma ocasião em que recebemos um fiscal com cabos de vassoura e acho que, até hoje, ele está correndo morro abaixo."

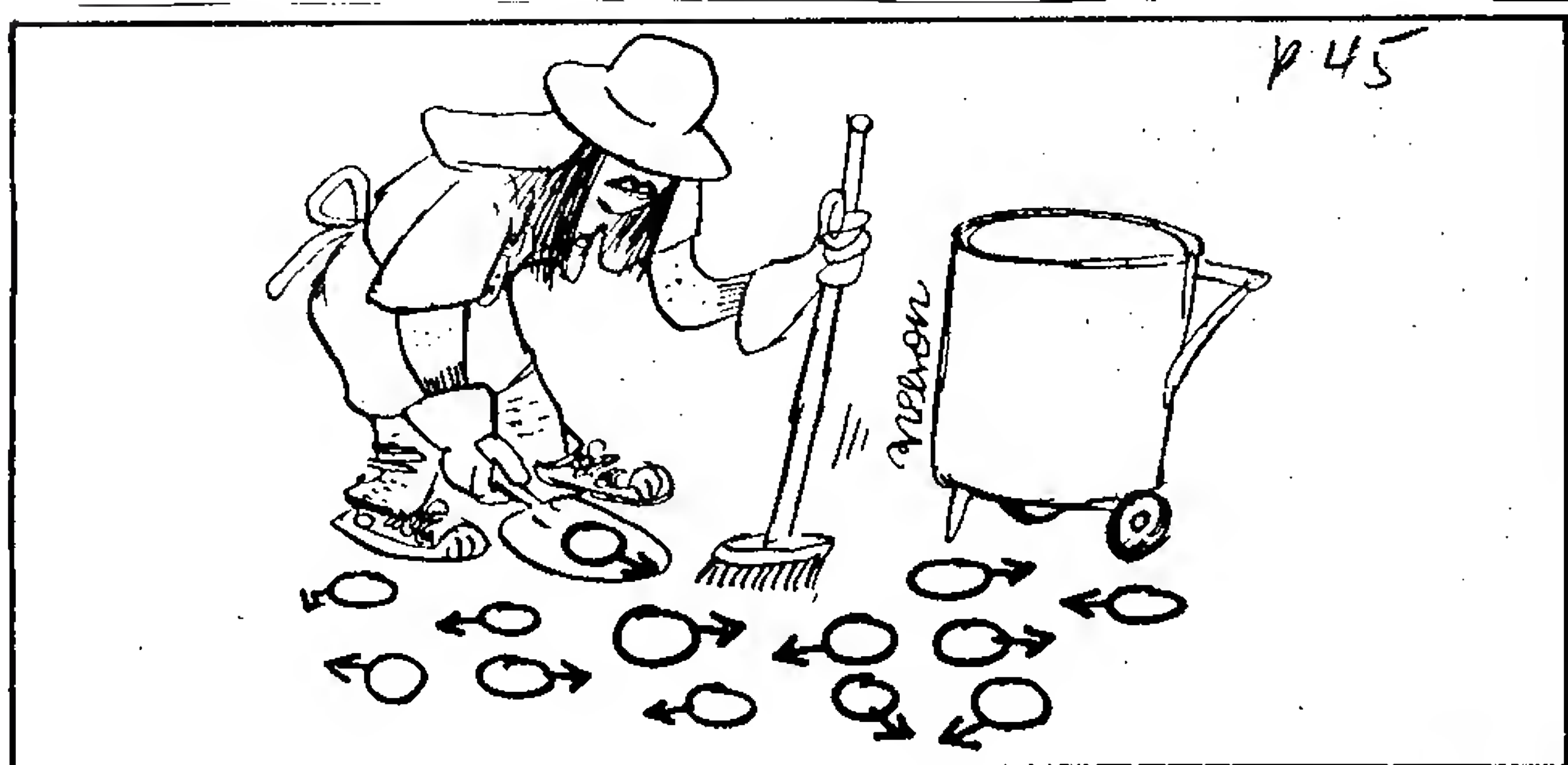
A luta específica dessas mulheres por creches, posto de saúde e alimentação adequada para as crianças, a partir de então, começou a se estruturar. Fundaram, em primeiro lugar, o Clube de Mães, agrupando cerca de setenta participantes. Da atuação do clube, resultou a conquista da minicreche para 46 crianças. E, mais tarde, no final de 1980, conseguiram, em conjunto com os movimentos populares do Jardim Robru, a instalação de uma creche-padrão, com vagas para 150 crianças.

Pesquisas relacionadas à área de saúde, mostrando a urgência da instalação de um Posto de Saúde no local, também foram realizadas pelas mães. Em meados de 1980, de 93 casas consultadas, em todas eram frequentes os casos de pneumonia.

Hoje, a favela Cidade Nova Robru conta com quinhentas moradias, 70% das quais compostas por casas de alvenaria. A ligação de água e luz individual, para cada família, foi instalada no final de 1980, com fruto da luta desenvolvida pela Robru juntamente com o Movimento de Favelas.

Conquistadas as necessidades básicas, os favelados passaram a ocupar o espaço da União Independente, com shows realizados pelo Movimento Popular de Arte de São Miguel, com palestras de parlamentares e líderes sindicais sobre temas de importância nacional e com reuniões das comissões encarregadas de cuidar do andamento das reivindicações pela rede de esgoto e posto de saúde.

Aulas do Mobral e exibição de filmes cedidos pela Associação Popular de Saúde da Zona Leste, como "A Luta do Povo", também já foram sediados pela União. E, no momento, seus integrantes ensaiam quadrilhas, preparam balões, quentão, pipoca e batata doce para a promoção da "1.ª Festa Junina da Cidade Nova Robru", que deverá ocupar os finais de semana até o final de julho. "Nós estamos soltando balões com pedidos amarrados na ponta, como manda a tradição. Só que com uma diferença: nossos pedidos são um ato de consciência", esclarece Simas. Assim, nos bilhetes enviados, são comuns as inscrições: "Liberdade para o povo"; "Sindicatos Livres" ...Não é à toa, por sinal, que a festa da favela Cidade Nova Robru está batizada com o nome de "Viva a Nossa Luta".



As pedras que formam o caminho da mulher

IREDE CARDOSO

Tenho ouvido, muitas vezes, reclamações cruas contra "feministas". Elas são "chatas", "brutas", "mal-educadas" etc. etc. Quando eu me declaro feminista, não sei se por delicadeza ou hipocrisia (por delicadeza, prefiro acreditar numa terceira interpretação), logo respondem: "Ah, mas você é diferente." O fato é que "ser feminista", até o momento, é terra de ninguém. Assim como "feminismo", é uma expressão ainda não conceituada e, esperamos, deverá ser constantemente debatida e reformulada. Em terrenos libertários, ninguém pode se arvorar em dono da verdade, em dono do "verdadeiro", já que "verdade" — para aqueles que sentiram e entenderam que tudo muda e tudo passa — é o conceito mais adequado no tempo e no espaço.

E qual seria o conceito mais adequado, nesse tempo e nesse espaço, para "feminismo"? O que é, afinal, "ser feminista"? A Frente de Mulheres Feministas, ao inaugurar a Casa da Mulher, na sexta-feira passada, promoveu, dentro da semana de comemorações que se seguiu, um debate sobre a questão. Vários grupos feministas estiveram lá representados. E, das exposições ouvidas, dos debates travados, percebeu-se, de modo geral, que, mais que decidir alguma coisa sobre a questão, as mulheres preferiram relatar o que vinham fazendo, nas mais diversas áreas de atuação.

Para muitas, o "feminismo" é uma luta autônoma — independente de partidos políticos — a partir da consciência da discriminação que a mulher sofre na sociedade, através da solidariedade, para encontrar meios e saídas contra essa discriminação, de modo a transformar essa realidade, eliminando a opressão e a exploração, em todos os níveis. Esse conceito inclui, evidentemente, em sua meta, a busca da utopia. E sempre repetimos que a utopia é a antevisão do amanhã.

Visionárias, as mulheres detestam a exploração, mas sentem muito mais, têm muito mais consciência da opressão que se exerce sobre elas cotidianamente. Especialmente as operárias, as trabalhadoras, as donas de casa das camadas mais pobres da população. Portanto, a maioria.

E, nessa questão, coloca-se o problema do poder. Feministas ou pretendendo-se feministas, todas nós sabemos que a primeira tentação a evitar é a do poder. O poder sob qualquer aspecto que se refira à opressão. Há poderes e poderes, e, por mais que o mundo repita que o poder sempre corrompe, nós, feministas, estamos questionando essa afirmação. Muitas de nós podemos sentir que o poder, quando é o da verdadeira representatividade e não serve a objetivos pessoais; o poder, quando expressa a força da organização popular; o poder, quando traz, em seu bojo, o consenso, não é senão a expressão do poder de cada um. O poder de cada um ao não admitir a opressão e de ter recursos de organização para não viver esta opressão.

Todavia, para se chegar a essa utopia, as mulheres sabem que muitos problemas deverão ser ultrapassados por nós todas. Entre os grupos, muitas divergências surgem, relativas, principalmente a questões de ordem puramente pessoal. É claro, "nobody's perfect". Mas há um esforço notável, especialmente entre as feministas que levam ao pé da letra a necessidade da autonomia do movimento, para superar esses "defeitos" típicos de quem sempre viveu "aquela opressão", às vezes nem bem na vida pessoal. Surgem as que desejam sobressair-se mais; as que querem ser mais "espertinhas", mais "vivas"; "mais isso" ou "mais aquilo". Mais "sabidas", mais "lidas". E esse "mais" é bem o fruto da orientação social competitiva em que vivemos. O que as feministas já entendem há muito tempo, é que nada se faz sem que se desenvolva o magnífico e gratificante trabalho de equipe. É claro que uma é sempre "mais" alguma coisa que a ou-

tra. Disso ninguém pode duvidar. Viva a diferença! Essas diferenças anteveram o maravilhoso dia em que o coletivo não apagará o individual. Outra utopia.

Então, nesse sentido, o feminismo é uma proposta, lançada a homens e mulheres, para que não só procurem transformar a realidade que os cerca, mais próxima ou não, como também procurem transformar-se internamente, flagrando e eliminando o ditatorial que os penetrou. Daí porque não se pode ficar, por aí, falando que "feminista" é "mal-educada", etc., etc., porque essa é uma característica bastante disseminada em nossa sociedade. Não é essencial a nós, mulheres. Bom é lembrar também, como disse Sílvia Pimentel, da frente e advogada brilhante, que o feminismo é um movimento político que busca redefinir a identidade da mulher. Visa a superação da subalternidade e da opressão em que vivemos, atuando no sentido de transformar a sociedade, tendo em vista a emancipação sócio-econômica, política e cultural da mulher — diz ela. Assim, alinha Sílvia, temas como creches, salários iguais para trabalho igual, assistência à maternidade, liberdade sexual, direito à opção, face à maternidade, liberação do aborto, melhores condições de trabalho, igualdade de direitos, redefinição da divisão social do trabalho — dentro e fora do lar, questionamento do poder, da hierarquia e autoridade a nível familiar, social, político, organização contra a violência, etc., são os traços fundamentais da ação feminista. E esperamos também a alegria e generosidade. Como se vê, o caminho está sendo andado.

“Democratização” da Cobes ameaçada por clientelismo

DÁCIO NITRINI

Uma das primeiras experiências de organização democrática de um órgão público da Prefeitura está sendo posta em cheque, com a candidatura do prefeito Reinaldo de Barros a governador. A tentativa de transformar a Coordenadoria do Bem Estar Social (Cobes) em cabo eleitoral do PDS está desvirtuando a sua linha de básica de trabalho — “servir à comunidade e não aos governantes” — definida depois de profundas discussões entre todos os funcionários em 79.

Para que esse esquema eleitoral seja implantado, vários técnicos reconhecidamente capacitados estão afastados de suas funções, assistentes sociais foram demitidas e até mesmo representantes de movimentos de reivindicação popular estão sendo cooptados, através de contratação para trabalhar para a Prefeitura, segundo denúncias de funcionários demitidos. Além disso, vereadores governistas, do esquema de apoio à candidatura Reinaldo de Barros, insistem na demissão de mais funcionários da Cobes. E pedem que as novas contratações deixem de obedecer às regras de seleção já aprovadas, para empregar seus apadrinhados, a serviço de interesses do PDS.

A Cobes atualmente tem cerca de 2.500 funcionários, dispõe de uma verba de mais de 3 bilhões de cruzeros para o atual exercício e tem como meta, atender às necessidades sociais de cerca de 4 milhões de habitantes da Capital, com renda familiar abaixo de 5 salários mínimos. Basicamente, a Cobes trabalha nos projetos de implantação de creches e de melhoramentos para a população favelada, embora tenha atuação também na área de alfabetização e de formação profissional.

Diálogo com população estabelecia objetivos

O calhamaço de papel onde está impressa a “Política de Atuação e Estrutura Organizacional da Cobes” não é diferente dos outros milhares de trabalhos escritos, às vezes com boas intenções, por tecnocratas governamentais. Mas esse projeto surgiu de modo inusitado. Nele, cada palavra representa o pensamento dos funcionários sobre os objetivos da Cobes e a melhor maneira para atingi-los.

Há quem afirme ser esse o primeiro trabalho realmente democrático, para fixar diretrizes de um órgão público. Mas hoje, um ano e meio depois de aprovado, está prestes a se diluir, para dar espaço à manipulação eleitoral. Conta-se, na Cobes, que essa filosofia democrática de trabalho não existia antes da greve do funcionalismo público, ocorrida há quase 3 anos. Nela, os integrantes da Cobes tiveram um papel relevante. E se não ganharam o aumento salarial pedido, pelo menos ampliaram ainda mais a consciência que tinham sobre a realidade social.

ORIGEM

Nessa fase, então, surge uma postura adotada por quase todos os funcionários da Cobes, que hoje se choca com os interesses da candidatura do prefeito: “A nossa visão da realidade social nos deu a consciência de que um órgão público deve colocar-se a serviço do povo, e não de um governo, que é uma administração temporária”, explicou um deles. A “descoberta” dessa filosofia coincide com a mudança do coordenador. Após a saída de Olavo Setúbal da Prefeitura, assume Reinaldo de Barros, que leva para coordenar a Cobes, Teresinha Fram.

Nova no cargo, Teresinha se dispõe a sondar as aspirações dos técnicos da Cobes. E as assistentes sociais, sociólogos e demais funcionários, que acompanhavam de perto a evolução dos movimentos comunitários, conhecendo profundamente as necessidades da população de baixa renda da periferia da Capital, passaram, então, a participar, concretamente, da elaboração de uma política para a Cobes.

De modo sintético, essa linha de trabalho, segundo alguns funcionários do órgão, pode ser explicada como sendo o “reconhecimento de que os serviços prestados pela Cobes constituem-se em direitos sociais da população, e nunca ajuda de governantes ou benefícios concedidos”. Partindo desse ponto, os integrantes da Cobes passaram a reconhecer que os programas e as propostas de soluções teriam de ser submetidas às considerações dos grupos populares. E mais, que a própria Cobes deveria dar espaço para a população de baixa renda discutir e interferir na definição da sua política social.

Nesse contexto, percebeu-se também que toda a ação da Cobes deveria ser descentralizada e regionalizada, “para que captássemos exatamente as necessidades de cada área, pois os problemas de Vila Mariana, é lógico que são diferentes dos de São Miguel Paulista, por exemplo”, explicou uma assistente social. Ela ressaltou que desse modo, ao assegurar a participação popular de maneira direta, na atuação da Cobes, ficou explicitado também que “os próprios técnicos da Cobes participariam das decisões de nível político da entidade”.

TRANSFORMAÇÃO

Firmadas essas diretrizes, a Cobes estava fadada a uma transformação: “Precisava-se de uma estrutura menos burocrática e mais prática, tanto a nível de Supervisão Regional de Serviço Social (Surs), como dos órgãos de Assessoria Técnica”, explicou um sociólogo. Importante, também, é que para ser coerente com essa filosofia, concordou-se que todos os chefes dos setores executivos fossem eleitos por seus subordinados. Esse ponto chegou a ser concretizado, mas com a saída de Teresinha Fram e a chegada de Wilson Quintela, alguns supervisores de Surs foram transferidos e os substitutos foram nomeados pelo novo coordenador.

No projeto Cobes, além disso, foram criados Conselhos Consultivos, órgãos a serem acionados em momentos de “grandes decisões”, como por exemplo, aprovação de uma proposta orçamentária ou mudança de política de atuação. Nesse Conselho, também estava reservado lugar para as representações da comunidade. Mas elas fariam parte dele apenas quando sentissem que isso seria necessário.

Mas, um dos pressupostos fundamentais para garantir a viabilidade da Cobes, como estrutura a serviço da população e não de governantes, era o da “democratização das informações”. “Ninguém decide nada se não estiver bem-informado”, afirma uma das defensoras da “Cobes democrática”. Lembrando que esse é um momento importante para a sobrevivência dessa linha política, outra técnica da Cobes, ao avaliar o trabalho desse ano e meio que passou, disse: “Acho que tivemos ganhos e perdas, mas essa proposta, apesar de inusitada, provou sua viabilidade.” Já, outra funcionária da Cobes vai mais além e diz que a proposta de atuação apresentada a Teresinha Fram “corresponde ao próprio estágio de evolução da sociedade civil, que está conquistando espaço, não sendo mérito de funcionários da Cobes, e sim produto da força dos movimentos populares de ação social”.

Políticos dão apoio em troca de empregos

As investidas de setores do PDS contra funcionários da Cobes são facilmente explicáveis, segundo um assistente social da zona Leste. A linha de trabalho da Cobes, basicamente voltada para os interesses da comunidade, acaba quase sempre criando uma coincidência: os escolhidos para trabalhar nas creches mantidas pela prefeitura, na sua grande maioria, pertencem aos movimentos comunitários dos bairros. E, como é sabido, na periferia de São Paulo, os grupos populares mais atuantes são de oposição. Raramente apolam o PDS. Portanto, os técnicos que quiserem manter os critérios seletivos adotados pela Cobes, acabam esbarrando na estratégia da candidatura de Reinaldo de Barros, que desde que assumiu a prefeitura de São Paulo, gosta de repetir que governa “de costa para a praça da Sé”, voltado para a periferia. Ou melhor, para os votos da periferia.

As demissões ou afastamento desses funcionários começaram desde que Wilson Quintela substituiu Teresinha Fram na direção da Cobes. O motivo alegado é, invariavelmente, o de "necessidade de serviço". Assim, no início do processo de adequação das chefias da Cobes aos interesses eleitorais do Prefeito, a supervisora Maria Adelina Pascoal, da Surs de Campo Limpo, foi demitida do cargo. E sua substituição, feita sem nenhuma consulta à equipe, em claro desrespeito à linha proposta no projeto original. Na Regional de Vila Maria — Vila Guilherme, outra supervisora de Surs foi ameaçada. O próprio Reinaldo de Barros chegou a convocá-la a seu gabinete para que a assistente social lhe desse explicações porque estaria "falando mal" do governo, segundo informações de um grupo de moradores de favelas da área. Nessa região, havia um forte movimento de favelados, que na época, não aceitava financiamento do BNH para construção de novas moradias. A posição de independência da técnica foi entendida como de oposição.

SÃO MIGUEL

Na regional de São Miguel Paulista, como já foi denunciado, o vereador Aurelino de Andrade, do PDS, ainda está pressionando o prefeito para retirar o supervisor da Surs local. Aurelino vem se reelegendo para o cargo de vereador há várias legislaturas, sempre ao lado do governo. Agora, quer a regional trabalhando para ele, em troca de seu apoio à candidatura de Reinaldo na convenção do PDS. Mas da tribuna da Câmara, seu discurso é outro: "Os funcionários da Cobes é que estão fazendo coisas perniciosas, com o fito de agitar, de atingir alguém", afirmou ele recentemente.

Luís Peixoto, outro vereador do PDS, com reduto eleitoral na área da Freguesia do Ó, também quer a retirada de alguns funcionários da Cobes que trabalham na sua região. Ele acusa, da tribuna, que são as assistentes sociais da Cobes que estão fazendo política "a serviço de uma filosofia que não interessa a nossos filhos." Na verdade, segundo técnicos da Cobes, Luís Peixoto quer é indicar nomes para os cargos abertos com a ampliação da rede de creches do município.

Em Santo Amaro, outros setores do PDS, mais ligados à candidatura do vice-governador José Maria Marin e ao secretário do Interior, Artur Alves Pinto, é que fazem pressão contra a filosofia de trabalho da Cobes. Ali, há algum tempo, uma funcionária da Surs chegou a ser demitida sumariamente pelo prefeito, porque havia discutido com a comunidade o nível da qualidade de construção da creche do bairro. Mas essa demissão acabou sendo revogada, depois de amplo movimento interno na Cobes, em sua solidariedade.

INTERNAMENTE

Mas a desestruturação da Cobes não é feita apenas de fora para dentro. O primeiro sintoma dela foi a queda de Teresinha Fram, que assumira toda a política elaborada pelos funcionários da entidade. Com a entrada de Wilson Quintela, revelaram alguns técnicos, ele logo passou a contratar novos funcionários, sem consulta ao setor de Recursos Humanos, como o projeto indicava. E mais, começou a isolar os técnicos mais combativos, as lideranças internas da Cobes, capazes de mobilizar todos os funcionários para a defesa da linha política proposta para a entidade. Assim, Luisa Erundina de Sousa e Assunção Andrade, sociólogas e assistentes sociais, perderam cargos de direção. Uma foi transferida para trabalhar no gabinete do Prefeito, outra voltou a ser técnica de base.

Um ponto nevrálgico dessa crise está sendo o critério para a contratação de novos funcionários para as 300 creches prometidas pelo Prefeito à população. Originalmente, a seleção deveria ser feita pela Cobes, usando um critério onde valeria, inclusive, a indicação dos próprios moradores da área. Wilson Quintela quis mudar a regra, pedindo que os técnicos da Cobes apenas relacionassem os candidatos considerados aptos, sem classificação, para que ele indicasse o escolhido. Houve resistência, movimentos internos — foi aí que Assunção Andrade, por exemplo, foi deslocada — até que a direção da Cobes recuou. Agora, quem fará a seleção é a Fundação Carlos Chagas. Técnicos da Cobes, no entanto, perguntam: "Mas como a população vai poder participar da seleção, se ela está na mão de uma outra entidade?"

BUTANTÃ

Na regional do Butantã, Ivo Carotini, o administrador, passou a atuar junto aos moradores de favelas, completamente fora dos parâmetros determinados pela filosofia original da Cobes, que é o de respeitar a independência dos movimentos populares. Uma das formas que o regional do Butantã está usando, para conquistar o apoio dos favelados da área, é o de contratá-los, nem sempre de forma regular, e colocá-los a serviço de suas posições políticas.

Na Favela Jardim da Abril, uma das antigas lideranças da comunidade, Dona Rosa, por exemplo, não esconde de ninguém que foi procurada por Ivo Carotini. Ele lhe teria dito: — "Dona Rosa, está na hora de a senhora começar a receber alguma coisa pelo trabalho que faz a favor dessa população." E dona Rosa, então, passou a ganhar um salário pago do próprio bolso do administrador, segundo informaram, para ajudar nos "atendimentos imediatos", espécie de "mini-governo de integração", que Ivo Carotini implantou na Regional.

Reinaldo acha que "não falhou"

Em dois anos de administração, duvida que alguém tenha feito mais e não aceita críticas

JANE SOARES E
DÁCIO NUNES

"Ser prefeito de São Paulo é o pior 'emprego' que alguém pode ter." Depois de dois anos de administração, que serão concluídos no próximo dia 12, o prefeito Reinaldo de Barros realizou o que o quebra a seu primo, o deputado Ademar Barros Filho, quando este fez votos mullis cadidatos A de pra R, depois de catilizar a a eta é Arduo, o candidato a lica-pior desafia: "Quem fez mais ou o q a frente da Prefeitura, que s me-elliga, "Irritando-se quando para nas pressões a que estaria dlos ou quando se menciona o o adtoe determinados programas, recu- a de Barros diz que não que mada.

Pois, falhou fazer? "Acompanhar refoimulher nos dias de férias, orla, ar com meus filhos, visitar um fazenda e talvez, ter acor-ão mais cedo e ter dormido mais tarde, para trabalhar mais em be-ueficia do "povo". No velho estilo populista — afinal, não se pode esquecer que o prefeito teve um lua "escola" com seu tio, Ademar de Barros — Reinaldo diz que está administrando bem esta cidade. "na maior velocidade possível". Reconhece, porém, que poderia ter feito mais. "Se não esbarraresse na crônica falta de recursos".

SEM DESCULPAS

O prefeito diz não aceitar a desculpa da falta de verbas para justificar o atraso de programas. Falando sobre o orçamento da Prefeitura para este exercício — de aproximadamente 200 bilhões de cruzeiros

Reinaldo de Barros diz que sempre achou o atual sistema tributário, que desliza a São Paulo apenas 14 bilhões, dos 129 arrecadados pela União ao município da Capital. Mas para o prefeito, não há coisa nada mais que fazer creches, como as apresentadas no Congresso dos Municípios, em Ribeirão Preto. Para ele, não é sua atribuição encaminhar sugestões sobre a tão falada reforma tributária, "que deve ser competência do governo federal, a menos que ele queira levar os municípios à falência".

Para provar que está realizando uma boa administração, Reinaldo de Barros procura sua "colcha" — um pedaço de papel onde marcou alguns números, cuidadosamente guardado em sua carteira e um álbum vistoso, onde no lado da sigla da Prefeitura, se alinham os dizeres "administração Reinaldo de Barros", e logo abaixo, "São Paulo para todos". O mesmo álbum que ele entregou ao presidente João Batista Figueiredo, em seu encontro da semana passada. Ali ficam as lembranças de seus pedidos mais frequentes são, pela ordem: diversão, para pavimentação e iluminação de ruas, creches, lutas de ônibus, produtos e postos de saúde.

Então, o conteúdo do mesmo programa que o prefeito afirma ter adotado no início de sua "gestão social", há dois anos. E por isto que ele diz que os movimentos populares de reivindicação em nada mudaram este programa. "Não aceleraram, não desaceleraram" o ritmo de sua administração. É evidente que o prefeito também tem números para provar que todos os pedidos relacionados estão sendo atendidos.

"COMPARAÇÃO"

Segundo ele, nos anos 70/79, foram construídas, por ano, uma creche, 21 escolas de educação infantil, dois postos de atendimento médico, pavimentados 350 quilômetros de ruas, iluminados outros 500 quilômetros e entregue 7.000 habitações. E, contraponto: "Atualmente estamos fazendo, por ano 70 creches, 24 escolas de educação infantil, 20 postos de atendimento médico, pavimentando 360 quilômetros de ruas, iluminando 2.000 quilômetros de vias e construindo 18 mil habitações."

Reinaldo ficou fôlego e continua: "o que se fazia, antes da minha administração, pelos lances?" Ele mesmo responde: "nada". Agora o prefeito se orgulha ao falar no Promorar, que conseguiu entregar, o ano passado, 29 casas-embrião, na Vila Maria, enquanto perto de outras 2.000 estão sendo viabilizadas.

Quanto às 50 mil unidades relacionadas no início de sua administração, o prefeito diz que "estes números eram inflacionários", que realmente a Prefeitura poderia doar executível estas construções, se não fosse a falta de verbas para construção, em um alto preço pedidos por elas. É certo que a Prefeitura tem condições de construir os 10.100 embriões, relacionados no álbum entregue ao Presidente. Mas é certo, também, que para isto, precisa de recursos do BNH. E ninguém es-

queceu — nem mesmo o prefeito — a dificuldade encontrada para a liberação destas verbas, apesar do programa ser prioridade federal. As casas da Vila Maria, por exemplo, só foram pagas depois de prontas, apesar do convênio assinado com o BNH, em julho do ano passado, que previa a construção de 3.500 embriões.

FAI TOU APOIO

Outra prioridade federal, "encampada" por Reinaldo de Barros, foi o programa de habitação, que ele afirma não estar atrasado um ano e meio, conforme declarou o presidente da CMPC, Modesto Staná, na última sexta-feira. E se existem os atrasos, a culpa é do Governo Federal, "que destituiu a indústria de 200 milhões para o programa e não pagou os convênios assinados o ano passado".

"Quem sustentou o programa foi a Prefeitura, que entrou com 80% dos recursos". As 10 linhas já existentes foram acrescidas de outras 4 na atual administração — o que significa 200 imóveis a mais —, enquanto outras 29 aguardam recursos para implantação.

O programa Pró-Favela, uma das prioridades do atual prefeito, implantou melhoramentos em 6 das 738 favelas existentes no município, enquanto estão em projeto obras em outras 6 e programadas 24 para serem atendidas. O Pró-Favela, que pretende dotar de infra-estrutura básica os loteamentos irregulares, prevê o atendimento de 15 dos 4.778 loteamentos do município, dos quais estão prontos, ou em obras, apenas 4. Deste total, apenas 584 loteamentos foram regularizados, enquanto outros 4.194 estão em "processo de regularização".

NECESSIDADES

É já que está se fazendo um balanço da administração, é preciso dizer que restam 4.000 quilômetros de ruas para serem iluminadas, 5.579 quilômetros para serem pavimentados, 970 quilômetros de creches para serem concluídos (a Prefeitura está realizando serviços em 30 quilômetros), 216 quilômetros de vias arteriais para serem feitas (estão em andamento, ou concluídas, 28 quilômetros), 200 pontos creches de creches para serem eliminados como consta no álbum. Isto sem falar em outras necessidades, como as próprias creches, escolas municipais de educação infantil, hospitais, postos de saúde.

O prefeito prefere falar que nunca pensou em extinguir órgãos públicos como a Empresa Municipal de Urbanização (Emurbi) ou a Coordenadoria Geral do Planejamento (Cogep). Ele diz, apenas, que "se elas não existissem, não seriam criadas". Mas Reinaldo garante que, agora, elas estão "adaptadas às suas finalidades". A Emurbi está se preocupando "com os programas sociais", a Cogep está "realizando um planejamento prático da cidade". Irritado, o prefeito desafia alguém a provar que o engenheiro Lúcio Illos, seu ex-secretário dos Transportes, nada entende de planejamento. Quem tiver qualquer dúvida, "pode examinar o seu currículo de engenheiro executivo, presidente do Instituto de Engenharia", como sugere o prefeito.

SEM PRESSÕES

Mas irritado mesmo, Reinaldo de Barros mostra quando se pergunta se a saída de Cândido Malta Campos Filho da Cogep não seria resultado de pressões, como o acolheu disse em entrevista à "Folha". "O Cândido nunca disse isto", grita o prefeito, apesar de ex-coordenador da Cogep nunca ter desmentido os termos da entrevista. "Nunca aceitei, não aceitei qualquer tipo de pressão, pouco a vontade de resolver os problemas quando sou pressionado."

Segundo Reinaldo, a substituição do coordenador da Cogep foi feita porque "precisamos mesmo poemas e mais trabalho", entalizando, porém, que não faz nenhuma restrição ao trabalho de Cândido Malta. "Um excelente planejador, que se adaptaria melhor nas funções de consultor".

E para provar que não aceita pressões nem mesmo da população, o prefeito conta algumas histórias acontecidas durante sua administração, quando cancelou obras prometidas porque jornais da região afirmavam que elas seriam feitas em consequência de pressões populares. "Isto não aconteceu. O povo pede, não exige."



Reinaldo diz que sua administração não teve falhas.

Diz que demite funcionário que se opuser a ele

O prefeito Reinaldo de Barros nega, nervoso, bateado com a mão na mesa, quando lhe criticam de que está usando a máquina administrativa da Prefeitura em favor de sua eleição para governador. Ontem à tarde, durante um balanço desses dois anos no cargo, o prefeito desmentiu várias vezes denúncias de funcionários da Coordenadoria do Meio-Estar Social (Cobes), de que ele estaria usando o órgão para conseguir votos. E negou que o novo secretário dos Negócios Extraordinários, Roberto Pestana Câmara, tenha sido nomeado para coordenar sua campanha, realizando total independência do governador Paulo Maluf. Enfim, mostrou-se um candidato com estratégia, preocupado em construir uma imagem de executivo seguro, autônomo, eficiente, sensívelizado com os problemas sociais. E ao mesmo tempo, alerta contra "os agitadores do povo".

O cargo de prefeito da Capital, disse Reinaldo de Barros, além de "administrativo", é essencialmente político. E por isso, ele não vê como a sua candidatura a governador possa interferir negativamente na administração da cidade. "Ao contrário, ao contrário", repete ele. "Porque quanto mais alçado em es- lver politicamente, será melhor para o povo".

CIDADÃO

O conceito de participação política dos administradores, para o prefeito, no entanto, parece ter dois pesos e duas medidas. Afirmando que "mudanças, mais do que eu" tem extrema cautela em não usar órgãos públicos, como a Cobes, por exemplo, como finalidades eleitorais, Reinaldo de Barros diz que "nunca pedi para funcionários da Prefeitura ficarem dizendo que o prefeito é o maior", mas que ele não admite que digam o contrário.

E ficou ainda a grande falta de contestação à sua autoridade e aos planos de seu governo a Cobes, um órgão da Prefeitura que, embora o prefeito negue, a maioria de seus assessores diz ser fundamental para a sua candidatura a governador, pois trabalha diretamente com a população carente da periferia, tradicional reduto da oposição. "Se eu quisesse trabalhar na Prefeitura para a classe média", disse ele, "porque estive em várias favelas fazendo pesquisa e o número de eleitores é baixíssimo, em cada quinze, só um tinha título".

a seleção para as creches? Falando em pressão política, mas a pressão política vem de lá para cá, e isso é sabotagem contra o prefeito."

"DR. AMPARO"

Mais uma vez, Reinaldo de Barros levanta o tom da voz, durante a entrevista. Agora é para contestar, que nomei Roberto Pestana Câmara — o "dr. Amparo", para o cargo de secretário de Negócios Extraordinários, ao montar a infra-estrutura de sua campanha eleitoral. "E me irrita", grita ele, agitando o braço, deixando ver sua pulseira de ouro, no pulso esquerdo. E, ao ser lembrado de que o próprio "dr. Amparo" deixou isso bem claro, no seu discurso de posse, há meses de um mês, a prefeito fica mais agitado, tira o touro do gancho e diz: "Bem, então vou mandar chamar o Amparo aqui, para vocês ouvirem dele que isto não é verdade. Mas ficou apenas na ameaça, pois logo em seguida decidiu explicar, em detalhes qual a situação "real", desse novo secretário."

O Amparo está aqui porque tem credenciais políticas na Grande São Paulo e eu preciso de alguém para me ajudar a receber aqui no gabinete, porque, afinal, são quase 200 pessoas que me procuram, diariamente. Para Reinaldo de Barros, há "uma certa implicação da imprensa" com o "dr. Amparo" porque "julgarão que ele está envolvido nos negócios da Freguesia do O", quando um grupo de manifestantes contrários ao governo foi agredido por forças para-militares. "Mas não é nada disso, o Amparo jamais participou de uma coisa dessas", diz o prefeito.

INGERÊNCIA

Apesar da defesa de seu novo secretário, sabe-se que Reinaldo de Barros, na verdade, foi obrigado a aceitar a indicação do "dr. Amparo" para coordenar sua campanha, por ingerência do governador Maluf. O prefeito, como sempre fez, em entrevista de ontem, agora mais esse ponto, já que isto poderia abalar a imagem de político autônomo, que pretende solidificar. Assim, nessa linha, rechaciu a hipótese de que um de seus projetos prioritários — o da ampliação dos linhas de trânsito — tivesse sido prejudicado porque o governador Maluf não estaria interessado no plano.

Reinaldo conta que solicitou ao governo federal, uma verba de Cr\$ 2,2 bilhões para realizar o plano, onde a Prefeitura, sozinho, investiria mais Cr\$ 2,2 bilhões. Ele diz que alguns meses depois, recebeu a segunda resposta do Ministério dos Transportes: o governo estadual dará Cr\$ 1 bilhão, a Prefeitura outro bilhão e, através do Programa de Financiamento para Pequenas e Médias Empresas (Fape), seriam emprestados mais Cr\$ 2 bilhões, sem que a Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU) cedearia apenas Cr\$ 200 milhões.

"NÃO DAVA"

"Assim não dava, sei reclamando e por isso disseram lá em Brasília que a verba não saiu porque havia conflito entre Prefeitura e governo estadual, em São Paulo". Outra vez, portanto, que atrapalhou a imagem do candidato Reinaldo de Barros. Mas isso ele nega outra vez, é claro, pois seu governo "não teve falhas".

Creches — a luta continua

Representantes de todas as regiões de São Paulo participaram, no último dia 27, de uma reunião do Movimento de Luta por Creches na Câmara Municipal. Cerca de 70 donas-de-casa discutiram qual deverá ser a posição do movimento frente às declarações do prefeito Reinaldo de Barros, do dia 11 de outubro de 79, feitas à imprensa, quando prometeu que 380 creches seriam construídas em São Paulo e que contariam com a efetiva participação dos pais e da comunidade.

Atualmente, entretanto, ele só fala na construção de 300 unidades. Apenas 72 creches diretas estão construídas e somente 33 funcionam. Quanto à participação da comunidade, um de-

creto de novembro de 80, vetou completamente a participação do movimento na escolha dos funcionários. A seleção será feita através de concursos organizados pela Fundação Carlos Chagas.

"O que mais repudiamos ainda, declarou uma das representantes do movimento, é o mais novo decreto que determina a nomeação direta, através de indicação política, das 300 diretoras de creches". Segundo Wilson Quintela, secretário da COBES, "são cargos de confiança e deverão ser preenchidos por pessoas de confiança. O movimento morreu, pois não terá acesso à creche".

As comissões denunciavam também candidatura do prefeito ao

governo do Estado, que "para isso resolveu usar nossos filhos, introduzindo o sistema de nomeação pela Prefeitura de todos os funcionários abrindo caminho para a escolha de seus cabos eleitorais".

Para apresentarem pessoalmente o repúdio à essas medidas, no próximo dia 15 de julho, todos os bairros onde existem a luta por creches "fretaremos pelo menos um ônibus, e esclareceremos essa situação". Para garantir a presença do prefeito, que já declarou que não mais receberia o movimento, uma comissão acompanhada de 2 parlamentares compareceu ao gabinete no dia 30 pela manhã, notificando ao sr. Reinaldo de Barros que já viriam com

lanches e cobertores para que pudessem esperar até serem atendidos.

Para que as discussões possam ser bem objetivas, esclarecem as comissões, que cada bairro apresentará um relatório detalhado sobre todas as irregularidades, além da elaboração de um ofício unificado do movimento, que deverá ser assinado, numerando todas as reivindicações que abrangem, desde construções mais adequadas que garantam a higiene, saúde e segurança das crianças, até um número maior de funcionários que tenham direito à alimentação, pois num dos últimos decretos os gastos com a alimentação já foram cortados.

(MJS)

Uma inauguração na Zona Norte

A reivindicação por uma creche no Parque Hospitalar do Mandaqui, é tão antiga quanto o próprio hospital, que já existe há mais de 50 anos. Considerada uma das bandeiras de luta mais importante para os trabalhadores, a Associação dos Funcionários, legalizado em 79, já denunciou inúmeras vezes, inclusive através da imprensa, o desvio das verbas destinadas para a instalação da creche construída dentro do próprio terreno do hospital.

Denunciando não só esse desvio, mas todos os desvios de verba destinados à reforma do hospital, a questão de ingerência política, en-

tre outros problemas, 9 funcionários, integrantes da Associação foram punidos em menos de três meses e os outros continuam a ser ameaçados até mesmo de exoneração.

Em meio a esse clima tenso é que a creche foi inaugurada, no último dia 17, pela esposa do governador do Estado, que recebendo uma placa de prata das mãos do Diretor Técnico, Auad Atala, agradeceu à Sociedade Beneficente do Parque Hospitalar do Mandaqui pela colaboração prestada.

Cafezinho e doces foram servidos. O convite aos funcionários foi feito através do relógio de

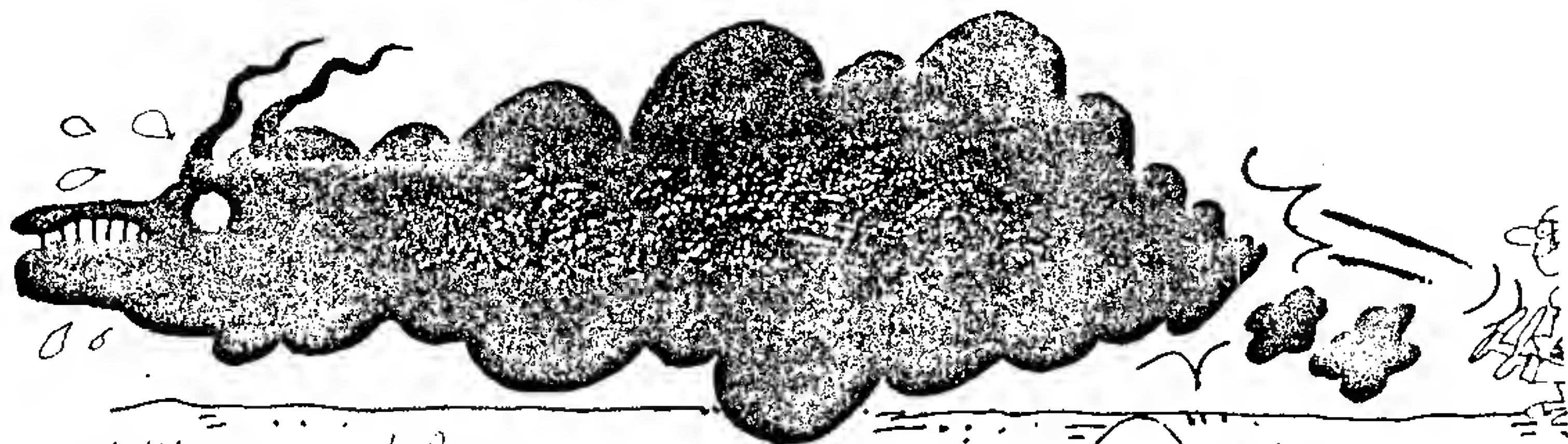
ponto. Um papel colado avisava a hora e quais as autoridades presentes. Durante a festa, do lado de fora, alguns atendentes e auxiliares de enfermagem espiavam a festa. Apesar de terem lido o bilhete não entraram, "estamos sujos e contaminados, ficamos sem graça de entrar, além do mais eles podem se contaminar", foi a justificativa.

A Associação lembrou ainda que o papel colado sobre o relógio de ponto não se tratava de um convite, mas simplesmente de uma notificação onde constavam a data e o horário da inauguração. "Recebemos esse bilhete com estranheza, pois desde

79 lutamos por essa creche que segundo nossa reivindicação deveria atender à crianças até 7 anos e não até 4 como foi agora determinado. Um outro fato que não podemos aceitar e que será motivo para nos organizarmos ainda mais é que nos sábados, domingos e feriados, a creche não funcionará enquanto os funcionários trabalham normalmente".

O reconhecimento por parte de todos os trabalhadores do Hospital, entretanto, não tardou. No mesmo dia, uma carta foi distribuída por todas as áreas agradecendo à Associação a conquista da creche.

(MJS)



“Creches são usadas para fins eleitorais”

PAULO SÉRGIO SCARPA

O Movimento de Luta por Creches acusou ontem o prefeito Reinaldo de Barros de estar usando, para fins políticos e eleitorais, a construção de creches e a nomeação de seus funcionários, afirmando, em “Carta aberta à população”, que o prefeito, no momento que se tornou candidato a candidato pelo PDS ao governo do Estado, “decidiu usar nossos filhos, introduzindo o sistema de nomeações pela Prefeitura de todos os funcionários das creches, abrindo caminho para a escolha de seus cabos eleitorais”.

O Movimento contesta ainda afirmações de Reinaldo de Barros, em entrevista publicada anteontem pela “Folha”, na qual afirma que a Prefeitura construiu, em dois anos, 72 creches na cidade. “Números são muito bonitos para serem apresentados a pessoas que não conhecem a realidade. Na verdade, das 72 creches inauguradas, apenas 33 estão funcionando e precariamente; além disso, devido à pressão dos moradores”, afirma uma das representantes do movimento.

Suas representantes lembram ainda que o prefeito havia prometido, no dia 11 de outubro de 79, a construção de 830 creches, que contariam com a participação dos pais e da comunidade na orientação pedagógica e que destinaria verba, no valor de nove bilhões de cruzeiros, para o programa. “A memória do prefeito mostrou-se bastante curta, já que passado pouco mais de ano e meio, reduziu o número de creches prometidas, para trezentos. Somente 72 foram construídas até agora e, dessas, apenas 33 estão em funcionamento”.

CRIANÇA E POLITICA

Mesmo reconhecendo que “não temos provas contundentes” para demonstrar a utilização política na construção de creches, as representantes do Movimento de Luta por Creches afirmam que “temos motivos para supor que a colocação de funcionários para as novas creches vem servindo a propósitos políticos eleitorais do sr. Reinaldo de Barros. Para tanto, basta analisar os seguintes fatos:

“A seleção do pessoal para as sete primeiras creches instaladas no bairro de Campo Limpo, realizada em junho do ano passado, contou com a participação e fiscalização do Movimento de Luta por Creches que pôde, naquela ocasião, constatar a indicação de candidatos por meio de cartas de deputados do PDS e de elementos da própria Prefeitura. Tais irregularidades puderam ser impedidas pelo Movimento;

“Através de decreto de novembro de 1980, no entanto, o Movimento foi impedido de continuar participando do processo de seleção dos funcionários das creches, mas, como esta seleção vinha sendo feita por funcionários da Super-

visão Regional do Serviço Social (Surs), houve constatação de irregularidades denunciadas pelos próprios funcionários da Surs, os quais foram punidos com transferência de cargos;

“A partir de agora, a seleção do pessoal para as novas creches será realizada por meio de testes corrigidos por computador, que classificarão os candidatos como aptos ou inaptos, cabendo, finalmente, ao prefeito a escolha dos novos funcionários.”

“A suspeita de tráfico de influência neste processo de seleção ganha corpo quando somamos, a esses dados, a informação de que está tramitando, na Câmara Municipal, projeto enviado pelo prefeito, prevendo a nomeação, sem concurso ou seleção de qualquer espécie, de trezentos diretores de creches”, afirmam as integrantes do Movimento de Luta por Creches.

Diversas representantes do movimento, entretanto, lembram que já haviam sido alertadas pelo coordenador da Coordenadoria do Bem-Estar Social (Cobes), Wilson Quintela, em maio deste ano, de que “a Prefeitura se utilizará, politicamente, de todas suas obras, inclusive das creches”, argumentando para isso, que “é norma comum e, com o atual prefeito, não será diferente”.

SELEÇÃO

O Movimento de Luta por Creches discorda, também, de Reinaldo de Barros que, ao justificar a seleção dos futuros funcionários das creches, disse que será feita pela Fundação Carlos Chagas que é idônea. Para os membros do movimento, “de nada adiantará uma Fundação idônea, como a Carlos Chagas, fazer a seleção do pessoal, gastando rios de dinheiro para isso, se, no final, será a Prefeitura que irá escolher os funcionários. Como o prefeito poderá provar o contrário para nós?”, pergunta uma das representantes.

Diante desta situação, o Movimento de Luta por Creches irá no próximo dia 15, às 9 horas, ao gabinete do prefeito, entregar-lhe uma lista de reivindicações e exigir o seu cumprimento.

O movimento pede, entre outras coisas, que as creches recebam crianças de zero a seis anos, não aceitando a sua substituição por parques infantis, pois consideram que estes só recebem crianças de três a seis anos de idade; não dispõem de berçário e lactário; não funcionam o ano todo (há quatro meses de férias). Pedem ainda que os funcionários das creches sejam pessoas dos próprios bairros, escolhidos através das Comissões de Creches juntamente com as Surs, e repudiam a nomeação de diretores.

“Não queremos nada além do que o projeto inicial de construção das creches determina” afirmam os integrantes do movimento.

Denunciado o uso de creche *F/SP 9/7/81* para política

O Movimento de Luta por Creches acusou ontem o prefeito Reinaldo de Barros de estar usando a construção de creches e nomeação de seus funcionários para fins políticos e eleitorais. Em "Carta aberta à população", o movimento diz que o prefeito, como candidato do PDS ao governo do Estado, "decidiu usar nossos filhos, introduzindo o sistema de nomeação pela Prefeitura para todos os funcionários das creches, abrindo caminho para a escolha de seus cabos eleitorais".

O movimento afirma também que das 72 creches construídas pela Prefeitura, apenas 33 estão funcionando e "precariamente".

(Doc. microfilmado)

Preços estáveis até o fim do ano.

O presidente da empresa, A. Mahler, analisa a situação da produção e do

Previsão da Nestlé.

consumo de leite e seus derivados.

Garita

10/7/81

Os preços do leite ficarão estáveis até o final do ano, com uma oferta suficiente para atender ao mercado. Também a oferta de leite em pó, que muitas vezes escasseia na metade do ano, deverá manter-se em níveis normais, sem assustar os pais dos bebês que tomam mamadeira. E o consumo do leite em pó cresceu 18% este ano, registrando assim um dos raros aumentos de vendas de gêneros alimentícios, nesta fase de queda geral de consumo de alimentos. Essas informações são do diretor-presidente da Nestlé, A. Mahler.

— Para o consumidor as notícias são boas, disse ele. O sacrifício que o aumento de preços dos últimos 12 meses representou para ele garante uma boa fase da pecuária e da industrialização. Os desentendimentos que ainda existem são resultados de processos anteriores de crescimento do setor, interrompidos artificialmente. Mas agora o consumidor tem cinco meses garantidos de tranquilidade. E do consumidor, do seu empenho em adquirir um alimento importante como o leite (em suas diversas formas), também depende o sucesso da normalização da pecuária brasileira, que já sofreu desestímulo pelo menos três vezes nos últimos quinze anos, que a desorganizaram. Se o público agora incrementa o consumo, terá um produto de melhor qualidade, que justifica plenamente o preço, daqui para frente.

O panorama geral de produção e consumo de leite e de seus derivados, traçado pelo dirigente da maior indústria fabricante de leite em pó no Brasil, não inclui os problemas atuais dos fabricantes de queijo, que na opinião de Mahler são mais graves — estes se defrontam com uma queda de consumo de 40% este ano. Quando se refere a uma situação normal, o diretor-presidente da Nestlé quer mostrar, principalmente, "que não se está jogando leite fora e nem se vai jogar este ano".

— Cada vez que houve um desentendimento entre oferta e demanda nos últimos anos, o governo optou por medidas que desestimularam a produção. Desta vez não é isso o que está acontecendo. É claro que se o leite e o leite em pó deixassem de ser tabelados, as partes envolvi-

das poderiam se encontrar num ajuste melhor do que o atual. Mas o leite é sempre um produto considerado do ponto de vista social. A liberação de preços acaba de dar mostras que é eficiente, no último índice inflacionário divulgado, o de junho. Poderia funcionar bem também com o leite...

Um subsídio ao consumidor, às vezes defendido por associações pecuaristas, é igualmente uma medida ineficiente na opinião de A. Mahler.

— Isso não funciona. Veja o que aconteceu com o trigo: o subsídio dado a ele acabou com o consumo e a produção de outros alimentos que tradicionalmente faziam parte da alimentação brasileira. Acho que campanhas de incentivo ao consumo, como a da Acel (Campanha Educativa do Leite, para a qual oficialmente são descontados recursos do produtor e do usineiro) são mais eficientes.

O presidente da indústria informa que a Nestlé "está absorven-

do todo o leite de seus fornecedores tradicionais, e continuará fazendo isso".

— Nos últimos meses de fevereiro, março, abril e metade de maio absorvemos também leite dos produtores que não mais conseguiram colocá-lo nas queijarias. Compramos 170% do volume a mais que no ano passado. Agora, voltamos a absorver leite dos fornecedores tradicionais; não podemos resolver os problemas de todo mundo. Aliás, a capacidade de pulverização da Nestlé não é tão grande como se pensa, e nós mostramos isso na última palestra feita na Escola Superior de Guerra, no dia 2. A Nestlé tem 40% do mercado apenas.

Mesmo essa sobra do "leite de queijo" não é considerada pelo dirigente industrial um problema catastrófico.

— O mais difícil já foi feito. O maior impacto de elevação de preço já foi passado para o consumidor. E as reações do consumidor não são eternas; ele não deixará de consumir derivados.

Mahler tampouco acredita que o consumo de leite in natura tenha caído nas proporções divulgadas pela imprensa.

— Em São Paulo, não acredito que o consumo caiu. Se o mercado, que era abastecido por cinco marcas, passa a ser abastecido por mais de cinquenta marcas, algumas sem dados comerciais conhecidos, como é que se pode garantir que o consumo caiu? O que acontece é que o consumo médio brasileiro é ainda muito baixo — 91,3 quilos anuais por habitante; abaixo da recomendação da FAO de 215 quilos, e do consumo de países como a Argentina (195,3 quilos) e o México (92,4).

Na área da industrialização, o presidente da Nestlé achou importante enfatizar que o alegado "desvio" do leite fresco para produtos derivados não é tão grande assim: das 9,8 milhões de toneladas de leite industrializadas e beneficiadas no País no ano passado, 44% foram pasteurizadas (e consumidas nesse estado); 28% transformadas em queijo; 18% transformadas em leite em pó; e 10% revertidas para a produção de manteiga, iogurte, leite condensado e outros produtos.

Inscritos para creches podem chegar a 30 mil

Vinte mil pessoas se inscreveram, até ontem, para o concurso de seleção e preenchimento de duas mil vagas para funcionários das creches de São Paulo, segundo dados fornecidos pela Coordenadoria do Bem-Estar Social (Cobes). Os exames serão realizados no próximo dia 23 de agosto, pela Fundação Carlos Chagas, contratada pela quantia de dois milhões de cruzeiros para aplicar testes de múltipla escolha aos candidatos. As inscrições se encerram na próxima segunda-feira, em todos os postos da Supervisão Regional do Serviço Social (Surs).

"O número de inscritos — diz Wilson Quintella, coordenador da Cobes — deverá chegar a trinta mil, conforme calculamos. Os cargos serão preenchidos conforme a classificação do candidato e as vagas distribuídas pelas Administrações Regionais, de acordo com a preferência dos mais qualificados. Os salários variam de 10.800 a 26.900 cruzeiros".

Quintella admite, no entanto, que os candidatos a diretor das unidades, "cargo de confiança do Prefeito" — conforme salienta — "poderão ser sugeridos pela Cobes, que escolherá os de melhor currículo". Mas diz que "quem não ficar satisfeito com sua colocação, pode encaminhar, no prazo de dois dias, após a divulgação do resultado, recurso jurídico pedindo a revisão das provas".

SELEÇÃO E POLÍTICA

A escolha dos funcionários das creches estava sendo feita, antes da contratação da Fundação Carlos Chagas, pela Surs, através de um sistema de seleção que foi considerado pelo prefeito Reinaldo de Barros como "não confiável". Afirmação que provocou a imediata reação de Quintella: "Acredito que o prefeito tenha se referido, quando disse que os testes eram pouco confiáveis, a uma entrevista individual que era feita. Realmente, na entrevista pode haver uma certa empatia entre entrevistador e entrevistado, chegando até a haver certa preferência política. Quando assumi, há sete meses, a Cobes, não estipulei a meus funcionários que tivessem preferências por determinado partido".

Quintella diz também que acredita que "o prefeito não se referiu à cúpula da Cobes", quando afirmou em entrevista publicada pela "Folha", que funcionários da Coordenadoria do Bem-Estar Social provocaram a acusação feita pelo Movimento de Luta por Creches de que ele (o prefeito) estaria usando política e eleitoralmente as creches. "Os diretores da Cobes são homens de confiança do administrador municipal caso não fossem, já deveriam ter sido demitidos".

"Acredito que a celeuma termine agora com os testes feitos pela Fundação Carlos Chagas, muito respeitada em todo o País. Mas quanto aos diretores das creches, estes deverão ser mesmo indicados pelo prefeito, pois serão homens de sua confiança, com uma enorme responsabilidade de cuidar de 150 crianças em cada unidade. Para este cargo não se pode escolher o primeiro que apareça, o candidato tem que ter qualificações".

CRECHES

Wilson Quintella confirmou, também, que estão funcionando atualmente 33 creches e que 29 foram inauguradas esta semana para comemorar o segundo ano da gestão Reinaldo de Barros, "e mais seis serão abertas em agosto". Mas, segundo o coordenador da Cobes, há 24 unidades "prontas", à espera de inauguração; 51 em construção e doze já autorizadas para serem construídas, com a licitação pronta. "Com estes números, caminhamos para conseguir realizar a promessa feita pelo prefeito de dar a São Paulo, até o final de seu mandato, trezentas unidades".

Cada unidade, segundo Quintella, custa à Prefeitura, a preços de hoje, dezoito milhões de cruzeiros. "Este custo inclui a construção da creche e os equipamentos usados por ela, como geladeira, máquinas de lavar e secar e fogões. Mas sua manutenção exigirá da Prefeitura um total de oitenta por cento do valor da construção de cada unidade".

Wilson Quintella diz ainda que "polêmicas como esta, criada pela exigência dos moradores e pela mobilização feita pelos movimentos", tenderão a desaparecer com o tempo, "porque temos, pela primeira vez na administração municipal, uma política social realista e valorizada. Se a Coordenadoria do Bem-Estar Social ocupa atualmente o 14.º lugar no orçamento da Prefeitura, a partir de 82 estará com mais recursos, passando para o quarto lugar na escala de prioridades".

"Reconheço que os movimentos comunitários, ligados ou não a partidos políticos, chegaram antes com suas reivindicações, do que as obras da Prefeitura — diz Quintella. Mas também o Executivo vem ganhando força e terreno, sendo que o prefeito Reinaldo de Barros mostrou ter mais sensibilidade para questões sociais, como construção de creches, do que muitos dos seus antecessores".

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal *FOLHA DA TARDE*Data *11/07/81*Pág. *~*

Pasta n.º

N.º do recorte

Cobes considera superadas *E tarde 11/7/81* divergências sobre creches

As trocas de acusações entre o prefeito Reinaldo de Barros e o Movimento de Luta por Creches, por causa do resultado político das obras da Cobes — Coordenadoria do Bem-Estar Social, são "um reflexo do novo quadro em que vivemos, com a volta do País ao estado democrático". Essa é a opinião de Wilson Quintela Filho, responsável pelo órgão de promoção social da Prefeitura, para quem "a questão está superada pelo novo sistema de seleção de funcionários, a cargo da Fundação "Carlos Chagas".

Ele admite que esse processo implica em conflitos eventuais, "quando não há respostas para as reivindicações. O diálogo entre o Governo e a oposição é, em suma, a troca de interesses entre as duas partes — comenta — e quando o Governo, ao ser procurado, não tem um programa ou uma coisa mais concreta para mostrar, a oposição, a comunidade, ou quem estiver reivindicando, pode tornar-se agressiva. Caso contrário, a tendência é racionalizar as decisões para se obter o acordo", acrescenta.

O secretário reconhece que os movimentos comunitários — ligados ou não a partidos políticos — "chegaram antes, com suas reivindicações, do que as obras da Prefeitura". Mas considera que "o Executivo vem ganhando terreno, o prefeito Reinaldo de Barros mostrou que tem mais sensibilidade para essas questões sociais do que muitos dos seus antecessores, e tudo se resume em cumprirmos nossa função política, que é fazer uma triagem realista e atender as reivindicações".

LUCROS ELEITORAIS

Quanto a partilha dos lucros eleitorais, como a distribuição dos empregos nas novas creches, ele tem pouco a acrescentar: "Os candidatos prestarão os exames em 23 de agosto e teremos o resultado em 8 de setembro. Os cargos serão preenchidos conforme a classificação, e as vagas distribuídas pelas Administrações Regionais, de acordo com a preferência dos mais qualificados."

Moradores interrompem discurso do prefeito para pedir creche

A festa preparada pela Administração Regional de Campo Limpo, para a inauguração do Posto de Assistência Médica do Jardim Macedônia, ontem, pelo prefeito Reinaldo de Barros, foi transformada pelos moradores num movimento reivindicatório de creches e outras melhorias para a região e de protesto contra o sistema de escolha de pessoal para trabalhar na unidade.

José Shoenmaker, coordenador da escola pré-primária da Sociedade Amigos de Bairros, foi impedido por assessores do prefeito, de ler uma carta defendendo a construção da creche no terreno e solicitando melhorias para a rede elétrica da região, que segundo os moradores, está sobrecarregada, além de pedir uma linha direta de ônibus até o centro da cidade.

Com o refrão "queremos creche", diversos moradores interromperam o discurso do prefeito. Aparentemente, Reinaldo de Barros não se perturbou e como resposta, enumerou benefícios trazidos para a região durante sua administração. "Vocês sabem que Campo Limpo não tinha nada", afirmou ele. "Era uma região esquecida por muitos e muitos prefeitos. Hoje já possui 350 quilômetros de ruas asfaltadas, 50% delas iluminadas, e recebeu a maior quantidade de creches que estamos construindo na periferia."

Não existe, no entanto, nenhuma creche no Jardim Macedônia, segundo a Sociedade Amigos de Bairro local. A única existente na região, no Jardim Matsumaja, "é muito distante", no entender dos moradores.

TERRENO

A questão da creche dividiu os moradores. Enquanto alguns acham que a única área pertencente à Prefeitura na região, ao lado do posto inaugurado ontem, deve continuar sendo utilizada como campo de futebol, as mulheres em especial, reivindicam a construção de uma creche nessa área.

Nenhum dos 33 funcionários contratados — entre médicos, dentistas, enfermeiros, auxiliares e serviços — mora em Campo Limpo, segundo afirmaram os moradores da região. Disseram que foram "enganados" pelo secretário da Saúde do Município, Mário Altenfelder que teria garantido que "na contratação do pessoal, darla prioridade aos moradores mais próximos" do novo posto.



Reinaldo entrega o novo posto.

(D 43)

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: *FOLHA DE SP*
Data: *11/07/81*
Pág.

Pasta n.º
N.º do recorte

“Mães que não
podem amamentar...”

F/SP 11/7/81
Carta dirigida ao repórter Dácio Nitrini, da “Folha”, pelo sr. Gerson da Cunha, oficial de Informações e Comunicações da Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância):

“Agradeço pelo artigo publicado na edição de 22 de junho, intitulado ‘Mães que não podem amamentar sentem-se culpadas’. Nele, v.sa. sugeriu que eram minha preocupação os ‘anúncios que estão sendo veiculados em todo o território nacional’ como resultado de ‘pesquisas que ainda estão sendo feitas’ e ‘os resultados de pesquisa sobre a campanha de propaganda’. Gostaria de retificar dois fatos. Primeiramente, eu não represento a Unicef na Comissão Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno, como indicado na reportagem. Além disso, eu estava palestrando em meu próprio nome. Em segundo lugar, o trabalho de pesquisa ao qual me referi foi conduzido antes da campanha de comunicação de massa conduzida pelos Ministérios da Saúde e da Previdência e Assistência Social para incentivar o aleitamento materno. O trabalho não poderia portanto estar avaliando o impacto dos anúncios e também não constitui-se em ‘resultados... sobre a campanha de propaganda’. O que eu tentei enfatizar, durante minha fala na reunião da Associação Paulista de Saúde Pública, é que o programa é formativo e objetiva proporcionar linhas direcionais para o futuro. Aprender-se-á com a implementação do programa, uma vez que não existem em nenhum outro país diretrizes relevantes para um programa da escala e da complexidade comparável com esse do Brasil. Permita-me apontar em meu próprio nome meu reconhecimento pelo interesse demonstrado pela “Folha de S. Paulo”, em manejar esse problema tão crítico e importante.”

— Resposta do repórter Dácio Nitrini:

“Os cartazes que anunciavam a conferência sobre Aleitamento Materno, na Faculdade de Saúde Pública da USP, indicavam que o sr. Gerson é integrante da Unicef, órgão que tem representação na Comissão Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno. Assim, não ficou claro que ele participava daquela conferência sem nenhum tipo de representatividade. Quanto à pesquisa, foi o dr. Gerson que a relacionou com a campanha governamental. Ele foi taxativo ao falar que as campanhas de incentivo ao aleitamento que responsabilizem exclusivamente as mulheres pela amamentação “são uma droga”, porque as mulheres que não conseguem amamentar sentem-se culpadas, além de apresentarem outros problemas.”

As cartas para esta coluna serão publicadas sempre que tiverem a identificação (nome e endereço e, se possível, telefone) do remetente. Por solicitação do interessado, a assinatura poderá ser omitida na publicação.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: *FOLHA DE SÃO PAULO*

Data: *13/07/81*

Pág.

Parte n.º

N.º do recorte

Campo Limpo

F/SP 13/7/81
já tem sua creche

A creche do Jardim Rebouças, em Campo Limpo, foi inaugurada ontem somente com um discurso do administrador regional Alcides Gotsfridt Filho e sem a presença do prefeito Reinaldo de Barros, políticos, bandas, fogos e alto-falantes, comuns nas inaugurações das obras municipais.

Cerca de 40 pessoas, a maioria mães e crianças, assistiram à entrega da creche, que terá capacidade para receber 120 crianças, a serem selecionadas de acordo com critérios estabelecidos em reuniões com os pais, segundo informou Maria do Carmo Falcão, supervisora regional do Serviço Social de Campo Limpo.

As próprias mães serão contratadas para pajens, na creche do Jardim Rebouças, ganhando Cr\$ 10.780 mensais por 8 horas de trabalho diárias, de segunda a sexta. Moradores pediram, durante a inauguração, obras para Campo Limpo, a mais afastada do centro em direção a Sudeste. "onde falta quase tudo: abertura de ruas, limpeza pública, rede de esgoto, iluminação e calçamento. Mas o mais urgente é o asfaltamento da rua que leva à creche e uma linha de ônibus aqui no Jardim Rebouças".

Inaugurada
F. tarde
creche no
13/7/81
J. Rebouças

Com um discurso do administrador regional de Campo Limpo, Alcides Gotsfridt Filho, que fez vários elogios ao prefeito Reinaldo de Barros, foi inaugurada ontem a creche construída pela Cobes — Coordenadoria do Bem-Estar Social no Jardim Rebouças.

Cerca de 40 pessoas, a maioria mães e crianças, subiram a íngreme ladeira da rua Cavina para assistir à inauguração. A creche terá capacidade para 120 crianças, a serem selecionadas de acordo com as necessidades das famílias e conforme critérios a serem definidos em reuniões com os próprios pais, segundo informou Maria do Carmo Falcão, supervisora regional do Serviço Social do Campo Limpo.

As novas creches estão contratando mães do próprio bairro para serem as pagens. Na do Jardim Rebouças haverá 30 funcionárias e cada pagem ganhará Cr\$ 10.870,00 mensais por oito horas de trabalho diárias, de segunda a sexta-feira.

Após a inauguração, Aurindo dos Santos Freire, presidente da Sociedade Amigos do Jardim Rebouças, disse que Campo Limpo precisa de abertura de ruas em alguns mórros, limpeza pública, esgotos, iluminação e calçamento. Resaltou que o mais urgente é o asfaltamento da rua que leva à creche e uma linha de ônibus para o Jardim Rebouças, que fica distante dois quilômetros do ponto mais próximo, na estrada de Campo Limpo.

2.200 vagas
nas creches ¹⁴³
F/SP 15/7/81 P.1
atraem 42.500 ^{DEMOGR.FIA}

Cerca de 42.500 pessoas se inscreveram para o preenchimento das 2.200 vagas nas creches municipais — aproximadamente 20 candidatos por vaga — informou a Coordenadoria do Bem-Estar Social (Cobes). Elas deverão voltar aos locais de inscrição, entre os dias 18 e 21, para retirar o Cartão de Identificação do Candidato. A prova escrita de conhecimentos específicos será realizada dia 23.

As 2.200 vagas se referem às funções de auxiliar de diretor de creche, auxiliar de enfermagem, professor de educação infantil, cozinheiro, auxiliar de cozinha, servçal (faxineiro, lavadeiro, passadeiro, contínuo, porteiro, guarda) e zelador.

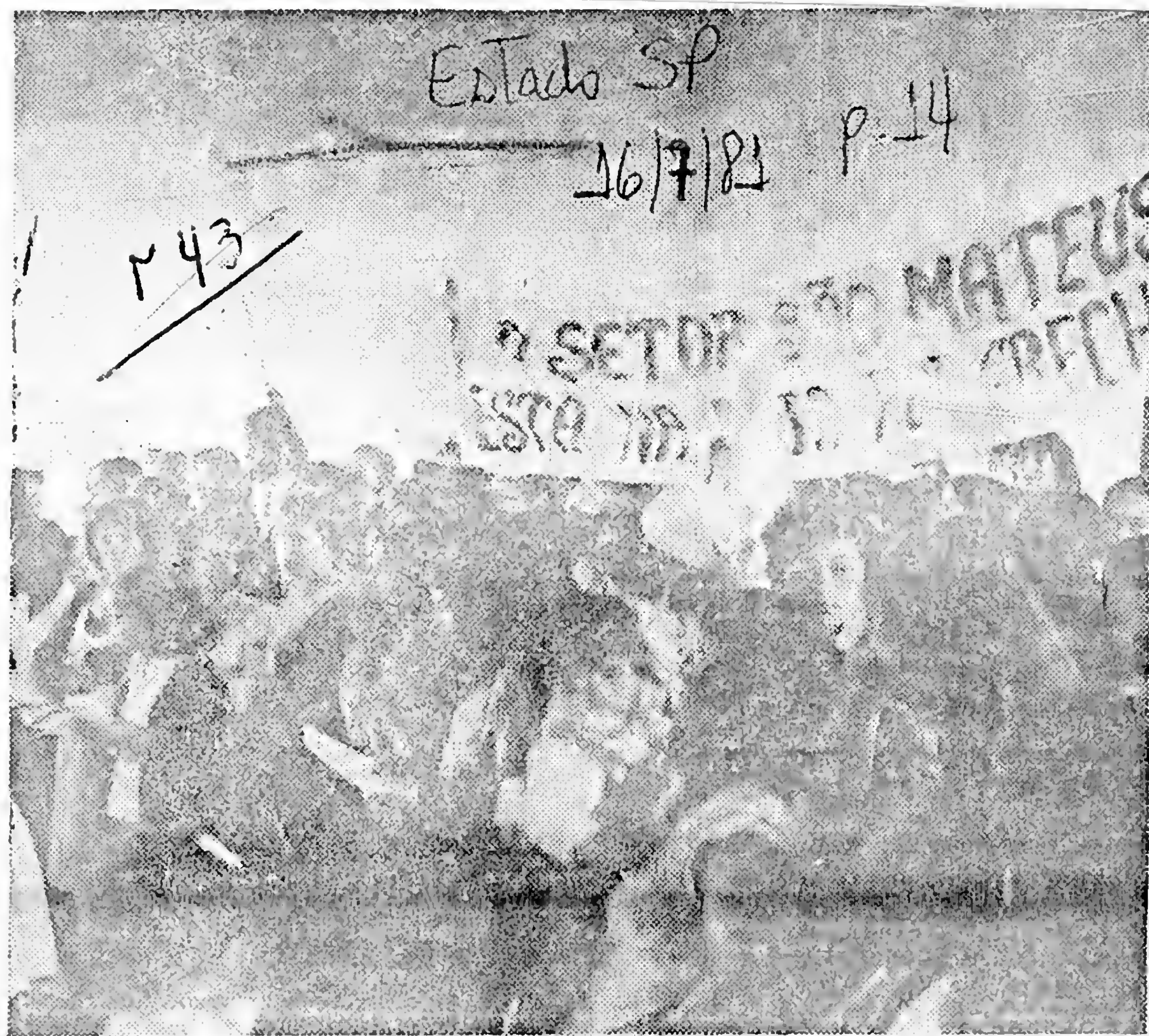


Foto Arnaldo Fiaschi

A concentração reuniu cerca de 400 mães na Prefeitura

Movimento por creches agora cobra promessa

Cerca de 400 mães do Movimento de Luta por Creches reuniram-se ontem no pátio junto ao pavilhão Manoel de Nóbrega, no Ibirapuera, para reivindicar ao prefeito Reynaldo de Barros o cumprimento da promessa de construção de 830 creches, feita no início de seu governo, em 10 de outubro de 1979. Com faixas e cartazes contendo frases como "Senhor prefeito, estamos cansados de promessas! Onde estão as creches prometidas?" ou "Creche e Eleição, tem que ser direta. O povo quer participar" e cantando músicas, as manifestantes começaram a chegar ao gabinete por volta das 9 horas, em dez ônibus alugados. As mães exigiam a presença de Reynaldo de Barros.

O prefeito, entretanto, estava no Interior, segundo se informou, em mais uma viagem de sua campanha política como candidato ao governo do Estado. Decepcionadas, as mães lembravam que haviam marcado a audiência antecipadamente e esta não era a primeira vez que iam ao Ibirapuera exigir melhorias para seus bairros e o prefeito, por um motivo ou outro, não as atendia alegando "compromissos mais urgentes".

As mães acabaram sendo atendidas pelo coordenador do Bem-Estar Social da Prefeitura, Wilson Quintela Filho, e pelo assessor da Secretaria dos Negócios Extraordinários, Ricardo Viveiros de Paula.

Elas leram um documento pedindo esclarecimentos sobre a construção das creches, para as quais haveria uma verba de Cr\$ 9 bilhões. O documento, entretanto, diz que apenas 72 creches foram construídas e só 33 estão funcionando, algumas em estado precário. Também criticaram a substituição das creches por escolas para crianças a partir de três anos, pois essas unidades "não têm serviços de creches, possuem extensos períodos de férias, muitos dias para reuniões de professores e estão superlotadas".

Outra reivindicação apresentada pelas mães é a de que os funcionários das creches sejam escolhidos nos bairros, através de comissões de creches, juntamente com as supervisões de serviço social das administrações regionais e que esse tipo de seleção se estenda aos diretores das creches. Também fizeram exigências quanto aos aspectos de construção das creches, no que se refere à saúde, higiene e segurança.

Após a leitura do documento, o coordenador do Bem-Estar Social, prometeu um novo encontro entre as mães e o prefeito quarta-feira. Apesar disso, foi vaiado pelas manifestantes, que consideraram a ausência de Reynaldo de Barros "um desrespeito muito grande à população". Estranharam que o prefeito tivesse viajado para o Interior, uma vez que "é o prefeito da Capital e não do Interior". Também o acusaram de estar usando a construção das creches e a realização de obras na periferia com "objetivo nitidamente político", e rebateram as acusações feitas ao Movimento de Creches, que teria ligações com partidos políticos oposicionistas, principalmente o Partido dos Trabalhadores. Segundo uma das dirigentes do Movimento, ele é "apolítico, embora aceite o apoio de parlamentares da oposição".

As mães explicaram a Wilson Quintela que possuem os projetos criados em cidades do Interior para permitir a construção de creches a preços mais baixos que os pagos pela Prefeitura. O coordenador se interessou por esses projetos e pediu que fossem anexados aos pedidos feitos pelo Movimento, para que a Coordenadoria possa fazer um exame completo. E colocou à disposição das mães dez ônibus, que as transportarão de suas residências até o Ibirapuera para o encontro de quarta-feira com o prefeito, quando receberão por escrito a resposta às reivindicações.

Reivindicadas mais 830 creches para SP

Integrantes do Movimento de Creches de São Paulo estiveram ontem no Ibirapuera para pedir ao prefeito, a construção de mais 830 creches em São Paulo. Como Reinaldo de Barros viajara para o Interior, o grupo, de quase 400 pessoas, foi atendido pelo coordenador do Bem-Estar Social, Wilson Quintella Filho, que confirmou audiência com o prefeito para às 9 horas do dia 22, comprometendo-se, ainda, a fornecer naquela data, dez ônibus para que os integrantes do movimento retornem ao Ibirapuera.

O grupo lamentou a ausência do prefeito, sendo que a deputada Irma Passoni, que o acompanhava, informou que "somente na tarde de ontem uma pessoa que se disse do gabinete ligou para mim e afirmou que Reinaldo de Barros não poderia nos receber".

Ao serem informados sobre o adiamento da audiência com o prefeito, os integrantes do Movimento teceram ainda algumas críticas aos critérios de escolha dos novos funcionários

das creches e leram um manifesto, recordando que no início de sua gestão, em 10 de outubro de 1979, Reinaldo prometera à população a construção de 830 creches diretas. "Agora, decorrido pouco mais de um ano e meio, fala-se na construção de somente 300 creches."

Os membros do Movimento querem, além das 830 unidades, que os seus funcionários sejam escolhidos pelos bairros, através das Comissões de Creches, juntamente com as supervisões Regionais de Serviço Social da Coordenadoria do Bem-Estar Social.

Outro ponto destacado por eles diz respeito à faixa etária atendida atualmente pelas creches. "Queremos que as creches sejam para crianças de 0 a 6 anos. Não queremos que as escolas municipais de educação infantil substituam as creches, a partir dos 3 anos, pois elas não têm serviços de creches e têm extensos períodos de férias."

Para a construção de uma

creche em Vila Matilde e outra em Pinheiros, o prefeito Reinaldo de Barros enviou projetos de lei à Câmara Municipal com vistas à cessão de duas áreas municipais à Casa da Cultura Afro-Brasileira e ao Lar do Alvorecer Cristão.

As duas entidades de caráter filantrópico, sem fins lucrativos, terão direito de ocupar as áreas municipais cedidas durante 40 anos, comprometendo-se, ainda, a cumprir determinadas obrigações, como iniciar as obras dentro de dois anos, a partir da aprovação do projeto, e concluí-las no prazo máximo de quatro anos.

A creche a ser instalada pela Casa da Cultura Afro-Brasileira ocupará um terreno de quatro mil metros quadrados, situado à rua Visconde do Uruguai, em Vila Matilde; enquanto o lar do Alvorecer Cristão terá uma área de quase 500 metros quadrados, na rua Galeno de Almeida, no Jardim das Bandeiras, para construir uma creche para as crianças carentes de Pinheiros.

F. tarde 16/07/81

Movimento pede mais creches e maior autonomia

CATARINA ARIMATEIA

"Seu prefeito, não é luxo azulejo se quer, se o prefeito aluga prédio até com vidro fumê". (trecho de música cantada ontem, no Ibirapuera, pelos integrantes do Movimento de Luta por Creches).

Empunhando cartazes como "Abaixo as indicações! A creche é da comunidade", "Funcionários também devem ser escolhidos por nós" e cantando várias músicas, cerca de quinhentas pessoas, integrantes do Movimento de Luta por Creches compareceram, ontem de manhã, ao gabinete do prefeito Reinaldo de Barros, no Parque do Ibirapuera, a fim de lhe entregarem carta, na qual reivindicam a criação de mais creches, apresentando ainda sugestões quanto à sua construção. Os membros do Movimento, que começaram a chegar ao local às 9 horas, foram recebidos mais de uma hora depois, pelo coordenador da Cobes, Wilson Quintella, e pelo assessor de Reinaldo de Barros, Ricardo Viveiros. Estes, informaram que o prefeito estava em viagem pelo Interior.

A ausência de Reinaldo de Barros provocou o protesto geral das diversas comissões do Movimento, vindas de todas as regiões da Capital. "Não é justo. Não somos palhaços. A reunião foi marcada com antecedência", diziam os participantes. Porém, após votação, decidiram entregar o documento à Quintella, recebendo, em troca uma promessa: "quanto aos problemas levantados, iremos responder item por item".

O coordenador da Cobes marcou um novo encontro, com os integrantes do Movimento para o dia 22 próximo, às 9 horas, já com a presença de Reinaldo de Barros, quando então o prefeito dará respostas às reivindicações feitas.

"Como mães trabalhadoras, precisamos das creches para garantir a educação, saúde e segurança de nossos filhos". Assim iniciam a carta ao Executivo municipal. E perguntam: "No início do seu governo, o Sr. prometeu à população a construção de 830 creches... Agora, fala-se em trezentas... Queremos saber o início e o prazo para a construção das demais."

Aqueles que integram o Movimento colocam também o repúdio à nomeação direta de diretores para as creches, e pedem para que os funcionários escolhidos para trabalhar sejam selecionados entre moradores dos bairros, através das Comissões de Creches, juntamente com as superintendências regionais de serviço social (Surs). "Defendemos a Comissão Representativa para a escolha dos funcionários, pois achamos que ninguém melhor que os próprios moradores do bairro estão aptos a perceber e decidir o que é bom ou ruim para os seus filhos".

Os membros do Movimento solicitam, ainda, que as construções dos prédios das creches obedeçam a certos critérios: "piso vinílico para as salas de atividades, berçários, enfermarias, sala para a administração e para a orientadora social, bem como refeitório; piso em cerâmica vermelha e azulejo branco até o teto para as salas de troca, banheiros, lavanderia, dispensa e cozinha; cimento liso para o galpão; impermeabilizante acrílico nas paredes externas e nas paredes internas e que seja passado reboco fino, com pintura a óleo até um metro e meio de altura e pintura em latex no restante.

Quanto aos equipamentos de trabalho nas creches, pedem que todas elas recebam dois fogões semi-industriais e um caseiro, três geladeiras, equipamentos de escritório e material pedagógico. Também não deve ser esquecido, segundo eles, um item fundamental: que todas as creches recebam crianças de zero a seis anos. "Não queremos que as escolas municipais de educação infantil (Emei) substituam as creches, a partir dos três anos, pois Emei não têm serviços de creches, entram em extensos períodos de férias, muitos dias para reuniões de professores, não têm pagens e, além disso, estão superlotadas".

Conforme afirmaram os integrantes do Movimento de Luta por Creches, "está se gastando mais do que o necessário para a construção dos prédios". Atualmente, informou Quintella, uma creche custa, aos cofres públicos, Cr\$ 18 milhões. Com o objetivo de fornecer soluções alternativas, os integrantes do Movimento deverão entregar ao prefeito Reinaldo de Barros, duas plantas de creches construídas na cidade de Campinas, interior paulista. A creche maior, localizada no bairro de Santa Eudóxia, tem 680 metros quadrados e custou Cr\$ 8 milhões. Uma mini-creche, de 350 metros quadrados, também localizada naquela cidade, foi construída por Cr\$ 3,5 milhões.

"Finalmente sr. prefeito não vamos lhe enganar: o Movimento por Creches não vai parar de lutar".

Para as comissões do Movimento, presentes no Ibirapuera, a luta continua. No próximo dia 22, esperam ser recebidas, de fato, pelo prefeito. Wilson Quintella, após pedidos dos integrantes das comissões, já prometeu dez ônibus para o transporte das pessoas. Uma participante do Movimento ficou encarregada de entregar hoje, na sede da Cobes, uma lista informando os bairros e locais onde os ônibus deverão estacionar.

Sebastiana Soares dos Santos, moradora em São Mateus, será, sem dúvida, uma das primeiras a chegar. Integrante da Comissão de seu bairro, ela espera que a creche inaugurada no Jardim Colonial, região de São Mateus, seja reformada brevemente. "A creche está funcionando desde o dia 8 passado, mas já em condições precárias. O piso, de cimento, está tão fino que dá para sentir a terra embaixo." A creche, com capacidade para setenta crianças, no momento só está abrigando 45, "por falta de condições".

"A Prefeitura diz que pretende construir mais creches lá — assinala Sebastiana — mas o terreno que ela quer, não vai encontrar, pois está procurando uma área sem declive, e isso não existe na periferia."

Aproveitando o encontro com Quintella e com o assessor Viveiros, várias comissões de bairros entregaram documentos contendo assinaturas, nos quais solicitam água, esgoto, iluminação pública e asfalto para suas regiões.

Diretoras apontam localização errada

O programa de creches em São Paulo está sendo implantado, segundo a maioria das diretoras e funcionárias ouvidas pela reportagem, de maneira bastante aleatória quanto à escolha dos locais de instalação. Enquanto a Prefeitura se justifica dizendo que "apenas atendemos aos pedidos feitos pelos moradores", diretoras apontam que as creches em funcionamento, e também as novas, já inauguradas, estão localizadas em regiões muito distantes de qualquer melhoramento público, tais como pronto-socorro, posto de saúde, centro de saúde ou mesmo centros comunitários e, principalmente, transportes coletivos.

No entanto, as deficiências ultrapassam as mencionadas, já que a maioria das creches fica em média a uma distância de 1,5 a 2,5 quilômetros do mais próximo telefone público, de uma parada de ônibus ou mesmo do asfalto de uma avenida ou estrada, no caso dos pontos extremos da periferia da cidade. Melhoramentos que muito significam para as funcionárias das creches, as quais, quando deparam com algum caso grave de doença ou mesmo de acidentes; por exemplo, têm de recorrer ao carro mais próximo da vizinhança ou caminhar alguns quilômetros para poder pedir socorro. A maioria das creches não conta com telefone, "o que em muito tem dificultado os nossos contatos com a Surs, (Superintendência Regional do Serviço Social), em casos de urgência".

Sobre este problema, José Olinto Machado Jr., assessor-chefe da coordenação do programa de creches da Cobes, diz que "em qualquer caso de urgência as funcionárias devem chamar a Surs, que conta com plantão de enfermeira e um médico. Os postos e centros de saúde não devem ser usados para estes casos, que devem ser enviados diretamente ao pronto-socorro mais próximo ou ao hospital municipal do bairro". No entanto, Olinto esquece de mencionar que também as creches não contam com um carro à sua disposição e que nem todas as diretoras ou professoras possuem automóveis.

"Quanto à localização das creches — acrescenta —, elas foram instaladas em locais pedidos pela população, que deveria ter visto, antes, este problema." Olinto novamente esquece que a Prefeitura nem sempre atendeu a esse tipo de pedido, conforme pode ser comprovado pela creche do Jardim Ernestina, em Interlagos, que foi inaugurada e está fechada, pois a área escolhida pela Prefeitura — ao contrário da indicada pelos moradores — é objeto de litígio na Justiça.

Todavia, a construção das creches, mesmo nestes locais, têm trazido aos bairros algumas melhorias, conforme contou uma das funcionárias da creche do Jardim Grajaú, em Santo Amaro. A população do bairro reivindicava, há muitos anos, água encanada. Com a construção da creche, a água chegou em abril passado para a unidade e, por extensão, também para o bairro. Mas a Sabesp ligou apenas os canos para alguns barracos da grande favela do Parque Cocaia, ao lado da creche, deixando a maioria de seus moradores sem água.

Em diversas creches visitadas, foi constatada também a intensa utilização da unidade pelos moradores vizinhos, que ali vão buscar orientação para casos familiares, documentação trabalhista, telefonar (quando há telefone) em casos de emergência e até reuniões de grupos de ruas ou associações de moradores. "A creche não está substituindo a associação de bairro, a Cebis ou mesmo a assistência dada pelos partidos. A população é tão carente de auxílio que, quando descobre uma coisa que a pode ajudar, recorre constantemente a ela", acentua uma professora.

Folha SF
19/7/81
p. 1

R43



Fotos de Osvaldo Amorim

CRECHES, POUCAS E PRECÁRIAS

Das 830 creches prometidas até o final de 1982, o prefeito Reinaldo de Barros só colocou em funcionamento 33, tendo inaugurado mais 28, na semana passada, ainda não utilizadas pelo público. Integrantes do Movimento de Luta por Creches cobram o cumprimento do programa municipal e reivindicam que os cargos nas unidades sejam preenchidos por moradores dos locais onde estão instaladas. Para saber como estão funcionando essas creches, o repórter Paulo Sérgio Scarpa visitou catorze delas, na periferia de São

Paulo, nas quais constatou diversas irregularidades: construções em locais isolados e sem infra-estrutura urbana; falta de funcionários; gastos com equipamentos desnecessários; salas pequenas e extremamente úmidas onde as crianças se amontoam (foto); e ausência de material pedagógico. Algumas assistentes da Prefeitura consideram essas creches como verdadeiros "depósitos de crianças". Em algumas delas, o terreno está cedendo e provocando o afundamento do prédio e rachaduras nas paredes.

Esquizofrenia, a mais grave doença feminina

IREDE CARDOSO

A "esquizofrenia" é um nome que até hoje envolve discussões nada mais nada menos que ideológicas. Não se trata de medicina, naquele conceito descritivo que se tem de Clência, já que nada mais pode ter essa inocência acadêmica, a não ser para facilidades clínicas. Se ampliarmos o conceito, como sempre quiseram alguns antipsiquiatras, o que caracterizaria nossa humanidade seria uma enorme e incomensurável esquizofrenia a que é levado o cidadão, qualquer um deles, por ser obrigado a agir num mundo do qual lhe faltam infinitas informações. É o homem engeado e sem lucidez para agir, por não dispor de dados suficientes, o que o leva a opções perigosas porque destrutivas, negativas, e injustas, com relação ao que é bom para a vida (dele e dos demais).

As mulheres, muito mais frequentemente do que se imagina, e por muitas razões, comportam-se negando o fato de serem mulheres e insanamente fechando os olhos, corações e mentes, para a realidade que as cerca mais de perto. Podem colocar-se até em altos postos políticos, podem candidatar-se e nada significarão para suas companheiras mulheres. Não são representativas do sexo e da sexualidade de que são portadoras, no mais amplo sentido. E, nesse sentido, podemos dizer que homens e mulheres são iguais. Mas há homens, como há mulheres. Embora homens representem seus eleitores, poucas mulheres o conseguem, porque, ao ignorar a realidade da mulher, agem, nesse sentido, de forma esquizofrênica. É a mais grave das doenças ditas femininas, embora muitos localizem tais males em alguns órgãos do corpo. Questão de ponto de vista.

Dona Sandra Cavalcanti, assim como Margaret Thatcher, são dois excelentes exemplos para ilustrar esse meu ponto de vista. A segunda percebe-se que é mulher, ao menos visualmente, no mais desalentador sentido da palavra, já está "levando" a dela, na Inglaterra. Gwyneth Dunwoody, do governo de Sua Majestade, disse, há alguns dias, que, "por ironia", a primeira-ministra que apareceu na Inglaterra é uma mulher que está causando danos à população feminina. "Este governo — assinalou ela — é o reflexo de uma filosofia que olha a mulher como ser inferior e a mulher trabalhadora, como o mais inferior de todos."

Como se o mundo, há tantos e tantos anos, não tivesse sido analisado, debatido, pesquisado, por mulheres mais sensíveis, há aquelas que fazem questão de ignorar nossa realidade, para os mais exigentes e rancosos, já colocadas estatisticamente.

Com relação a Sandra Cavalcanti, entretanto, as considerações são outras. Com certeza ela não leu sequer o alentado volume publicado oportunamente e brilhantemente pelo nosso governo durante o Ano Internacional da Mulher, no qual os dados estão todos bem expostos e só não sabe quem não quer. Afinal, não estamos inventando nada, não somos esquizofrênicas, não queremos negar qualquer tipo de discriminação mesmo que nos humilhe o reconhecimento dessa situação de inferioridade que não é nossa (quem não sabe?) Dona Sandra Cavalcanti, provavelmente movida pelo que os psicólogos da linha transacional chamam de complexo de rainha-abelha, nunca teve problemas de discriminação. Parabéns.

Embora tenha escolhido a carreira de professora — tipicamente feminina — pelo que já pagou, ganhando Cr\$ 21 mil, aos trinta anos de carreira. Mas escapou da sina ao chegar à carreira política, "própria para homens", como se diz até hoje. Assim, ganhou notoriedade, claro. Fugiu do destino habitual da mulher. Mas o triste, para nós mulheres que sonhamos com governos que se interessem pela condição feminina, é que dona Sandra não tem a menor inclinação para esse tipo de coisa.

E ela mostra, sem a menor piedade, que a mulher brasileira, como ela, de modo geral, não sabe nada sobre sua situação: "Não falo a um público feminista. Na maioria dos casos que tenho encontrado por aí, as preocupações das mulheres são as mesmas dos homens."

Absolutamente superficial e imobilizadora. Tentou falar sobre o que não fosse corrupção, chagismo, mudança de favelas, residências populares para essas mulheres? Como, se para isso, é preciso que tenhamos sensibilidade e informação a respeito da situação da mulher na sociedade?

As mulheres operárias de São Paulo, ao responderem se preferiam trabalhar nas fábricas ou casar, responderam que preferiam a vida doméstica. Para um entrevistador menos profundo, a "prova" estaria aí: "Viu, viu, as mulheres não gostam de trabalhar e preferem o casamento." Mas, se continuarmos, veremos que o motivo de tal preferência se deve ao fato de que, a elas, nunca havia sido perguntado qual a profissão que gostariam de seguir, se tivessem essa oportunidade. Lembramos que as operárias ganham, muitas vezes, 78% a menos que os homens, executando as mesmas funções; são despedidas quando engravidam; trabalham em condições nada propícias com máquinas feitas para homens, mais altas, o que as obriga a posturas anti-higiênicas e, além disso,

voltam para casa para dar a outra jornada de trabalho desta vez sem nada receber. Seriam idiotas se não desejassem mudar essa vida. Mas dona Sandra Cavalcanti nunca pensou nessas coisas; nunca leu nada a respeito; nunca entendeu que, mais do que nunca, a esquizofrenia feminina é sinônimo de falta de solidariedade. E é uma pena. "Mulheres conservadoras — diz uma escritora e jornalista brilhante — são piores que mil homens machistas."

Programa de creches

Como o falha

PAULO SÉRGIO SCARPA

O prefeito Reinaldo de Barros está enfrentando duras críticas das integrantes do Movimento de Luta por Creches, que cobram do Executivo municipal a promessa feita por ele logo no início de seu mandato: que sejam construídas até o final de 82, as 830 creches anunciadas. No entanto, embora o prefeito tenha posto 33 em funcionamento e inaugurado, somente na semana passada, 28 novas unidades que ainda não estão sendo usadas, novas críticas são ouvidas, desta vez relativas ao uso eleitoral desse programa, à qualidade e funcionalidade das creches já construídas e, finalmente, aos critérios adotados pelo prefeito para preencher os cargos com funcionários que irão trabalhar nessas unidades.

Reinaldo de Barros deposita extrema confiança nos resultados eleitorais do programa de instalação de creches, que sempre cita em seus discursos ou declarações. Mas a população organizada entrega cartas e faz manifestações, insatisfeitas com a quebra de promessas, desconfiada quanto à qualidade de construção de futuras unidades, exigindo melhoramentos nas 33 já em funcionamento e, além disso, reivindicando que os futuros funcionários sejam escolhidos entre os moradores do bairro onde se localizam, especialmente entre as mães.

Para saber como estão funcionando as creches da Prefeitura, a "Folha" visitou 14, localizadas na periferia dos bairros de Campo Limpo, Santo Amaro e São Miguel Paulista, constatando irregularidades na construção dos edifícios; descobrindo também, que há falta de funcionários; gasto de dinheiro público na compra de materiais desnecessários; deficiências no projeto inicial, elaborado pela equipe técnica da Coordenadoria do Bem-Estar Social (Cobes), que planejou pequenas salas, agora úmidas e frias, para abrigar crianças até seis anos de idade, além de falta de material pedagógico.

Falhas que provocaram o desabafo de uma orientadora social, trabalhando atualmente em uma das unidades: "as creches acabam se tornando verdadeiros depósitos de crianças, que recebem rica e farta alimentação diária, mas que estão sendo confinadas em pequenos espaços, mal planejados, extremamente frios e sem qualquer preocupação pela recreação."

De fato, as crianças recebem alimentação cinco dias por semana, e quatro vezes por dia, que pode ser considerada de ótima qualidade, rica em proteínas e farta — o que representa, para os técnicos da Cobes, um dos principais objetivos do programa de creches, que é o de acabar com a desnutrição, de centenas de crianças carentes da periferia.

"O programa de creches, realmente, tem por finalidade abrigar, alimentar e sanar a desnutrição de suas crianças" — acentua Wilson Quintella, coordenador da Cobes.

Argumento que não é aceito pela maioria das diretoras e funcionárias. "Um programa caro como o das creches (estima-se que serão gastos nove bilhões de cruzeiros no programa; até 1982) deve ser ampliado e melhorado. Não aceitamos somente o fato de abrigar e alimentar tantas crianças. Temos que dar a elas uma educação sadia e boa, na medida que são crianças carentes física e emocionalmente. Por isso, lutamos por melhores condições pedagógicas e de assistência."

As funcionárias aqui entrevistadas não estão identificadas, de forma a se evitar eventuais pressões que contra elas possam vir a ser feitas.

F/SP 19/7/81



A falta de espaço é um dos pontos falhos das creches da Prefeitura...



...onde, apesar da boa alimentação, há problemas de umidade e também...



Fotos de Osvaldo Amorim

...da conservação dos prédios, cuja localização é muito criticada.

Rachaduras em prédio novo

Uma das mais insistentes reivindicações do Movimento de Luta por Creches refere-se ao atual estado de conservação das unidades, levando-se em consideração o preço estimado pago pela Prefeitura para cada creche — 18 milhões de cruzeiros. As integrantes do Movimento exigem melhorias, tais como a substituição do atual piso de cimento, que transmite umidade, por piso vinílico; a colocação de azulejos na cozinha e banheiros e a pintura das paredes com tinta latex e a óleo, visando maior higiene.

No entanto, ao se visitar as creches em funcionamento, constata-se diversas outras irregularidades, como rachaduras nas paredes (todas as creches foram construídas com blocos de concreto, "muito frágeis", segundo os zeladores); apenas cinco meses depois de serem inauguradas; e a parte de instalação elétrica está se mostrando frágil para suportar a utilização de energia que faz funcionar, diária e quase ininterruptamente, duas máquinas de lavar, duas dessecadoras, duas geladeiras com "freezer", uma geladeira pequena para o lactário, oito chuveiros e mais uma torneira de água quente. Diversas máquinas já sofreram consertos e muitas estão paralisadas devido à inadequação das instalações elétricas em relação à quantidade de energia utilizada.

O que mais chama a atenção, entretanto, é a atual situação dos terrenos onde foram construídas as unidades. As áreas estão cedendo em algumas creches porque foram aterradas e não apainadas, o que está provocando rachaduras nas paredes e fendas no piso, mostrando ainda que este não recebeu uma camada de cascalho sobre a terra para depois ser colocado o cimento.

O projeto para as unidades, feito por técnicos da Cobes, também não previu a colocação de colunas de concreto para dar sustentação ao edifício. Assim, centenas de blocos pré-fabricados de cimento sustentam vigas de madeira, que, por sua vez, acolhem um telhado de placas de zinco, "o que deixa a creche muito mais frágil do que aparenta e pode significar um desgaste brutal em poucos anos", conforme acentuam diversos mestres-de-obra consultados nos locais, pela reportagem.

Tais críticas foram apresentadas ao assessor-chefe do programa, José Olinto Machado Jr., que acabou por confessar que "o programa de creches não foi devidamente planejado, daí estar a Prefeitura modificando as novas creches já inauguradas e as em construção" e que "as empreiteiras contratadas através de licitação pela Prefeitura, por sua vez, cometeram diversas falhas na construção das unidades". O mais grave, no entanto, é que, segundo José Olinto, "não houve, por parte da Prefeitura, fiscalização

adequada durante a construção das unidades". Para a construção das primeiras creches, a Prefeitura contratou, entre outras, as seguintes empreiteiras: Mencasa, Tili, Caruso e Silcon Engenharia.

Em algumas creches também foi constatado pela reportagem que as empreiteiras colocaram alguns ralos sem o devido cano de escoamento de água.

PROJETO INICIAL

Uma das críticas das professoras quanto ao projeto inicial das creches refere-se à própria distribuição dos seus cômodos, "muito pequenos, que não comportam mais do que trinta crianças, e mesmo assim com colchões colocados um ao lado do outro". Estas mesmas creches, previstas para receber até 120 crianças, não estão funcionando com sua capacidade total porque a Prefeitura ainda não contratou os funcionários que já fizeram exame médico, após terem sido aprovados na seleção. "Não sabemos como poderemos acolher 120 crianças em salas pequenas, poucos chuveiros e pessoal reduzido", afirma uma diretora.

As professoras dizem também que, quando chove, não há espaço para as crianças ficarem fora das salas, "pois os corredores internos da creche são abertos, e mesmo o galpão de recreação não tem nenhuma proteção contra a chuva". Se não bastasse isso, os ralos internos não estão dando vazão para o escoamento da água, formando assim grandes poças.

MATERIAL INÚTIL

Como ficou constatado também, durante a visita às 14 creches, a Prefeitura gastou muito dinheiro na compra de material desnecessário, para as unidades, tais como enceradeiras, para pisos de cimento, sem o menor acabamento, e berços muito pequenos e frágeis para crianças até nove meses de idade. Quanto às enceradeiras, José Roberto Maluf, chefe-de-gabinete do coordenador da Cobes, diz que elas "foram compradas porque pretendíamos passar semanalmente cera na cozinha e banheiros, para criar uma camada impermeabilizante". O projeto, segundo ele, não deu certo, porque "não houve concorrência pública para aquisição de cera".

No entanto, José Roberto Maluf justifica a compra das enceradeiras afirmando que "a partir de 82, elas serão utilizadas, já que pretendemos colocar piso vinílico em todas as creches, na parte do berçário e salas-dormitório". A colocação de piso vinílico não constava do plano inicial das creches, passando a fazer parte das preocupações da Cobes a partir das reivindicações do Movimento de Luta por Creches. Quanto à compra de berços pequenos e frágeis, José Roberto Maluf reconhece que "realmente não houve muita fiscalização".

Para lembrar

"Não queremos nada além do que o projeto inicial de construção das creches determina."

(Trecho de Carta Aberta à População, do Movimento de Luta por Creches)

"Folha", 9.7.1981

Isto também é com você: a luta é de todos nós.

Alimentação é ponto positivo

O dia de uma creche começa às 6h30. Mas, às 6 horas, já se pode encontrar algumas mães à espera da hora de entregar seus filhos a dezenas de funcionárias, que conviverão com eles doze horas por dia.

Já aberta a creche, as crianças passam, por uma triagem, feita pela orientadora social, quando é observado o seu estado físico: se estão machucadas, febris, etc. É um ritual repetido todos os dias, sempre à mesma hora. "Somente recebemos a criança quando ela está em estado satisfatório para conviver com as demais. E quando também perguntamos como passou a noite, se está com dores ou com outros problemas. Caso haja algum ferimento, por exemplo, ou mesmo uma mancha roxa na pele, anotamos a ocorrência em um papel e pedimos para a mãe assinar. Fazemos isso para evitar acusações, na hora da saída, de que a criança feriu-se no interior da creche", informa uma das diretoras.

As crianças são divididas em turmas ou grupos, segundo a capacidade prevista para cada creche. Na maioria das creches, há sempre um berçário para crianças até nove meses de idade; o berçário-2 (de dez meses a um ano e meio de idade); minigrupo-1 (de um ano e meio a dois anos e meio); maternal-1 (de dois anos e meio a quatro anos); e jardim da infância (de quatro a seis anos).

REFEIÇÕES

No período das 6h30 às 8 horas, as crianças vão ocupando a unidade, pouco a pouco, com gritos, brincadeiras e correrias: é o início de um novo dia. Às 8 horas, é servido o café, a primeira de uma série de quatro refeições completas que são oferecidas diariamente. Na primeira, conforme estipulava o cardápio oferecido pela Superintendência Regional do Serviço Social (Surs) na última sexta-feira, foi servido chocolate quente e pão com geléia de laranja; às 10h40 é servido o almoço (arroz, feijão, frango refogado, reforçado com legumes, suco de laranja e salada de frutas); às 15 horas, o lanche da tarde (suco de abacate e bolo); e, às 16h30, o jantar (sopa de legumes e frutas). O cardápio é distribuído para todas as creches semanalmente e, dele, sempre constam refeições reforçadas com carne de vaca ou frango, além de verduras e frutas.

FALTA MATERIAL

Nos intervalos entre as refeições, as crianças são levadas logo pela manhã, para um "banho de sol" (quando o tempo está bom), fazem recreação no pátio externo da creche (em sua maioria pequenos, sem "playground"). Após meia hora de recreio, são conduzidas para suas respectivas salas, separadas por faixa etária, onde desenvolvem trabalhos pedagógicos dirigidos: desenhos, para testar controle motor; canto e brincadeiras com argila. Uma das frequentes queixas das professoras — insuficientes para o número de crianças — refere-se à falta de material pedagógico. "A Cobes nos envia muito pouco. Temos alguns lápis de cor, tinta guache e papel. Temos mesmo é que improvisar tudo, trazendo até material de casa", diz uma delas.

UMIDADE

Antes do almoço, o primeiro banho do dia. As crianças do berçário são lavadas em pequenas banheiras revestidas de tinta latex, enquanto os maiores vão para os banheiros, um com chuveiro menor, com piso elevado, para facilitar a assistência da pajem, e outro maior, mas sempre com a presença da pajem. Logo após o almoço, um descanso até as 14 horas. As salas são transformadas em dormitórios, com a colocação de pequenos colchões de espuma, revestidos com um lençol e cobertor, marcados com o nome de cada criança. Devido ao piso de cimento sem revestimento, as professoras queixam-se de que a intensa umidade passa para os colchões chegando aos lençóis, "o que tem provocado muita gripe neste inverno, casos de bronquite e broncopneumonia".

Uma nova sessão de recreação dirigida é realizada após o lanche. Logo depois, mais um recreio e um novo banho, "pois as crianças brincam na terra, devido à falta de brinquedos." O jantar vem logo a seguir. O dia está quase terminando. Às 17h30 começam a chegar as primeiras mães, já que as crianças somente são entregues a elas ou a algum responsável indicado (pode ser vizinha ou parente).

O RETORNO

"O grande defeito das creches é que elas funcionam somente doze horas por dia e cinco vezes por semana. O fim de semana sempre acaba sendo catastrófico para todos nós, pois mesmo necessitando da presença dos pais durante dois dias seguidos, já que são crianças carentes de muito afeto, retornam na segunda-feira contando as misérias vividas em casa, na presença de pais desajustados, mães solteiras com diversos companheiros ou mesmo com piolho e sarna que foram tratados durante toda a semana pelas atitudes de enfermagem."

Mães que não podem amamentar sentem-se culpadas

Representante da Unicef na Comissão Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno mostra-se preocupado com os anúncios veiculados

DÁCIO NITRINI

"Uma campanha de estímulo ao aleitamento materno que deixa com sentimento de culpa as mães que estão impossibilitadas de amamentar é um verdadeiro desastre.

Gerson da Cunha, representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) na Comissão Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno, manifestou ontem sua preocupação com o resultado dos anúncios que estão sendo veiculados em todo o território nacional. Pesquisas que ainda estão sendo feitas com mães pobres de São Paulo e Recife já indicaram que as mães que não conseguem amamentar, por falta de creches e outros motivos, "estão se achando inferiores, mantendo uma péssima auto-imagem", revelou ele.

O representante da Unicef, defensor intransigente do aleitamento materno, em reunião realizada na noite de quarta-feira passada, promovida pela Associação Paulista de Saúde Pública, informou que os resultados da pesquisa sobre a campanha de propaganda ainda são parciais. Mas revelou que já é possível afirmar que esse grupo de mães, que é exatamente o público alvo da campanha, pertencente à população de baixa renda, além de estar demonstrando sentimento de culpa por não ter condições de amamentar, está com falta de auto-confiança, não tem informações mínimas sobre como amamentar e, "curiosamente, sabe, com certeza que o leite humano é muito melhor para as crianças de que o de lata, artificial".

DÚVIDA

Assim, Gerson da Cunha, põe em dúvida a linha adotada durante a campanha — que se dirige basicamente às mães, responsabilizando-as exclusivamente pelo aleitamento. "Será que devemos ir a essas mães pobres e apelar para a amamentação?", perguntou ele. Gerson da Cunha diz que um apelo mal dirigido pode até piorar o problema. "Como consequência, por exemplo, da falta de conhecimento sobre a fisiologia da amamentação, o reflexo lactário acaba prejudicado", explicou ele.

O resultado parcial, da pesquisa feita com mães de São Paulo e Recife, segundo Gerson, mostra que provavelmente o público alvo das campanhas futuras deverá ser a família e a comunidade em geral. E não mais apenas as mães.

"Ao invés de dizermos amamente o seu filho, devemos falar: quando uma mulher tem um filho, você também tem um filho, é a comunidade que ganhou um filho", exemplificou ele.

CAUSAS

As causas que estão provocando o desmame precoce no Brasil, para o representante da Unicef, são várias: 1) falta de educação e informação entre mães, médicos, serviços de saúde e órgãos oficiais do setor. 2) falta de estrutura dos serviços de saúde pública e sistema hospitalar — "as mães passam pelo pré-natal e não sabem coisa alguma, por exemplo, sobre a preparação dos seios", ou então, a criança fica no berçário ao nascer, separada da mãe," disse ele. 3) falta de facilidades da comunidade, para a mãe que trabalha, "que não dispõe de creches", 4) sistemas de marketing das fábricas de leite artificial, "que distribuem intensamente leite em pó nas faculdades de medicina, hospitais, centros de saúde".

Um caminho para solucionar esses problemas, para Gerson da Cunha, seria o de traçar uma estratégia de incentivo ao aleitamento, através de legislação, educação das mães e dos próprios médicos (nos cursos de formação médica, as aulas de aleitamento artificial são em maior número do que as de aleitamento materno).

Além disso, diz ele, "é necessário travar um diálogo com o setor industrial de leite em pó".

O médico José Martins Filho, professor da Universidade de Campinas, participante do debate promovido pela Associação Paulista de Saúde Pública, discutindo formas de incentivar o aleitamento materno, disse que "os pediatras do Brasil e do mundo é que são os maiores vendedores de leite em pó, porque não conhecem a fisiologia do aleitamento materno e não estão comprometidos com a verdade social. Martins Filho criticou o currículo das escolas de medicina, que tem carga horária pequena para o tema de aleitamento materno, o que acaba propiciando a aceitação da propaganda do leite em pó por parte dos alunos.

F/SP 21/7/81
PERDA

Levantando vários aspectos polêmicos sobre a questão, o professor da Unicamp informou que trabalhos científicos comprovaram que o leite da mulher desnutrida, em termos de qualidade, perde apenas gordura e volume, e por isso a campanha está incentivando que até mesmo essas mulheres de baixa renda, desnutridas, amamentem. Os trabalhos científicos comprovaram também que se os filhos das mulheres desnutridas forem alimentados com leite artificial terão maior possibilidade de contrair doenças e morrerem.

Mas se tecnicamente já está comprovado que quando se dá leite em pó para uma criança, está se aumentando a possibilidade de diarreias, ou está sendo prejudicada a sua capacidade de resistência à infecções, "até que ponto é justo simplesmente acabar com a distribuição gratuita de leite em pó pelo Estado, sem colocar nada em troca?", perguntou Martins Filho. Ele diz que há indícios que as mulheres de classe média é que estão voltando a amamentar os filhos, enquanto as de baixa renda ainda não.

Martins Filho também abordou a falta de estrutura de apoio às mães pobres, que trabalham fora. "Onde é que estão as creches deste Brasil, previstas em lei?", perguntou ele. Além disso, o professor da Unicamp diz que é necessário desmistificar uma série de conceitos que estão consolidados, inclusive entre a classe médica. Se uma mãe tem apenas 3 meses de licença para o parto, como vai amamentar o filho, durante 6 meses? Usando o banco de leite? Não, é preciso acabar com isso de que a criança só pode comer com bico de mamadeira, pois essa é a posição dos que querem vender mais leite artificial. Nós sabemos que uma criança de 3 meses de idade pode comer verduras, hortaliças e até carne", afirmou ele.

MARKETING

O Código de Ética da Organização Mundial de Saúde (OMS) e Unicef, aprovado em maio passado, em Genebra, por 119 países, inclusive o Brasil, e que teve a oposição apenas dos Estados Unidos, já está sendo estudado pela Comissão Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno, coordenada pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (Inam). A médica Marina Ferreira Rêa, da Secretaria da Saúde, participante do 1.º Congresso da Rede Internacional de Ação Sobre Alimentos Infantis, realizado em maio passado, em Genebra, considera a criação desse Código uma vitória: "uma nova fase da luta para prevenir a chamada doença da mamadeira, através do controle à propaganda de leites artificiais para bebês".

A realização desse congresso deu-se imediatamente após a assembleia da OMS / Unicef, que aprovou o Código de Ética, cujo projeto foi elaborado com a ajuda de grupos de consumidores. A vigilância das atividades das indústrias de leites infantis, a sua penetração no sistema de saúde e nas compras governamentais de alimentos, é uma das prioridades aprovadas pelo Congresso, segundo Marina Rêa.

Além disso, é necessária a mobilização de organizações comunitárias, especialmente grupos de mulheres, para apresentar propostas concretas de mudanças de rotinas hospitalares e de centros de saúde, que sejam favoráveis ao aleitamento materno. Pressionar a criação de uma legislação nacional que force a indústria a interromper procedimentos antiéticos de propaganda e combater o chamado "material educativo, produzido pelas indústrias que têm sabotado as práticas de aleitamento materno, também é prioritário.

"A gente sabe que a indústria de leite artificial vai tentar sabotar a aplicação do Código", disse Marina Réa. Ela prevê que a estratégia a ser adotada pela indústria será "uma generosa distribuição de presentes aos profissionais da saúde". Marina revelou que durante a realização da Assembléia da OMS/Unicef, "o lobby dessas empresas incluía, entre outras coisas, passagens gratuitas e viagens por toda a Europa".

Como os governos que aprovaram a criação desse Código, "acabaram se comprometendo publicamente em fazer legislações que o coloquem em prática", segundo a médica, é preciso pressionar para que as leis sejam feitas: "Isso

só vai depender da gente, da comunidade, pois nos países onde esses grupos de base já estão organizados, essa legislação já começou a ser feita".

SÃO PAULO

A Secretaria de Saúde de São Paulo embora apóie e faça a Campanha Pró-Aleitamento Materno em todos os centros de saúde, vai continuar a distribuição gratuita de leite em pó, através da rede de atendimento de serviços bá-

sícos. Mensalmente há 600 toneladas de leite artificial, integral, colocadas à disposição da população. Há menos de 15 dias, foi preciso uma verba suplementar de 1,84 bilhão de cruzeiros para garantir a continuidade dessa distribuição, até o final do ano.

"Esse é um direito adquirido pela população há mais de 20 anos, e não seria uma medida politicamente adequada a sua eliminação pura e simples", explicou a nutricionista Maria Lúcia

Stefanini, da Comissão de Coordenação do Projeto de Incentivo ao Aleitamento Materno, da Secretaria de Saúde. Ela afirma que essa distribuição "sem dúvida é um reforço à idéia do leite artificial", mas que se pretende uma reformulação gradativa desse sistema — sem diminuir a quantidade de compra — talvez fazendo a distribuição do leite em pó apenas para as mães de crianças com no mínimo 3 meses. "Assim, pelo menos

nos três meses iniciais, as mães passariam a amamentar seus filhos", disse.

As nutrízes — mães que amamentam — recebem da Secretaria uma suplementação alimentar (Gestal) feita à base de açúcar, farinha de milho e soja.

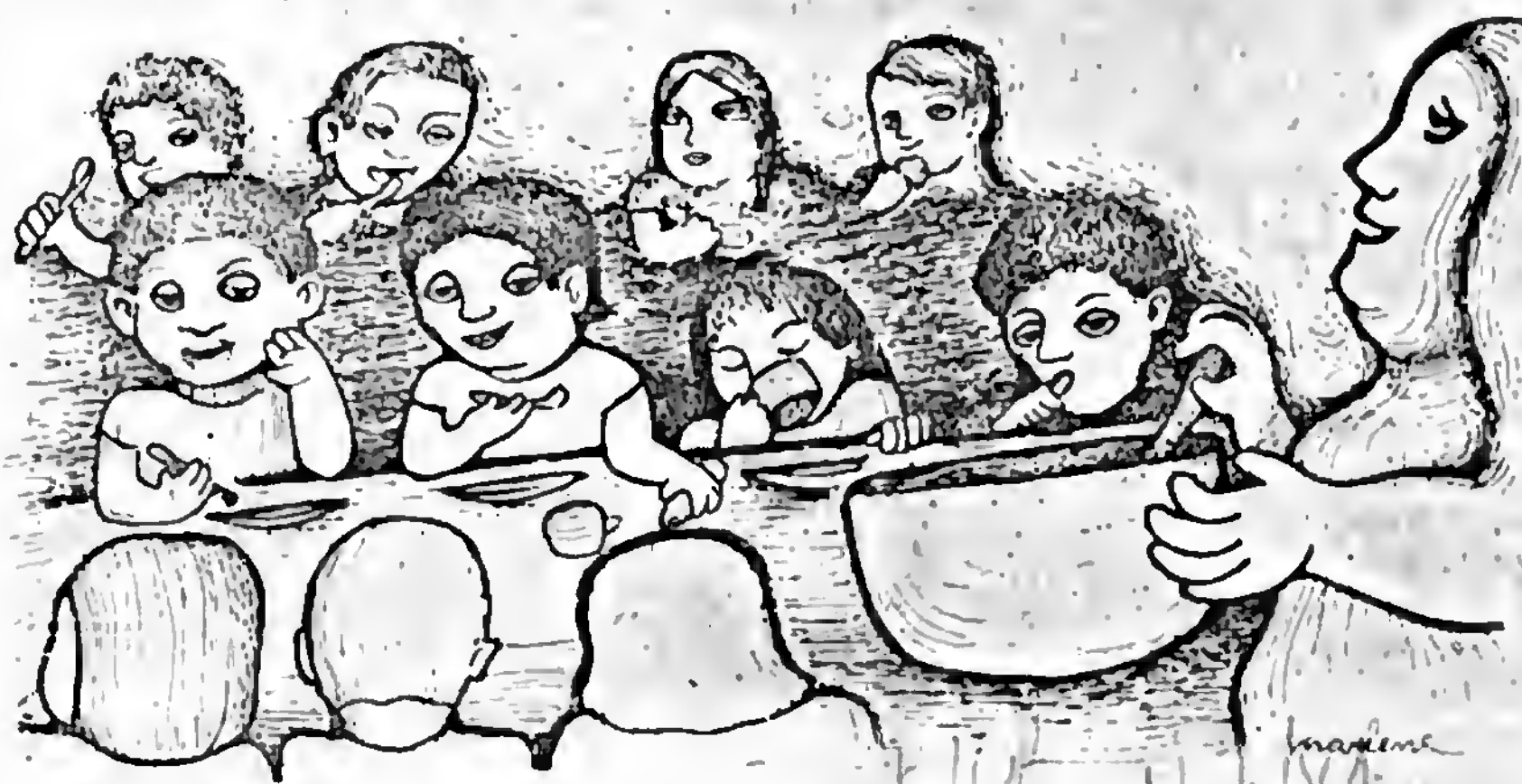
Mas inúmeras mães vão ao Centro de Saúde, afirmam que não têm mais condições para amamentar e passam a receber o leite em pó. "Isso é a realidade, ela às vezes mente, continua amamentando a criança e pega o leite em pó para toda a família", contou a nutricionista.

RECOMENDAÇÃO

O diretor do Departamento Materno-Infantil da Secretaria, Vicente Moneti, contou que já está recomendando aos médicos dos Centros de Saúde "para ficarem mais atentos à distribuição do leite em pó" porque as atendentes fazem isso "generosamente". Moneti garantiu que a Secretaria já está tomando

medidas concretas para incentivar o aleitamento materno. Entre elas citou que está sendo pedido para as escolas de medicina que aumentem a carga horária das aulas de aleitamento.

Está se incentivando também os hospitais a acabarem com os berçários tradicionais, onde as crianças ficam separadas das mães, substituindo-os pelo chamado "alojamento conjunto", onde o filho permanece ao lado da mãe, após o parto.



Há 47 anos, creche vive de donativos

Duzentas crianças atendidas gratuitamente

PAULO SÉRGIO SCARPA

São quatro horas da tarde. Um grupo ruidoso de crianças atravessa o pequeno "hall" de entrada do dispensário mantido há 47 anos pela congregação das Filhas de Caridade de São Vicente de Paula no bairro do Ipiranga, em São Paulo. Vestidas com agasalhos de ginástica, devido ao forte frio, as crianças dirigem-se para o pequeno pátio interno do edifício, ornamentado com frondosas samambaias e antúrios, tendo ao fundo, como uma espécie de guardiã, uma imagem de Nossa Senhora. Ali, o grupo aguardará alguns minutos a "hora do lanche", que será servido em um dos dois amplos refeitórios, formado por pequenas mesas e cadeiras, que ocupam todo o seu espaço.

Esta é uma cena que se repete, em horários diferentes, seis dias por semana na creche mantida pelas religiosas, que cuidam de duzentas crianças, de quatro meses a dez anos de idade. São filhas de famílias de baixa renda, cuja educação e cuidados estão sob a responsabilidade de dezessete religiosas, quatro professoras cedidas pela Secretaria Estadual de Educação e uma dezena de funcionários que cuidam do berçário, atualmente com trinta crianças, da higiene, educação escolar, alimentação, saúde e recreação de meninos até sete anos e meninas até dez anos de idade.

"Nosso atendimento sempre foi gratuito — diz irmã Odila, responsável pela creche — e espero que assim continue, já que, até hoje, conseguimos sobreviver a todas as crises às custas de donativos e de uma verba anual que pedimos à Prefeitura Municipal". Ela, explica, no entanto, que o que mantém viva a entidade, são os donativos.

Há, no entanto, uma outra espécie de contribuição, esta oriunda de alguns pais, "que podem dispor de uma parte de sua renda familiar, e que muito nos ajuda.

A creche do dispensário das Filhas de Caridade de São Vicente de Paula tem uma meta que é seguida religiosamente, segundo irmã Odila: a de atender somente crianças cujos pais não tenham nenhuma condição de educá-las e evitar, "com o nosso trabalho, que as mesmas crianças sejam abandonadas por suas famílias". Esta filosofia fez com que a entidade rompesse, no ano passado, convênio assinado com a Febem, que chegava a enviar para a creche cerca de cem crianças por ano. "A mãe quando deixa seu filho na Febem — explica irmã Odila — acomoda-se e, com isso, facilita demais o abandono, o que fere frontalmente os objetivos da nossa creche, que é o de atender as crianças, mas fazer com que seus pais continuem a educá-las."

O rompimento do convênio com a Febem, acrescenta a religiosa, levou a creche a receber inúmeros pedidos de outras entidades que também assistem crianças e que não têm condições físicas de recebê-las. É o caso da Fundação Nossa Senhora Auxiliadora, que atende anualmente cerca de 1.100 crian-

ças, uma parte destas hoje frequentando a creche das religiosas de São Vicente de Paula.

A creche funciona diariamente, das 7h30 às 18h30, mas há mães que deixam seus filhos às 6h30. "São operárias que moram longe do trabalho e que não têm com quem deixar seus filhos até as 7h30." Logo pela manhã, as crianças recebem a primeira refeição do dia: café, leite, pão com manteiga. Mas outras três refeições serão dadas no correr do dia: almoço, à base de arroz, feijão e uma mistura com carne e verduras, além de frutas ou doces na sobremesa; o lanche da tarde, café, leite, pão com manteiga; e o jantar, arroz, feijão, carne, batata e verduras. Há casos, entretanto, de crianças que permanecem em regime de internato, na creche. Para essas crianças, a creche dispõe de dois amplos dormitórios, um para meninos, outro para meninas, com camas separadas, localizados no terceiro andar do dispensário.

Mas o que chama a atenção para quem chega à creche é a extrema limpeza e o carinho com que as crianças são tratadas pelas religiosas, professoras e funcionárias. Com o passar desses 47 anos, as religiosas de São Vicente de Paula fizeram diversas modificações no edifício original. Construíram diversas alas, como os dois refeitórios, cada um com sua cozinha; banheiros especiais para as crianças menores; chuveiros mais baixos; salas de aula com pequenas mesas e cadeiras, pois a creche mantém Jardim de Infância e pré-primário e maternal; quatro áreas de recreação, além de rouparia e lavanderia próprias para as crianças. Isto é, separadas da comunidade religiosa.

Uma outra inovação introduzida por irmã Odila, nestes oito anos que dirige a creche, foi a construção de um berçário, com cozinha especializada e separada das demais alas; uma área de recreação para crianças em fase de engatinhar e a construção de novos sanitários. Todo o edifício tem piso revestido, para evitar a umidade.

SAÚDE

A creche dispõe ainda de serviços médicos e odontológicos, fornecidos pela Secretaria Municipal da Saúde, que ocupa uma ala do edifício que, em troca, oferece seus serviços gratuitos para as crianças. Um médico e um dentista, auxiliados por duas enfermeiras e uma assistente social, atendem as crianças em período integral. O posto de saúde também oferece o ciclo de vacinação completo para crianças de zero a sete anos de idade, além de servir a comunidade do Ipiranga.

"A sociedade civil brasileira, de uma certa forma, muito deve às comunidades religiosas que atuam no Brasil. Temos que reconhecer que os religiosos cumpriram, e cumprem um papel, principalmente no que se refere à educação dos jovens, que é função do Estado. Pela falta de condições, e tantos outros problemas que não vale a pena enumerar, os religiosos tomaram essa iniciativa e creio que estamos cumprindo com dignidade e amor esse papel", diz irmã Odila.

No Butantã, favela elege uma mulher como presidente

Adélia de Souza Silva tem apenas vinte e seis anos de idade e já carrega um título. Ela é a primeira mulher presidente de associação de favela de São Paulo. Assim decidiram os moradores do Sapé — uma das maiores favelas da região do Butantã — que, no dia 28 de junho último, compareceram às urnas para apontar a terceira diretoria de sua entidade.

A vitória foi tranquila, pois Adélia soube contornar todos os obstáculos que encontrou pela frente. Esta paranaense, mãe de três filhos pequenos, teve que enfrentar a intransigência dos homens e até das mulheres da favela.

Cansou-se de ouvir que uma mulher não teria capacidade para assumir cargo de direção. E, embora as mulheres participem ativamente dos movimentos de favela, muitos homens ainda teimam em afirmar que o lugar delas é na cozinha. Por esta razão, Adélia decidiu concentrar sua atuação na luta contra todo tipo de preconceito, seja de raça, de sexo ou de religião. "Quero me bater por uma nova mentalidade para o povo; para que a mulher favelada possa participar de todas as atividades de sua associação", assinala a nova presidente.

Agora Adélia terá que conciliar as

atividades na Associação com o trabalho de casa e o emprego. Durante o dia, ela faz limpeza em casas de família; à noite, é professora do Mobral e ainda sobra tempo para arrumar a casa, lavar e passar a roupa, fazer comida, cuidar dos filhos e dedicar-se ao marido que a ajuda também. Adélia acha que a mulher favelada sofre uma dupla discriminação, pois "além de ser mulher, a favelada nunca teve boa reputação, logo pensam que se trata de uma vagabunda".

Adélia enfrentou problemas de todos os lados para chegar à diretoria da "Sociedade Amigos do Sapé", mas, em casa, obteve todo o apoio necessário. E aí, a favela do Sapé apresenta outra novidade: seu marido, Joel Niela da Silva, foi eleito vice-presidente da associação. Joel tem trinta e um anos, é operário da construção civil e ganha noventa e dois cruzeiros por hora. Ele acha que o homem brasileiro é muito machista. "Por que não deixam a mulher participar das lutas do País? — pergunta o novo vice-presidente. Acho que a gente tem que somar cada vez mais e nunca dividir. Somente assim poderemos derrubar todas as injustiças". (H.B.)

“Centro é mais uma conquista do povo”

HELÔ CAPONI

As inscrições douradas da placa de mármore a ser colocada no Centro de Saúde do Jardim 4.º Centenário, em São Mateus, zona Leste da Capital, assim que começa a funcionar em setembro, reafirmam a decisão da população de não mais aceitar que políticos utilizem as conquistas de suas lutas para fins eleitorais. Exibida sob aplausos e foguetes, durante a inauguração do prédio do Centro de Saúde, no sábado passado, a placa comprada pelos moradores, vai registrar que “o Centro de Saúde é mais uma conquista do povo, através de sua Comissão de Saúde do Movimento de Saúde da Região de São Mateus”, ao contrário dos tradicionais nomes de políticos.

“Dizem que não vão nos deixar colocar a placa. Mas ela vai ser chumbada” — afirmou um dos moradores. Como todos os presentes, ele não aceita que políticos apareçam como beneméritos de uma obra conquistada pela população; o Centro é mais uma conquista do povo.”

A própria festa, feita pelos populares, foi uma manifestação de protesto contra as inaugurações “oficiais”. Embora sem autorização para entrar no Centro de Saúde, cerca de duzentas pessoas reuniram-se, na tarde de sábado, em frente ao prédio já concluído, para festejar mais uma vitória. “Falaram que esta é uma inauguração simbólica. Mas esta é a verdadeira inauguração, pois o povo lutou para conseguir o Centro e é o povo quem deve inaugurar” — dizia um dos moradores.

A determinação dos populares era tal, que nem mesmo a fina chuva fria que tomou conta de São Paulo, no fim de semana, tirou o brilho da festa. A chuva só conseguiu molhar as bandeirinhas feitas de jornal e revista velhas. Apesar do frio várias músicas eram cantadas com entusiasmo, com coros de: “Com chuva ou não, o povo tem união.”

Em cima da carroçaria de um caminhão emprestado, para servir de palanque, vários moradores falaram sobre as dificuldades e vitórias do Movimento de Saúde da Região de São Mateus, nos últimos seis anos. No final da tarde, enorme bolo foi cortado e distribuído a todos os presentes que cantavam “parabéns a você”.

O Movimento de Saúde da Região de São Mateus teve início há cerca de seis anos, quando alguns moradores, principalmente mulheres engajadas na luta contra a carestia, começaram a se conscientizar dos problemas de saúde e a tentar fazer algo para contorná-los. No Jardim 4.º Centenário, por exemplo, um grupo de mães, no início, resolveu agir junto à população, arrecadando dinheiro para o transporte de pessoas até o Centro de Saúde — mais próximo, na Vila Carrão, para que nascessem seus filhos.

“Não tinhamos hospital nem centro de saúde. Doença tinha demais: tuberculose, verminose entre outras” — afirmou Ivoni Bova. Envolvida no Movimento desde o começo, ela lembrou que os moradores foram se juntando rapidamente à luta por melhores condições de saúde. Atualmente, o Movimento estende-se por todos os bairros da região de São Mateus. De Aricanduva até o Jardim Igatemi, cada Vila tem uma comissão.

Após um ano de reivindicação, a população do Jardim 4.º Centenário conseguiu a instalação de um posto de saúde provisório. “Foi uma luta para conseguir o prédio para a Prefeitura alugar, pois aqui quase ninguém tem escritura” — esclareceu Ivoni.

A instalação do posto, entretanto, não foi suficiente. Pequeno, mal equipado, com apenas um médico, não chegou a atender às necessidades da população durante os últimos quatro anos; o fato fez com que os moradores continuassem mobilizados, até a construção do prédio que terá quatro consultórios médicos e um para dentista.

A luta do Jardim 4.º Centenário era singular a toda a região de São Mateus, onde

comissões de saúde proliferavam. No final de 1978, já unidas em torno do mesmo objetivo, os membros das comissões elaboraram pesquisa, na qual apontaram a existência de apenas seis Centros de Saúde que não davam atendimento adequado; além disso, o pronto-socorro mais próximo era o de Tatuapé. Em maio de 1979 foi feita assembleia, com mais de mil pessoas, da qual resultaram várias reivindicações.

A população queria a melhoria dos centros de saúde existentes, a construção de novos, além da implantação de ambulatório e hospital público. Também reivindicava o direito de formar um conselho de saúde para fiscalizar os serviços médicos prestados.

Após mais de duzentas reuniões, realizadas pelas comissões durante o ano de 1980 e da pressão dos populares que chegaram a lotar oito ônibus para ir até o secretário da Saúde, São Mateus começa a ver os resultados da luta pela melhoria da saúde.

Conforme publicação no “Diário Oficial”, deverão ser construídos, até o final do ano, dezesseis centros de saúde na região. O secretário da Saúde, Adib Jatene, também prometeu que serão construídos hospital e ambulatório naquele bairro, além de instalação imediata de postos de saúde provisórios.

O Centro de Saúde inaugurado pela população do Jardim 4.º Centenário, sábado passado, é o quinto da lista e o segundo com prédio próprio. Outro, já com edifício próprio construído, foi implantado na Vila Antonieta. Os de São Mateus, do Jardim Roseli e Igatemi e dos Jardins Helena, Augusta e Boa Esperança funcionam em imóveis alugados.

“A construção do prédio próprio não é o fim da nossa luta. Precisamos de hospitais e ambulatórios” — lembrou Ivoni Bova, do Jardim 4.º Centenário.

Ela assinalou que o Movimento encontra-se também mobilizado, agora em torno da formação do Conselho de Saúde, reivindicação aceita pelo Secretário da Saúde. As inscrições de candidatos já estão abertas e até o final de outubro ele deverá estar formado.

Durante todo o domingo passado, trinta e cinco representantes das comissões do Movimento de Saúde da Região de São Mateus estiveram reunidos no colégio Maria Vard, no Tatuapé, para avaliar o trabalho desenvolvido até agora. Um dos pontos discutidos foi o da infiltração de partidos políticos no Movimento.

Na opinião dos presentes, a postura em relação a estas infiltrações deverá continuar sendo a mesma. Ou seja, rebatida, pois os partidos políticos, assim como entidades religiosas, não são reconhecidos pelo Movimento. “Podemos até concordar em debater os partidos políticos existentes, mas nunca assumir uma direção unilateral. A medida que aceita nossos princípios, qualquer pessoa pode participar” — lembrou um dos representantes das comissões.

O princípio básico defendido é de que, assim como surgiu da população, deve continuar nas mãos da população. “Depois do bolo assado todos querem comer” — afirmou outra representante, referindo-se ao aparecimento de políticos que pretendem se engajar na luta, para poder reivindicar para si próprios as obras conquistadas pela população, através de grandes campanhas.

Na opinião geral dos integrantes do movimento, a reunião de avaliação foi bastante importante, pois mostrou que, durante os seis anos de mobilização, o Movimento ampliou-se. Mas todos estão conscientes de que a construção dos dezesseis centros de saúde, conseguida através da união, não representa a solução final para os problemas. Os postos, para eles, são apenas uma melhoria, sendo preciso intensificar a luta para eliminar as causas das doenças.

Para lembrar

“O caminho é aprofundar

a participação popular.”

Plínio de Arruda Sampaio,

“Folha”, 4.7. 1981

Violência contra a mulher



Holanda

• Vera, 35 anos, casada há 5 anos, começou a sofrer violências físicas por parte do marido há 3 anos, mas só quando ele bebia. E ele bebia sempre. Mas Vera nunca deu queixa na delegacia, tinha vergonha. Apareceu no S.O.S. com o braço quebrado, o marido bebeu demais e se excedeu. Ela não aguenta mais. Separar? Não sei...

como é que vão ficar as crianças?

• Iara, 17 anos, voltava de uma festa em companhia das amigas, cada uma foi chegando em casa e ela ficou por último, sózinha, era quase meia noite. Passou um carro com 3 ocupantes, mexeram, Iara não olhou. Eles voltaram e a estupraram numa travessa do Tatuapé. Depois do estupro pegaram suas roupas

e jogaram no telhado de uma casa. Iara chorava muito, e seu choro e gritos acordaram a vizinhança. Pegaram sua roupa e chamaram a polícia.

Ela não lembrava de onde vinha, onde ficava sua casa, nem seu nome. Levaram-na até que se acalmasse e lembrasse de seu endereço. Iara não denunciou, não contou a ninguém. Vergonha.

• Gilda, 34 anos, vai ao S.O.S. para denunciar que seu marido mexe muito com a filha de 10 anos. Começou ajudando a dar banho na menina quando ela era ainda nenê, hoje já a estuprou, manteve relações anais e orais. Não quer que ele faça mais isso. Tirar o poder pátrio? Isso significa que ele vai ter que sair de casa? Não, não quero separar dele.

• Maria, 40 anos, mora na periferia de São Paulo. Seu marido não bate, não maltrata, mas tem outra. Trabalhou a vida inteira, costurando, para ajudar a comprar uma casa, e uma cama de casal só pros dois. Ficou sabendo que ele deu um jogo de quarto para a amante. Um jogo completo. Não quer separar, quer o jogo de quarto.

Onde nasce a violência

Os homens são os culpados dos espancamentos, estupros e toda forma de ataques que se cometem cotidianamente contra as mulheres?

Esses são alguns exemplos daquilo que se chama de violência contra a mulher, exemplos tirados das quase 700 fichas de atendimento do SOS-Mulher de São Paulo, demonstrando que quando se fala em violência não se fala no vazio de uma "invenção" abstrata.

Uma violência que começa no ato físico do estupro ou da surra, mas que se estende à impotência em que a sociedade joga a mulher vitimada: sem nenhuma profissionalização, educada para ser esposa e mãe, como vão ficar as crianças? como se sustentar? Pior, o fim do casamento é também o atestado de seu fracasso enquanto pessoa.

A resposta que a sociedade exige é sempre o silêncio. Mesmo a mulher estuprada é olhada com desprezo, se perdeu a virgindade; agora "caiu na vida", carrega para sempre uma vergonha. A convivência e o silêncio, abafando cenas no interior dos lares permitem que elas sejam cada vez mais cotidianas, a mulher como válvula de escape da violência crescente sobre todos os indivíduos.

Seria ingênuo e simplista culpar o homem ou o machismo por essa violência. A nossa primeira reação é de perplexidade: como pode uma pessoa chegar a um extremo assim, matar, espancar, estuprar? Depois a gente começa a perceber os fragmentos dessa violência que existem dentro de nós mesmos. A gente

começa a pensar na educação que recebemos, nos filmes que se vê, nas barras que se enfrenta. A gente percebe que esta violência estende suas raízes e se alimenta de um mundo que não tem lugar para o companheirismo, para o sentimento, substituídos pela competição, pela hierarquia, pela exploração, a posse e a mercadoria. Um mundo onde homens e mulheres são massacrados permanentemente e transformados em indivíduos incapazes de amar.

É o que constataram as plantonistas do S.O.S - Mulher de São Paulo, no primeiro telefonema que atenderam: "Moça, eu, ... bem, sabe é que - no mínimo era trote, pois a voz era de homem - a minha mulher, ela estava com um cartão de vocês. Veja bem, eu não sou violento. Sabe, eu trabalho o dia inteiro e não posso argumentar com meu chefe quando ele briga comigo. E a gente trabalha tanto para receber um salário que é um abuso. E depois, ah, depois tem aquele ônibus que tira qualquer cristão do sério. O ônibus vive tão cheio que eu nunca consigo descer no ponto mais próximo de casa. Daí eu já chegou de mau humor... Veja bem, eu queria que vocês entendessem isso. Eu amo muito minha esposa, mas chego de mau humor, cansado, qualquer falha doméstica dela já me irrita. E por estes dias eu perdi a cabeça..."

(por Marília Carvalho e Tereza Verardo)

Dupla discriminação

Além da discriminação enquanto mulheres, as lésbicas enfrentam a truculência dos policiais, "tratamentos" psiquiátricos e o código civil brasileiro.

É de muita importância ressaltar que as lésbicas são mulheres, já que para muitas, elas não passam de um homem com corpo feminino. Mulheres que sofrem a opressão e a discriminação pela sua condição biológica e que, pela sua opção sexual, ainda são vítimas de outras formas de violência.

No ano passado, tivemos um exemplo de ação violenta e arbitrária exercida sobre os homossexuais, quando o delegado Richetti e sua comitiva faziam suas "limpezas", invadindo os bares frequentados por homossexuais em São Paulo e carregando à força as lésbicas. Nem todos os documentos que eram apresentados aos policiais minimizavam a condição de "imorais", "degeneradas", "marginais" para os policiais empenhados na então chamada "operação Sapalão".

Estas leis, nunca escritas, mas que condenam qualquer pessoa que não aceite os padrões impostos pelo sistema basicamente moralista e machista, que não incorpore as "regras de normalidade", geram a violência, do seu sentido mais amplo ao mais específico e sutil.

Como em certas "linhas tendenciosas" da Terapia Comportamental que dispensam um tratamento específico aos casos de homossexualismo, através de choques elétricos e aplicações de injeções que causam náuseas concomitantes a projeção de slides mostrando corpos do mesmo sexo.

Violência também das leis escritas, quando no Tribunal da Justiça uma mãe lésbica certamente perde a guarda dos seus filhos, mesmo tendo todas as condições financeiras, educacionais e afetivas para dar a eles. E certamente perde também todas estas condições estáveis pelas consequências que a "justiça"

acaba acarretando - a perda do emprego, da auto-estima, do equilíbrio emocional - o escândalo que se forma em torno do assunto, a deturpação da imprensa, a invasão da sua individualidade, a perda total dos seus direitos de mãe.

Outra na constituição do Código Internacional de Doenças e do INAMPS, onde o homossexualismo é tido como desvio comportamental, podendo até ser aposentado por invalidez. Como modificar estas leis arbitrárias que fazem um homossexual perder o seu ritmo normal de produção pela sua preferência sexual?

Atualmente, e desde o seu começo, mulheres lésbicas vêm participando do SOS MULHER, desenvolvendo um trabalho importante junto às mulheres que o procuram. Dos casos atendidos pelo SOS até hoje, dois casos de lesbianismo foram registrados.

O primeiro, de uma mãe lésbica já desquitada, de quem o ex-marido queria tirar a guarda dos filhos pelo seu novo modo afetivo de convivência - com uma outra mulher.

O segundo caso, um pouco mais complicado, era de uma secretária que perdera o emprego por causa de telefonemas anônimos, acusando-a de lésbica ao colégio em que trabalhava. O que fazer em um caso destes? Em primeiro lugar precisava-se saber se ela estava realmente disposta a levar o caso até as últimas consequências - o que não ocorreu, porque isso implicaria em todo um escândalo em torno do seu nome, o que a dificultaria em arrumar um outro emprego, além de perder amigos e ser execrada pela família.

(por Silvana Afram)

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: *FOLHA DE PAZ*Data: *23/07/81*Pág. *—*

Pasta n.º

N.º do recorte

Concurso para *23/7/81* creches: prova

será em agosto

Os 42 mil candidatos que concorrem às 2.200 vagas em creches, realizarão o concurso no dia 23 de agosto em locais a serem divulgados pela Fundação "Carlos Chagas", que se incumbirá da elaboração das provas e da seleção final. Segundo a Coordenadoria do Bem-Estar Social — (Cobes), órgão organizador do concurso, as vagas existentes deverão suprir 203 creches a serem construídas na Capital até o final do ano e os aprovados que não forem inicialmente colocados ficarão cadastrados para posterior aproveitamento.

Os inscritos deverão retornar de 18 a 21 de agosto aos locais de inscrição para a retirada do cartão de informações do candidato. A prova escrita constará de questões de conhecimentos específicos que observará habilidades necessárias ao desempenho das funções pleiteadas: auxiliar de diretor de creche, auxiliar de enfermagem, professor de educação infantil, pajem, cozinheiro, auxiliar de cozinha, servçal I (faxineiro, lavadeiro e passadeiro), servçal II (contínuo, porteiro e guarda) e zelador. Para a realização das provas os candidatos deverão apresentar apenas um documento, podendo ser cédula de identidade, certificado de reservista ou carteira de trabalho.

A faixa salarial para os cargos varia de 10 a 26 mil cruzeiros: servçal I — Cr\$ 10.227,00, servçal II — Cr\$ 10.502,00, auxiliar de cozinha — Cr\$ 10.870, cozinheiro e zelador — Cr\$ 14.609, atendente de enfermagem — Cr\$ 20.220, professor de educação infantil — Cr\$ 24.209, assistente de administração — Cr\$ 25.023, e auxiliar de diretor de creche e de enfermagem — Cr\$ 26.900.

A jornada de trabalho será de 40 horas semanais para auxiliar de diretor e de enfermagem, atendente de enfermagem e assistente de administração. As funções de nível operacional, como pajem, cozinheiro, auxiliar de cozinha, servçal I, servçal II e zelador terão jornada de 48 horas semanais, e o professor de educação infantil, 24 horas.

F. Tardes
23/7/81
Creches: Reinaldo esclarece programa

Mais de 400 pessoas ligadas ao "Movimento de Luta por Creches", representando 40 bairros da periferia da cidade, estiveram, ontem, no Ibirapuera, para ouvir do prefeito Reinaldo de Barros as respostas às suas reivindicações de construção de 830 creches em São Paulo. A reunião, realizada no auditório do Ibirapuera, foi bastante tumultuada.

O prefeito já estava no auditório quando os moradores começaram a chegar, em ônibus cedidos pela Prefeitura, portando faixas com dizeres alusivos às suas reivindicações. Os agentes de segurança não permitiram a entrada de todos, o que gerou protesto dos que entraram. O prefeito já iniciara a resposta às reivindicações, com o documento dos moradores nas mãos, quando, ante a insistência dos presentes, foi liberada a entrada de todo o grupo.

Ao responder ao primeiro item do documento, sobre a promessa de construção de 830 creches, Reinaldo de Barros disse que "nunca prometi 830 creches, duas mil ou o número que for, pois o que foi prometido está no programa da Prefeitura e será cumprido". Explicou que quando surgiu a idéia da construção de creches, em 1979, um estudo apontou a necessidade de 1.240 unidades, fixando-se em 300 unidades a meta possível. Acrescentou que o número de 800 surgiu em função da solicitação de crédito a um banco que, se tivesse sido atendida, teria permitido a construção de 500 unidades além da meta prevista.

O prefeito garantiu que 230 creches serão entregues à população este ano, das quais 62 já estão em funcionamento, 30 prontas, 63 em construção e 48 em fase inicial de projeto. Garantiu também que a meta de 300 unidades será cumprida com a inauguração de mais 100 creches no próximo ano.

EMEIS E NOMEAÇÕES

Em seguida, com relação à proposta dos moradores de que as creches abriguem crianças de zero a seis anos de idade e não somente até os três anos,

Reinaldo de Barros afirmou que o sistema será adotado quando as creches estiverem além de mil metros de distância das Escolas de Educação Infantil — Emels. Os moradores não querem que as Emels substituam as creches, por estas terem longos períodos de férias. Mas o prefeito entende que "as escolas são as melhores do país que têm planejamento adequado para instruir as crianças".

O prefeito falou ainda sobre a seleção de funcionários para as creches, que o "Movimento de Luta por Creches" deseja que volte a ser feito com participação da comunidade, "para evitar colocações políticas via Prefeitura". Reinaldo de Barros, há cerca de um mês, anulou esse processo de seleção, transferindo-o à Fundação "Carlos Chagas", que o fará através de concurso público.

Reinaldo de Barros observou ainda que, "pela legislação, não sou obrigado a dar satisfação a ninguém e posso nomear quem quiser". Entretanto, por não acreditar na imparcialidade da primeira seleção, segundo afirmou, optou por novo sistema, onde os candidatos farão testes selecionados por números e não por nomes.

"E as cartinhas de deputados?", perguntou um morador. O prefeito assegurou que as cartas não têm importância, pois o que não pode ocorrer é o atendimento desses pedidos. "Não aceitarei interferências políticas de nenhum lado", garantiu. Reinaldo de Barros não abriu mão, entretanto, da nomeação das diretoras das unidades, por entender que são cargos de confiança que colocam em risco sua responsabilidade sobre as crianças das creches.

OUTRAS REIVINDICAÇÕES

Sobre o número de funcionários por unidade, que os moradores querem aumentar, Reinaldo assegurou que serão fixados conforme a necessidade de cada creche. O critério para a admissão das crianças,

segundo garantiu, dará prioridade às mais carentes.

Com relação à insegurança na construção das unidades que, segundo o "Movimento de Luta por Creches", apresentam rachaduras e vigas precárias, o prefeito disse que mandou verificar e não comprovou as denúncias. Sugeriu, entretanto, que o "movimento" indicasse um engenheiro para vistoriar as unidades, caso não confiasse em sua palavra.

O prefeito aceitou as sugestões dos moradores de construir os lactários, nas unidades, separados das cozinhas. Aceitou, também, a proposta de colocação de novo piso, para impedir a umidade nas salas das crianças. Encerrando a reunião, Reinaldo concordou em estudar um projeto de creche, elaborado pela Prefeitura de Campinas, "mais econômico e de melhor qualidade", segundo os moradores.

Na próxima quarta-feira, o "Movimento de Luta por Creches" fará reunião de avaliação, às 14 horas, em local ainda não determinado. Na ocasião decidirá sobre a continuidade do encaminhamento de suas reivindicações.

Prefeito recebe vaias ao falar das creches

Est. SP 23/7/81 p. 17 R43

Um grupo de 300 mães do movimento de luta por creches não se mostrou satisfeito com o encontro mantido ontem com o prefeito Reynaldo de Barros no auditório da Prefeitura, no qual ele respondeu às reivindicações feitas na última quarta-feira. Pela segunda vez esta semana o prefeito foi vaiado — a primeira aconteceu anteontem no encontro com motoristas e cobradores de ônibus — por causa das respostas que deu. Segundo ele, elas “não estão querendo creches, mas sim desmoralizar o trabalho que estamos fazendo”.

Para as mães que participaram do encontro, muitas das quais perderam um dia de trabalho, a participação comunitária na administração das creches é “fundamental”. A principal queixa é quanto à escolha das funcionárias das instituições, tarefa agora a cargo da Fundação Carlos Chagas. Elas pediram ao prefeito que revogue o decreto que obriga as candidatas ao teste de seleção, retornando ao sistema antigo pelo qual os próprios moradores da região beneficiada selecionavam as funcionárias.

O prefeito, entretanto, deixou bem claro que não revogará o decreto, pois considera esse tipo de seleção “isenta”. Até agora, 42 mil candidatas estão inscritas para os testes que serão feitos “sem nenhuma interferência política”. Quanto à nomeação das diretoras das

creches, disse que não abre mão dessa prerrogativa.

Ao se referir à alimentação das crianças, utilizando-se do termo “ração”, Reynaldo de Barros provocou novo descontentamento, mudando a palavra, logo a seguir, para refeição. As manifestações pediam “comida natural”, enquanto o prefeito explicava que a alimentação nessas instituições está a cargo de “pessoas altamente qualificadas”.

Reynaldo de Barros refutou, também, críticas feitas à segurança dos prédios: “Não aceito essas críticas. Determinei aos engenheiros que verificassem essas irregularidades, mas nada disso foi observado”.

Entre as reivindicações atendidas está a construção dos lactários junto às cozinhas e os pisos com recapeamento, o que será obedecido nos novos projetos de creches.

Atualmente existem 62 creches inauguradas, 30 prontas, 63 em construção e 48 com projeto pronto para início ainda este ano. Para 1982 estão previstas outras 100 unidades. Sobre as 830 creches que, segundo as manifestantes, o prefeito teria prometido no início de sua gestão, Reynaldo de Barros disse que nunca fez essa promessa. O que houve, segundo explicou, foi um estudo apontando a necessidade de 1.240 novas creches.

Novas queixas sobre política nas creches

O prefeito Reinaldo de Barros recebeu ontem, no Ibirapuera, cerca de 150 integrantes do Movimento de Luta por Creches que lhe entregaram um documento com várias reivindicações. O encontro foi tenso, com acusações de uso eleitoral das creches, como critério para a nomeação de funcionários, e reclamações sobre a falta de equipamentos pedagógicos.

Reinaldo de Barros refutou as críticas levantadas pela reportagem da "Folha" sobre a situação de creches municipais já em funcionamento.

A entrevista do prefeito e comentário de Odon Pereira na página 13.

F/SP 23/7/81

Movimento por Creches exige respostas

Em reunião tumultuada, no Ibirapuera, Reinaldo de Barros promete lactário independente e piso vinílico



Meu Deus do céu, os nossos equipamentos são da melhor qualidade".



Os integrantes do Movimento denunciaram a necessidade de indicação de deputados para fazer inscrição.

Prefeito refuta críticas e ameaça despedir funcionários

DÁCIO NITRINI

O prefeito Reinaldo de Barros, respondeu anteontem, às críticas feitas ao Programa de Creches, publicadas em reportagem da "Folha", no domingo passado. Mais uma vez, Reinaldo contestou enfaticamente estar usando obras sociais para conquistar apoio a sua candidatura à governança. Além disso, negou atraso na instalação de novas unidades, como denunciou o Movimento de Luta por Creches e negou também que os prédios das creches municipais apresentem problemas de rachaduras ou insegurança.

Para o prefeito, os funcionários municipais que fizeram essas denúncias devem ser apontados, pela comunidade, à administração, para serem punidos, pois estariam trabalhando contra o interesse da população: "vou mandá-los para a rua, substituindo-os por outros com condições de cuidar bem das crianças." Reinaldo acha que eles "cospem no prato em que comem", porque criticam o governo e, ao mesmo tempo, são funcionários públicos.

Reinaldo afirma que não prometeu "construir nem oitocentas, nem mil e nem duas mil creches", e que, na realidade, em seu programa, está prevista a construção de trezentas, através de recursos orçamentários municipais. E informa que, no começo de seu governo, "enquadrado dentro das normas do Banco Mundial", pediu financiamento para a construção de creches. O então

presidente do Banco Mundial, Roberto MacNamara, segundo Reinaldo de Barros, aprovou o projeto, "mas não deu o dinheiro", impedindo-o de realizar o programa inicial, "que era por volta, não de 830 creches como dizem, mas de mais de mil". MacNamara, conta o prefeito, disse-lhe que a Prefeitura "deveria aprender a fazer creche na Zâmbia", insinuando que o projeto de São Paulo ainda é sofisticado.

O prefeito afirma estar seguindo seu programa de governo "religiosamente", e "não aceita que está fazendo obras no campo social com fins eleitorais" porque, no seu discurso de posse, "quando nem sonhava em ser candidato" já avisava que iria dar prioridade ao campo social. Reinaldo de Barros diz que hoje, no Brasil inteiro, fala-se nessa prioridade do campo social, mas que ele foi o primeiro a defender essa linha. E, para confirmar isso, lembra que já há 203 creches em São Paulo, na seguinte situação: "entre, prontas, em funcionamento, em construção, em contratação, em licitação, e em projetos em viabilidade."

Reinaldo de Barros classifica de "vergonhosa pichação" a informação de que foram constatadas irregularidades na construção dos prédios das creches, falta de funcionários, gasto desnecessário de dinheiro público e deficiências no projeto inicial elaborado pela equipe técnica de Coordenadoria do Bem-Estar Social (Cobes). Segurando uma planta-padrão para a construção de creches, o prefeito conta que os técnicos demoraram seis meses para elaborar o projeto, de maneira rigorosa, dentro dos padrões internacionais.

Outra "inverdade", segundo Reinaldo de Barros, seria a falta de espaço nas creches da Cobes: "O espaço não é chutado no projeto, ninguém faz isso de orelhada." E, folheou grossa pasta, apresentando um modelo projetado.

Para o prefeito, não há falhas no planejamento, "mas vem uma incompetente de uma funcionária da própria creche, que evidentemente está lá para fazer política contra a creche, sem nenhum interesse de que a creche vá para a frente, sem nenhum interesse em dar boa alimentação para as crianças, podendo até ficar satisfeita quando quebra uma geladeira ou falta um material, uma comida, porque é uma má funcionária, recrutada no antigo sistema de seleção da Cobes — que eu já acabei — para falar contra o prefeito".

Reinaldo de Barros acha que "quando a população verificar que a creche foi feita para ajudar a criança da comunidade, a própria comunidade vai ver que o governo fez uma obra para ela", descobrindo que "a má funcionária é de outro partido, que prega contra o governo, dentro do próprio governo e cospe no prato que come". O prefeito diz que, embora a reportagem da "Folha" não tenha publicado o nome dessas funcionárias, que "sabe quem são e vai demiti-las pois prestam um desserviço". Reinaldo pede também que a própria comunidade "dê o nome dessas funcionárias para que agente possa substituí-las e botar gente dedicada". O prefeito, no entanto, ressaltou que a seleção de novos contratados será feita sem nenhuma ingerência política.

A localização de algumas creches da Cobes, segundo ele, também não merece crítica. Reinaldo diz que existem critérios para definir um ponto de instalação de creche: "primeiro, a comunidade pede a creche, às vezes indicando até o terreno para ela, e nós mandamos para lá os técnicos, que vão ver se o local é bom, através de uma violenta triagem". Depois de verificada a demanda de crianças e a concentração urbana da área, "para a gente não fazer creche onde tenha só meia dúzia de casas", conta Reinaldo, entra a parte técnica, que faz testes de solo.

A falta de melhoramentos urbanos, como telefone, por exemplo, é explicada pelo prefeito da seguinte maneira: "ou eu faço creche para gente carente, ou eu faço a creche na praça da Sê, e gente carente está em local carente e é aí que estamos trabalhando". Mesmo assim, segundo o prefeito, logo que a creche é construída, é feito um pedido, "com prioridade" para a Telesp instalar uma linha no local.

Quanto à ocorrência de rachaduras em prédios de creches recentemente construídas, o prefeito Reinaldo desmente e invoca o testemunho de seu secretário de Obras, Paulo Machado, que também nega a existência de rachaduras, ressaltando que "podem ocorrer algumas fissuras". O prefeito pede para que se veja bem a diferença entre rachadura e fissura.

A informação de que é alto o custo das creches, em torno de dezoito milhões de cruzeiros, foi ponto refutado com veemência: "nenhuma custou dezoito milhões, nenhuma; algumas custaram quatro, outras seis, outras oito, dez e doze milhões, sendo que, talvez, as próximas creches da Emurb, o negócio esteja em torno dos dezessete, dezoito milhões". No preço calculado pela Emurb, informa ele, estão incluídos vários melhoramentos, como grama, play-ground, etc.

Defendendo ainda a qualidade do material usado na construção das creches, Reinaldo de Barros não aceita que se diga que os blocos sejam frágeis: "em primeiro lugar, eles não são de concreto, como foi afirmado, eles são de cimento e areia e, em segundo lugar, os blocos estruturais que compramos são de primeiríssima qualidade, adquiridos nas melhores empresas produtoras de blocos, que podem nos dar até os testes de ruptura deles".

As críticas à instalação elétrica de algumas creches e ao estado de conservação de certos equipamentos, como geladeiras e máquinas de lavar, não são descabidas, segundo o prefeito. Ele reconheceu, baseado em informação de Wilson Quintela, coordenador da Cobes, que apenas uma vez, no Jardim Guarujá, houve problemas com instalação elétrica, devido à falta de um transformador, posteriormente fornecido pela Eletropaulo. Reinaldo é categórico: "A instalação elétrica das creches é rigorosamente calculada."

Dizer que "o projeto para as unidades, feitos por técnicos da Cobes, também não previu a colocação de colunas de concreto para dar sustentação ao edifício" segundo o prefeito, é uma maldade, "pois quer dizer que os engenheiros são umas bestas quadradas, e que os seiscentos engenheiros da Prefeitura são um bando de idiotas?" O prefeito diz que não são técnicos da Cobes que calculam colunas de concretos: "São os calculistas, engenheiros."

O prefeito, ainda refutando críticas à qualidade da construção das creches, desafiou: "Eu quero que me mostrem qual é a creche que tem telhado de placas de zinco, como foi dito na reportagem".

O depoimento de uma professora de creche, revelando que há pouco espaço para as crianças, foi recusado por Reinaldo de Barros. Para ele, os cômodos das creches estão perfeitamente planejados, dentro das dimensões necessárias. Em relação à compra de material, Reinaldo afirmou que nada de inútil é adquirido. E que as enceradeiras citadas na reportagem como "desnecessárias", estavam paradas porque há uma programação de compra de material que resultou no atraso da aquisição de latas de ceras.

Reinaldo estranhou que funcionários da Cobes tenham denunciado falta de material pedagógico, já que Wilson Quintela garante enviar papel, guache e lápis de cor para todas elas. O fato de algumas professoras terem se referido à intensa umidade das creches, que chega a provocar resfriado e broncopneumonia, faz Reinaldo indagar: "Se o ambiente é ruim, tão frio, com rachaduras que podem até cair sobre a criança, por que essa mesma funcionária diz que o grande defeito da creche é que ela funciona somente doze horas por dia, cinco vezes por semana?"

Reinaldo de Barros, ladeado por Wilson Quintela e Paulo Machado, para finalizar, reafirmou que as creches da Prefeitura são as melhores que conhece, lançando, mais uma vez, um desafio: "Quero que me apontem uma só delas, fora da área do Jardim América, que seja melhor que as da Prefeitura".

O bom inatingível e o simples desprezível

Odon Pereira

As creches da Prefeitura da mais nova geração (inauguradas em janeiro passado) foram construídas com material de baixa qualidade. Por isso, apresentam claros sinais de deterioração, apenas seis meses depois de sua entrada em operação.

Essas creches (unidades-padrão, todas elas com o mesmo tamanho) também são pequenas para receber uma lotação maior que as atuais setenta (mais ou menos) crianças atendidas. O plano da Prefeitura, de 120 crianças por creche, é inviável. O máximo de usuários permitido pelo espaço construído é o de hoje — setenta petizes, para usar um termo ao gosto do ministro Akl Ackel.

Eis aqui duas críticas que o prefeito Reinaldo de Barros poderá constatar, verificando-se nos próprios locais. Basta que ele dê um pulo nas creches dos bairros da Figueira Grande, Parque Novo Santo Amaro ou do Jardim Guarujá, todas na zona Sul, às margens da estrada do M'Boi Mirim.

Estas duas observações, no entanto, referem-se a falhas reversíveis, reparáveis, no programa de creches da Prefeitura e nem de longe podem se transformar numa condenação da atividade da Prefeitura nesse setor.

Ao contrário, os defeitos das creches, vários deles, podem ser explicados como males menores, decorrentes, da tentativa séria de tentar se resolver um angustiante problema da população pobre da cidade.

Não se trata de um problema comum. Enquanto o prefeito concorda que prometeu trezentas creches; qualquer avaliação superficial chegará à casa das mil como necessárias, hoje, na cidade. Ao preço mínimo de dezessete milhões (número do prefeito), estamos falando de um investimento de dezessete bilhões de cruzelros, ou dezessete milhões vezes mil.

"Sim, as salas são úmidas; mas o bairro inteiro é úmido", disse ao repórter uma funcionária de uma creche, confirmando uma denúncia quanto a defeitos das unidades. Nesta afirmação singela talvez esteja o fulcro da questão. Que pode ser colocada numa pergunta: estamos preparados, temos capacidade para construir, nos bairros pobres das nossas periferias, unidades de serviço público que sejam, ao mesmo tempo, baratas e boas? E o que é tecnicamente bom, num bairro pobre de São Paulo? A técnica construtiva bonita, imponente e cara do concreto aparente que faz a glória dos nossos arquitetos e a delícia dos olhos dos leitores de revista de ilustrações? Ou será bom para um de nossos bairros pobres alcançar aqueles índices recomendados pela ONU (ah, os índices da ONU), que refletem quase sempre números médios dos países desenvolvidos e pouco dizem da quantidade (não vamos pensar em qualidades) dos subdesenvolvidos?

A pergunta, indo mais longe é: dispomos das tecnologias alternativas, apropriadas à nossa realidade, no trato das questões sociais e do seu equipamento?

Não, não temos essa tecnologia. E, desgraçadamente, não temos também a consciência definitivamente arraigada de que somos um país pobre e que temos de operá-lo a partir desse pressuposto.

Por isso, pela ausência dessa consciência, somos levados a impasses falsos. De uma ponta da corda, a tendência a se ver o que é simples, rústico e pobre, como associado, fatalmente, ao ruim, deteriorado, em ruínas. E, no outro extremo, a noção de que, se o pobre deve ser barato,

este só é alcançável pelo rebaixamento da qualidade até o patamar da promiscuidade miserável.

Enquanto um não aceita senão, a tecnologia "up-to-date" dos Institutos de pesquisas de tecnologias e metodologias sociais avançadas, o outro aceita pacatamente que o edifício destinado aos pobres seja construído para cair aos pedaços com a primeira chuva.

As creches do sr. Reinaldo de Barros, pecam na utilização dos materiais construtivos. Elas terão de ser reconstruídas num prazo máximo de três anos, pois o material de baixa qualidade nelas utilizado, não resistirá às crianças, o pior usuário, pior que um trator.

Mas elas são um inegável esforço na direção de se adequar as creches à nossa realidade, de atender milhões — falo de milhões — de famílias para quem a creche quer dizer sobrevivência.

Elas são, sim, um depósito de crianças, pois nelas nada há além de alimentação e um pouco de cuidado material. Mas sendo isso, cada uma delas dá de comer a setenta crianças, cinco vezes ao dia. E permitem que seus pais trabalhem, para que elas não precisem mais comer de graça no futuro.

Elas são úmidas, sim. Mas estão construídas em bairros pobres e todos sabemos (ou não sabemos?) o que a especulação imobiliária fez com São Paulo: vendeu pântanos inteiros aos pobres. A Prefeitura procura um terreno barato num local úmido para ali erguer uma creche — o que se espera que aconteça?

O erro não está aí. O erro está em não se prever o gasto de dinheiro com a impermeabilização como uma despesa essencial, tão importante quanto a compra do imóvel. Porque este será úmido sempre, ou não estará num local pobre. Mas nós não temos uma tecnologia que barateie a vedação contra umidade e os pobres, então, que se hajam com ela.

As creches estão em parte deterioradas sim, mas parecem com o próprio bairro. Uma característica das grandes cidades subdesenvolvidas, é que o deteriorado nelas é o pobre e não o velho. Ou alguém tem dúvida que um bairro novo da cidade pobre periférica nasce deteriorado?

Há nessa discussão sobre as creches um fundo antropológico, cultural, que deveríamos ter a coragem de levar adiante, numa discussão aberta e desinteressada: é esse nosso medo de assumir a pobreza em que vivemos, esse pêndulo permanente que o espírito percorre entre o bom, mas inatingível e o simples, mas desprezível, sem nada de intermediário, sem uma ponte entre o desejo e a realidade, entre a utopia e a sociedade, que faz de um sem número de técnicos valiosos párias exilados em sua própria terra, o coração batendo ao ritmo da Europa enquanto o talão de cheque obriga ao emprego público por aqui.

"O problema é com o bairro; a sua reportagem deveria ver o bairro", disse a este repórter uma funcionária de uma das creches. Ela disse isso ao se despedir do repórter, logo depois de pedir a um menino que, na rua, defronte ao portão, tentava roubar o espelho retrovisor de seu carro parado na calçada. Falou ao menor semidelinquente e ao jornalista no mesmo tom de voz, e, nele, não havia mais irritação, só cansaço. O cansaço com o menino ou com o jornalista? Seria o cansaço com uma prática marginal ou com uma consciência alienada ou ainda, com a sina de conviver com esses dois extremos. Saiu o jornalista meditando, enquanto voltava dessa viagem à pobreza.

FUNCIONARIOS

Segundo declarações de Reinaldo de Barros, creche é um projeto pioneiro para a Prefeitura e ainda não existe uma regra geral, definida, para os seus funcionários. E regra o prefeito escolheu-os sem dar satisfações a ninguém. Vivamente valado, o prefeito corrigiu-se: "sem dar satisfações ao Tribunal de Contas. Mas o que eu fiz? Fiz um teste para que a admissão fosse imparcial. Os testes antigos estavam sendo distorcidos, então cancelei-os e instituí um novo tipo de seleção, no qual nenhuma interferência venha a ocorrer". Estas declarações foram refutadas por integrantes do Movimento, que afirmaram que, para a inscrição, muitos levavam cartas de indicação de deputados. "Na Vila Libanesa — disse uma das participantes — há duas creches. E, nas duas, muitas pessoas distiraram de fazer inscrição para trabalhar porque o pessoal da Sab (Sociedade Amigos do Bairro) declarou que as creches só estavam contratando com indicação de políticos".

Reinaldo de Barros não aceitou o argumento e enfatizou: "Os deputados podem escrever quantas cartas quiserem, mas todos que desejam trabalhar nas creches deverão fazer o teste. Só serão admitidos, é claro, os que forem aprovados."

COMPETÊNCIA

"O interesse meu é só um, quero colocar na creche gente competente para tomar conta dos filhos de vocês. Vamos ter o cuidado de, na hora de escolher, procurar selecionar gente da região e, volto a afirmar, não aceito interferência política de lado algum."

A nomeação das diretoras, no entanto, continuará a cargo da Prefeitura. "O problema das diretoras — assinalou Reinaldo de Barros — é de responsabilidade exclusiva do prefeito. Se eu sou o responsável pela creche, quando algo sair errado, a responsabilidade é minha; portanto, não posso aceitar gente que nem sei de onde vem para esse cargo." Novos protestos dos membros do Movimento. "Se o senhor não sabe de onde vêm as pessoas que nós queremos indicar, nós sabemos e conhecemos. Nós sabemos, melhor do que ninguém, o que é melhor para nossos filhos", frisou uma das participantes.

JUSTIÇA

As críticas que os equipamentos das creches vêm recebendo são também injustificadas, conforme declarou o prefeito. "Meu Deus do céu, nossos equipamentos são da melhor qualidade, desde a geladeira até a máquina de lavar. A escolha foi feita por pessoas que estudaram o assunto. Vamos pôr a mão na consciência e fazer um pouco de justiça. O que eu mais quero é pegar uma criança carente, colocá-la em uma creche, dar a ela uma alimentação perfeita. E interesse meu cuidar da criança da melhor forma possível."

Para ele, "a construção de uma creche é feita da melhor maneira possível. Mas vejo muitas críticas a isso e não as aceito. Leio no jornal que tem telhado de zinco, rachadura, umidade. Porém, após fiscalização, não achamos rachadura, o que pode haver é uma fissura. Se alguma mãe tiver alguma dúvida quanto à segurança, mandaremos essa mãe visitar a creche com um engenheiro da Prefeitura".

Das reivindicações apresentadas pela comissão, duas foram aprovadas: as novas creches terão piso de vinílico e o lactário será independente.

As creches da cidade de Campinas, construídas com baixo custo, menor que o orçado para as da Capital, também foram mencionadas. Os representantes do Movimento confirmaram a disposição da Prefeitura, daquela cidade, de entrar em contato com Reinaldo de Barros para debater questões relacionadas ao assunto. Ele aceitou o convite e, em breve, segundo o prometido, deverá ocorrer o "intercâmbio de informações".

CATARINA ARIMATEIA

Pontuais e precisos, carregando cartazes e cantando, cerca de 150 integrantes do Movimento de Luta por Creches compareceram ontem, às 9 horas, à Prefeitura, para saber a resposta de carta endereçada ao prefeito Reinaldo de Barros e entregue, há uma semana, ao coordenador da Coordenadoria do Bem-Estar Social (Cobes), Wilson Quintella. Naquela ocasião, os membros do Movimento não foram recebidos pelo prefeito que, segundo informou o coordenador da Cobes, estava em viagem pelo interior.

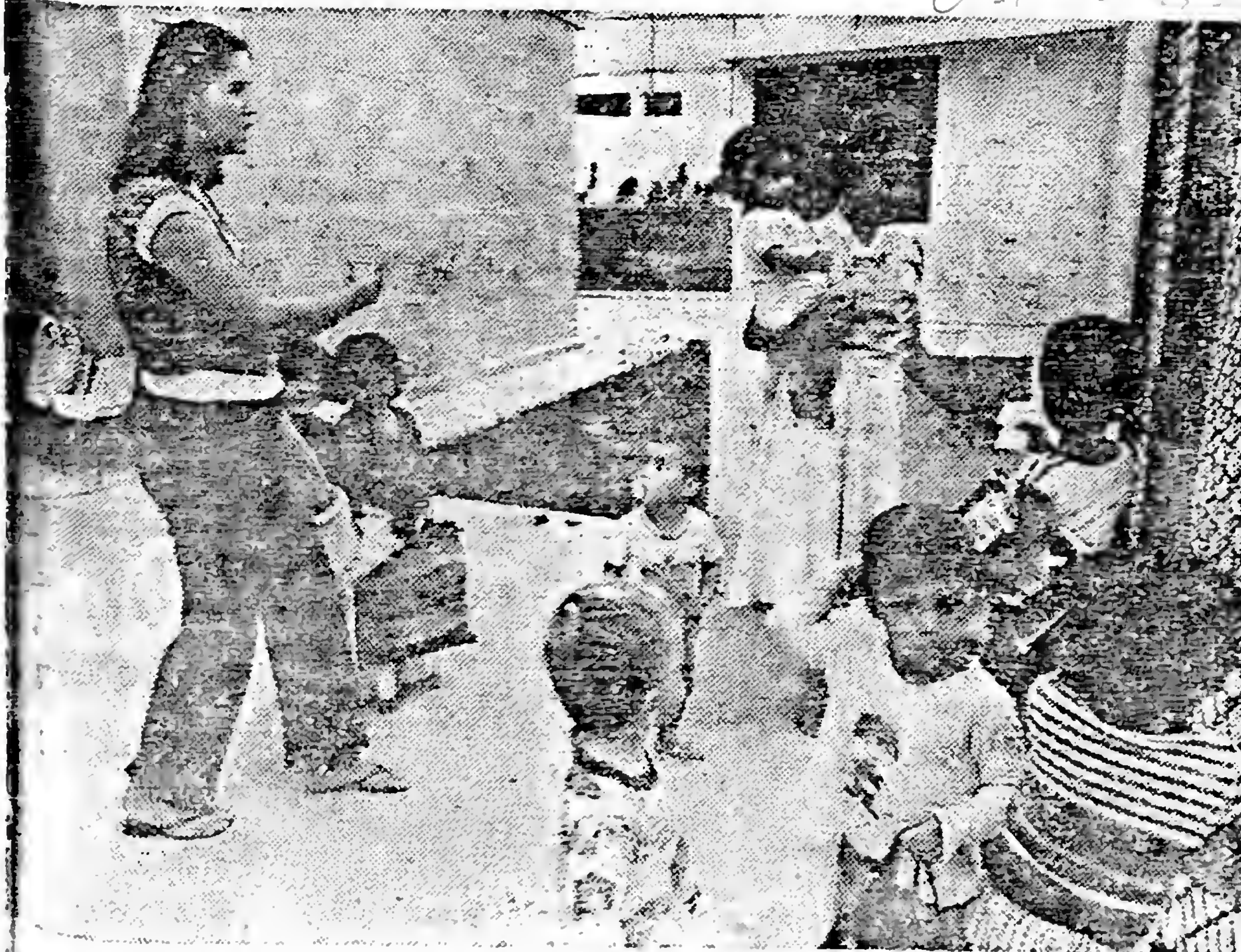
Ontem, Reinaldo de Barros recebeu o grupo no auditório do Ibirapuera, respondendo todos os itens da carta, na qual se reivindicam mais creches (830), maior participação das comissões do Movimento no processo de escolha dos funcionários e melhorias nas creches já em funcionamento. A reunião foi tensa e tumultuada e, no final, os integrantes do grupo confirmaram uma esperança e uma certeza: a certeza de que a luta vai continuar, até que sejam atendidas todas as reivindicações e a esperança de sensibilizar o prefeito a colocar, nas creches, funcionários escolhidos por comissões de bairros.

REUNIÃO

"Leia a carta". "Não leio, já li". "Leia". "Para quê? Se estou aqui para respondê-la é porque já li". O tumulto começou logo. Reinaldo de Barros, diante de insistentes pedidos, começou o encontro lendo alguns itens do documento e respondendo a todos. A resposta à primeira pergunta: quando serão construídas as 530 creches prometidas — já que no início de seu governo falava-se em 830 e agora em trezentas — não foi das mais animadoras, segundo as comissões presentes. A falta de recursos foi assinalada, pelo prefeito, como responsável pela não construção das demais creches, mas ele prometeu fazê-las "quando tivermos verbas".

Quanto à colocação de crianças de zero a seis anos em creches — no momento, quando existem Escolas Municipais de Educação Infantil (Emei) perto, menores a partir de quatro anos são deslocados para lá — o Executivo Municipal limitou-se a afirmar que "a Prefeitura tem uma tradição muito grande em educação, e as Emeis são as melhores escolas públicas que se têm hoje no País". Comentários tais como "que horror, que horror" foram ouvidos com nitidez entre os presentes e o prefeito enfatizou: "Começamos um novo programa de creches e esse programa é sujeito a falhas. Porém, nos locais em que as Emeis estão localizadas longe, a creche já abriga crianças de zero a seis anos". E deu uma esperança: "Quando a reivindicação procede, estudamos com muito carinho."

Creches usadas para eleições



O prefeito, que está em campanha para governador do Estado, está utilizando as creches como forma de propagandear a sua candidatura. Mas o povo não é palhaço, como disseram as 500 mães do Movimento de Luta por Creches de São Paulo, que estiveram na manhã de quarta-feira no Ibirapuera, reivindicando as 830 creches prometidas por ele no começo do seu mandato. "Se o prefeito tem memória curta nós não temos", disseram algumas mães que prometeram voltar no próximo dia 22.

Página 5

(DOC. INCOMPLETO)

Pais e filhos no choque da infância

FISP 24/7/81 p 32
ISAAC MELNIK

Existem fundamentos da maior importância e gravidade na observação das relações humanas que se estabelecem entre pais e filhos no decorrer da primeira infância. O tipo de contato e comunicação, inicialmente entre a mãe e o filho, mais tarde também com o pai (atualmente, logo com o pai também) significa, para a criança, a possibilidade de um bom ou mau desenvolvimento, de criação de boas ou más condições, tendências, hábitos, manias, perspectivas, filosofia de vida e educação de um modo geral.

O início da vida é marcado, leve ou profundamente, por uma série de frustrações, decepções e desilusões que têm sua fonte no próprio trauma do nascimento. A passagem da vida intra-uterina, protegida, morna, com alimentos e oxigênio providenciados, tranquila e modorrenta, para a vida extra-uterina, agitada, violenta, pondo em exercício todos os mecanismos de sobrevivência, a necessidade de respirar, de digerir, de excretar, de se defender contra os perigos externos e os impulsos internos (tanáticos, de destruição) torna o processo biológico do nascimento extremamente delicado e grave.

Adicione-se a essa situação ou conjunto de situações, o fato de o parto ser um processo rápido e inevitável, sem demorado preparo, absolutamente inesperado para o feto (já habituado a uma vida calma e lenta) e compreenderemos melhor o significado dessa mudança brusca e radical: do útero para o mundo exterior.

Essa passagem acarreta a frustração básica, primordial e inicial do ser humano, que viverá, a partir desse momento, a fantasia de recapturar as sensações primárias da vida intrauterina perdida. E reagirá ante a frustração inevitável e constante com atitude de luta (a "agressão de Laborit"), de fuga, de inibição e de compromisso diante do dia-a-dia.

Após o parto, aquela ligação afetiva mãe-filho, que se estabeleceu até mesmo antes da gravidez consumada, funciona ativamente como uma entidade simbiótica, interligada, fonte simultaneamente de impulsos afetivos e de frustrações e ameaças ao ego infantil. Os impulsos afetivos satisfazem a sempre crescente necessidade de amor e carinho de todo o recém-nascido, ao mesmo tempo que a "colonização" da criança, ou seja a sua educação na alimentação, rotina, sexo, e a própria atitude materna, se constituem em frustrações para o ego infantil, devido às exigências e ameaças que representam, se não forem obedecidas e assimiladas.

Assim, o enquadramento do recém-nascido no "esquema" dos adultos, em especial no de sua mãe, passa a ser o estímulo constante e inevitável das respostas emocionais do lactente, sejam de luta, de inibição, de fuga ou de compromisso e aceitação. Geralmente, os adultos que lidam com o bebê, agora já denominados "adultos significativos", só permitem a atitude de compromisso ou aceitação no enquadramento. A luta ou "agressão de Laborit", a inibição e a fuga são mal recebidas e combatidas, primeiro com ameaças, depois subornos e finalmente castigos de maior ou menor importância. Outros fatores desempenham grande função, considerando a natureza das relações humanas na primeira infância e são os seguintes: 1. a situação econômica do ambiente familiar, quando dispondo de muitos, médios ou escassos recursos de manutenção; 2. o nível intelectual e cultural dos pais, mormente da mãe, no condicionamento de hábitos, costumes, preconceitos, superstições, religião e outros, no espírito infantil; 3. o nível de valores ético e morais dos pais; 4. a situação psicoafetiva dos pais, carentes eles mesmos de afeto ou incapacitados de sentirem amor pela criança; 5. o sistema educacional de cada pai, projetado agora no contexto familiar e sobre as crianças; 6. o sistema de constituição da família, compreendendo a imaturidade dos pais, o desconhecimento dos valores familiares, a noção de estrutura familiar, num patente despreparo para a vida em família.

Como fatores coadjuvantes, teríamos a citar: 1. a presença de um filho único, com todos os problemas que essa situação acarreta; 2. a presença de uma criança portadora de um defeito físico, recuperável ou não; 3. a presença de uma criança com defeito mental (deficiência leve ou severa); 4. o nascimento do primeiro irmão com o aparecimento de toda a problemática acompanhante (ciúmes, rivalidades, regressão infantil etc).

Na característica de fatores individuais, as atitudes dos pais dependem: 1. da segurança ou insegurança de que são portadores; 2. da incoerência habitual de suas atitudes; 3. do ajuste ou desajuste à vida conjugal; 4. de suas neuroses e psicose (especialmente, a mãe); 5. da atitude materna relativamente à maternidade; 6. das atitudes dos pais relativamente ao sexo da criança (menino ou menina); 7. da idade da criança; 8. da idade dos pais; 9. do nível cultural dos pais; 10. das expectativas e ambições dos pais relativamente à criança; e 11. da concordância ou conflito entre as atitudes educativas de pai e mãe. Tais fatores pesam consideravelmente na natureza das relações humanas que se estabelecem entre pais e mães e entre pais, mãe e filhos.

ES/SP 24/7/81

As creches e a comunidade

As pessoas que participaram de uma manifestação na Prefeitura, em favor de creches para São Paulo, consideraram de fundamental importância a participação comunitária na administração dessas unidades de assistência à infância. Não há dúvida de que não só em São Paulo, mas, também em todo o País, é necessário que se desenvolva o espírito comunitário como forma de participação da comunidade no equacionamento e na solução dos muitos problemas que afligem a população. Todavia, em setores que exigem a presença de pessoas especializadas, essa participação comunitária só poderá ocorrer pela sugestão de nomes e nunca pela escolha direta.

Por isso, deixar a cargo da comunidade do bairro a escolha das pessoas que deverão administrar e operar uma creche, sem que dessas pessoas seja exigido um exame que comprove possuírem um mínimo de condições para as funções, é sem dúvida perigoso para a qualidade do serviço a ser prestado.

Deixar a cargo dos moradores dos bairros a escolha dos administradores das creches, que começam a se espalhar pela cidade, é correr um risco não muito bem calculado, a menos que as pessoas escolhidas, para surpresa geral, estejam efetivamente preparadas para o desempenho das funções que lhes serão entregues.

A escolha da administração é do pessoal que deverá operar as creches pode ter uma participação comunitária se feita por meio dos clubes de serviço ou de entidades assistenciais idôneas. Porque é de supor que os moradores dos bairros participem desses movimentos comunitários voltados para a assistência e nos quais ninguém recebe pagamento pelo que faz, servindo à comunidade pelo simples prazer de servir.

Com essas entidades de assistência e com os clubes de serviço poderiam ser firmados convênios pela Prefeitura, que ficaria com o direito de fiscalizar e de exigir bom atendimento das crianças e boa administração das creches que está construindo. E isso não seria nenhuma novidade, uma vez que o sistema já vigora há muito tempo.

Tanto que, em 1978, estavam em funcionamento no Município de São Paulo 123 creches, com 10.406 vagas e um atendimento de 17.055 crianças. Essas creches eram operadas da seguinte forma: 4 por administração direta da Prefeitura; 20 construídas e equipadas pela Municipalidade e administradas por entidades particulares, por meio de convênios; 99 eram creches particulares, que recebiam assistência técnico-financeira da Prefeitura; e as nove restantes recebiam, inclusive, assistência técnico-administrativa e orientação sobre projeto arquitetônico padrão para construção. Pelo sistema de convênios é possível — e até mesmo provável — que as pessoas aparentemente interessadas em nomear os funcionários das creches não estejam dispostas a assumir a responsabilidade pelo seu funcionamento com o grau de eficiência por todos desejado.

Inscritos às creches farão

exame em agosto

F/SP 24/7/81
Os 42 mil candidatos que concorrem às duas mil e duzentas vagas em creches da Prefeitura realizarão o concurso no próximo dia 23 de agosto em locais a serem divulgados pela Fundação Carlos Chagas e que se incumbirá da elaboração das provas e seleção final. Segundo informa-se na Coordenadoria do Bem-Estar Social (Cobes), órgão organizador do concurso, as vagas existentes deverão suprir 203 creches que deverão ser construídas, na Capital, até o final do ano e os aprovados que não forem inicialmente colocados ficarão cadastrados para posterior aproveitamento.

Os inscritos deverão retornar de 18 a 21 de agosto aos locais de inscrição para a retirada do cartão de informações do candidato. A prova escrita constará de questões de conhecimentos específicos que observará habilidades necessárias ao desempenho das funções concorridas: auxiliar de diretor de creche, auxiliar de enfermagem, professor de educação infantil, pajem, cozinheiro, auxiliar de cozinha, servical 1 (faxineiro, lavadeiro e passadeliro), servical 2 (contínuo, porteiro e guarda) e zelador. Para a realização das provas, os candidatos deverão apresentar apenas um documento, podendo ser cédula de identidade, certificado de reservista ou carteira de trabalho.

A faixa salarial para os cargos varia de 10 a 26 mil cruzeiros: servical 1, Cr\$ 10.227,00; servical 2, Cr\$ 10.502,00; auxiliar de cozinha, Cr\$ 10.870; cozinheiro e zelador, Cr\$ 14.609; atendente de enfermagem, Cr\$ 20.220; professor de educação infantil, Cr\$ 24.209; assistente de administração, 25.023 e, auxiliar de diretor de creche e de enfermagem, Cr\$ 26.900.

A jornada de trabalho será de quarenta horas semanais, para auxiliar de diretor e de enfermagem, atendente de enfermagem e assistente de administração. As funções de nível operacional, como pajem, cozinheiro, auxiliar de cozinha, servical 1, servical 2 e zelador, terão jornada de 48 horas semanais, enquanto a do professor de educação infantil será de 24 horas.

Os aprovados serão imediatamente chamados após a publicação dos resultados no "Diário Oficial", para os treinamentos a serem executados pela Supervisão Regional da Cobes. Os reprovados terão dois dias para a interposição de recursos, a partir da data da publicação da relação dos candidatos aptos aos cargos oferecidos. Segundo a Coordenadoria, em nenhuma hipótese serão revistos recursos após o prazo determinado.

Santistas unem-se na defesa de direitos

No final do ano passado, Nivaldo dos Santos, morador de São Vicente, na Baixada Santista, desapareceu após ter sido preso e levado para a Delegacia de Polícia daquela cidade. O fato foi denunciado no plantão de atendimento do Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH), de Boqueirão, um bairro de Santos, que, após investigações, conseguiu averiguar a veracidade da denúncia, entrando com uma ação na Justiça a fim de apurar as responsabilidades.

Esta foi uma das ações concretas, em defesa dos direitos humanos, já tomadas pelo CDDH—Boqueirão, formado há pouco mais de um ano por um grupo de quinze pessoas interessadas em desenvolver uma atividade de auxílio à comunidade. “Como éramos todos conscientes do grande índice de violações de direitos humanos, decidimos partir para a organização de uma entidade que defendesse estes mesmos direitos. Também resolvemos adotar esta opção de trabalho, pois considerados todos os princípios contidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, poderemos desenvolver um trabalho bastante abrangente, no qual qualquer reivindicação pode se enquadrar” assinalou Alcindo Gonçalves, presidente da entidade.

Através do plantão de atendimento, que funciona todas as quartas-feiras à noite, na Igreja dos Passos, em Boqueirão, o Centro, pioneiro naquela região, atingiu dimensões regionais, embora, em princípio, devesse atender somente a população do bairro. “Já atendemos todo tipo de problemas: desde violações policiais até pedidos de orientação familiar. Não temos condições de resolver todos, mas mantemos contatos com outras entidades, orientando as pessoas para que as procurem, dependendo do caso” — informou Alcindo Gonçalves. Ele lembrou que, no início, pretendiam atender somente as pessoas residentes no Boqueirão, mas como a entidade é a única com estes objetivos existente na Baixada Santista, acabou atraindo pessoas de outros bairros e até de outras cidades. “Na verdade conseguimos, até agora, trazer mais problemas de fora”.

Para evitar a centralização e também procurar atender problemas mais específicos do Boqueirão, Alcindo Gonçalves afirmou que a entidade pretende incentivar a formação de novos núcleos. “Aqui existe concentração maior de pessoas de classe média e é muito mais difícil conseguir mobilização. Isto não acontece na periferia, onde a união e a luta mantêm-se em outra linha reivindicatória. Mesmo assim, pretendemos atuar, inclusive, a partir de pesquisas, para saber quais as aspirações da população, porque achamos que a classe média tem grande potencial intelectual e de resposta, para maior participação. Apesar de manter-se até agora praticamente inerte”.

Em busca da conscientização da necessidade de participação, a entidade vem realizando palestras e conferências. Embora tenha na Igreja dos Passos, onde são realizadas as reuniões semanais, o CDDH, entretanto, “não é uma associação católica”, segundo seu presidente. “Estamos ao lado da Igreja e não subordinados a ela. Aliás, duas características têm definido o Centro: ele não tem vínculos religiosos ou políticos partidários. Estamos inseridos na luta política do país, sem uma caracterização partidária, exatamente para que sua ação seja ampla, abrangente, no que se refere à participação”.

(H.C.)

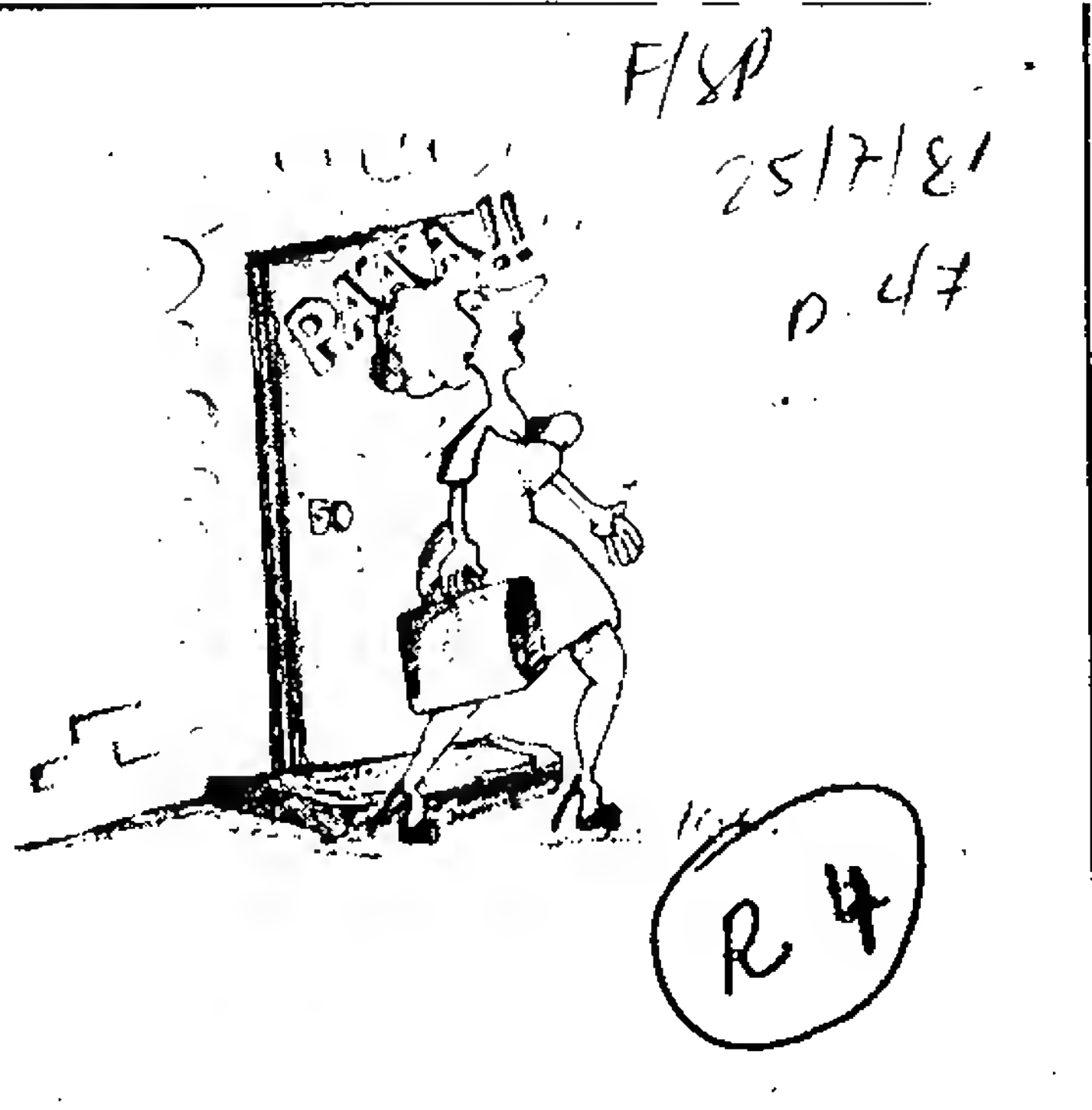
Pouco para muitos

Como pano de fundo da controvérsia a respeito das creches construídas pela Prefeitura de São Paulo, está o problema agudo e crônico da carência de recursos disponíveis em face das demandas sociais existentes. De um lado, o Movimento de Luta por Creches critica a administração municipal e reivindica mais instalações para a guarda de crianças, maior participação das comissões do Movimento na escolha dos funcionários que ali trabalham e melhorias nas creches que já se encontram em funcionamento. Por sua vez, o prefeito Reinaldo de Barros afirma que as verbas não são suficientes para atender a todos os reclamos, refuta parte das críticas específicas e pede que a própria comunidade interessada identifique os maus funcionários, para que o poder público possa substituí-los.

A crise das creches na Capital paulista, assim resumidamente colocada, apenas repete uma situação que é muito mais ampla e que pode ser detectada em qualquer dos variados setores da vida social nos quais o Estado presta serviços. Inquietante, sobretudo, é a constatação de que quanto mais fundamental é o serviço prestado à população (saúde ou transporte público, por exemplo), tanto mais

F/SP 24/7/81
agudos são os problemas a serem enfrentados. Em um País como o nosso, em que os recursos disponíveis são relativamente escassos e, em grande parte, comprometidos no próprio e indispensável processo de desenvolvimento econômico, é gritante o descompasso entre a quantidade (e qualidade) dos serviços que o Estado pode oferecer e aquilo de que a sociedade necessita para garantir o bem-estar da população.

As pressões exercidas sobre o poder público, como no caso das creches de São Paulo, em que pese a formulação de críticas por vezes injustas e excessivas, correspondem a necessidades básicas, reais e dramáticas das parcelas mais carentes do povo. Exercidas de forma constante e responsável, tais pressões podem contribuir muito eficazmente para uma melhor e mais racional administração dos recursos públicos que, por serem parcos diante de problemas sociais de grande dimensão, exigem a realização de uma corajosa reforma tributária — a qual, no entanto, será de pouca utilidade enquanto a eficiência não constituir o critério número um da administração pública entre nós.



Um tribunal para julgar a discriminação

IREDE CARDOSO

Depois de um mês de reflexão, discussão, fêrlas para algumas, as feministas de São Paulo, mais uma vez, estão de parabéns. Desta vez a iniciativa é da operante Associação de Mulheres, cuja atuação é um marco dentro de nova história do feminismo em São Paulo. E, mais uma vez demonstrando que as mulheres estão aprendendo a ser cúmplices entre si, contam com a colaboração intensa da Sociedade Brasil-Mulher (SP) e do SOS-Mulher, duas entidades sobre as quais tudo o que for dito de bom ainda será pouco. Mas, agora a notícia: foi lançada e será solidamente discutida, a idéia da criação do Tribunal 8 de março. De modo geral, ela está sendo recebida pelos demais grupos feministas com muito entusiasmo. E esse tribunal, com o objetivo de coletar dados sobre a discriminação que existe contra a mulher, deverá ter um desdobramento de ordem prática, no estilo do SOS, mas voltado para outras áreas nas quais também a violência que se exerce contra a mulher, tem que ser enfrentada.

Nós esperamos, com uma torcida muito forte, que os grupos feministas deste Estado (e por que não, de outros?) ponham toda a sua capacidade de solidariedade em ação, para, mais uma vez, sacudir a dura realidade que enfrentamos em nosso dia-a-dia, especialmente as mulheres das camadas mais exploradas da população.

Dessa forma, teremos, finalmente, aquele elo de ligação que faz muita falta, entre o conhecimento e a ação concreta. As companheiras da Associação das Mulheres estão, pois, de parabéns. Vamos dar nossa contribuição, enviando sugestões a elas, para sua sede, na rua Cardeal Arcoverde, 2.109, Pinheiros, São Paulo e também pelo telefone 814-5753.

E já que estamos falando em solidariedade, não poderemos deixar de registrar nossa emoção e gratidão pelos inúmeros abaixo-assinados que têm chegado à redação, apoiando nosso movimento contra a ampliação da censura nos órgãos de comunicação, especialmente a TV, como fizeram, por outras opções, as senhoras de Santana.

Bom, as santanenses levaram meses colhendo cem mil assinaturas, que, pressurosas, entregaram ao ministro da Justiça. Nós iremos conseguir, quem sabe, muito mais, em menor período. Democracia só pode ser assim mesmo: não vamos permitir, se somos a maioria (e organizada) que um grupo nos determine o que devemos ou não ver na TV. Então, contra abaixo-assinados, abaixo-assinados. E do sr. ministro só exigiremos equanimidade.

Se a solidariedade é um fato, ela é resultado de uma enorme corrente que dia após dia, cresce no mundo inteiro. Entre os trabalhadores, entre os oprimidos, entre os negros, entre os marginalizados homossexuais, entre as mulheres. A Associação das Mulheres quer começar mais um movimento que reflete, de forma bem direta, iniciativas semelhantes em outros países do mundo. Essas companheiras enviaram documento relatando a história da criação do Tribunal 8 de Março na Itália:

"O ponto de partida da iniciativa do Tribunal 8 de Março registrou imediatamente uma aceitação entusiasta, um grande interesse: o dia da posse oficial do tribunal das mulheres na conferência-debate que aconteceu em Roma, em 6 de março de 1979, na sede da Federação Nacional da Imprensa, onde havia muitas mulheres: jornal, rádio e televisão falavam da iniciativa recém-nascida; de todas as partes vinham pedidos de notícias; queriam saber mais a respeito. Bom, a decolagem parecia perfeita; agora, nos espera um percurso difícil: antes de mais nada, de hoje até a primeira sessão do tribunal, que será no próximo outono, a coleta dos testemunhos-denúncia de muitos casos nos quais as mulheres tenham, de qualquer modo, sido violentadas. Não apenas na violação expressa pela lei que vigora em nosso País, mas também dos princípios que, sem serem codificados, emergiram na sociedade, graças à luta de tantos anos do movimento das mulheres". E, penso que muitos homens já sabem, agora, que não se trata apenas do movimento dos quadris, que também são muito bonitos.

A Itália é um país onde a tradição da luta das "donne" é muito grande. Ouvi muitas pessoas admiradas com a vitória da confirmação da lei que legaliza o abortamento, mesmo depois do atentado contra a vida do Papa. O importante é saber que, qualquer que seja a instituição, se ela se voltar contra a luta de libertação da mulher, seu destino fatal será o ostracismo e a decadência. A não ser que não se garanta a Democracia, problema que também depende muito das mulheres, uma vez que somos mais da metade da população. Daí a importância da solidariedade. Aprenderemos a conviver com nossas diferenças, nossas vaidades, nossas pequenas pretensões, nossa falta de humildade, nosso sentimento de competitividade, nosso modo de ser, de estar. Mas estamos aprendendo também a dar ênfase ao comum, ao maior, ao político. E esse é o caminho.

Mulheres fazem festas e unem reivindicações

CATARINA ARIMATEIA

O acesso é difícil. Mesmo assim, as chuvas que caíram sábado passado não impediram que mais de cinquenta mulheres se encontrassem na casa de Benedita Silva Custódio, no Jardim Ipanema, Zona Leste. Ela é a presidente do Grupo de Mulheres do Jardim Ipanema, o aniversariante daquele dia.

Segundo as suas integrantes, o Grupo surgiu com "o objetivo de unir e conscientizar as mulheres sobre questões relacionadas ao bairro e à sociedade em geral". Em apenas um ano de luta, depois de muitas idas e vindas à Prefeitura e à Secretaria da Saúde, já conseguiram um "orelhão", um posto de saúde, iluminação pública, em uma das ruas e uma caixa de correio.

Mas as reivindicações continuam. Atualmente, mobilizam-se para conseguir um grupo escolar, creche, asfalto na rua principal — quando chove, ela se torna intransitável — escadaria para facilitar o acesso à favela do bairro e, também, água e luz aos favelados.

"Queremos mostrar o quanto é importante o trabalho da mulher — disse Benedita — e estamos incentivando a organização, uma das principais razões desta festa."

Vários cartazes estavam espalhados pela casa de Benedita. Neles, lia-se: "Nós queremos valorizar a mulher", "Nós, unidas, venceremos", "Vamos continuar nossa luta". Uma luta que não é só delas: a presidente do Grupo de Mulheres do Jardim Eliane, Natalina Verde, também estava presente, apoiando as reivindicações do Grupo e "reforçando" os pedidos de melhoria para a região, uma das mais carentes da Capital.

Nas ruas do bairro, a miséria convive com a falta de saneamento básico. As águas dos esgotos servem de "lago" para as crianças brincarem, provocando verminose e outros tipos de doença. A falta de escadaria na favela faz com que aqueles que de lá saem para trabalhar, cheguem, depois de muitos tropeções, enlameados no serviço ou cobertos de poeira. A inexistência de escolas e creches permite aos menores "mais horas de lazer do que o necessário", provocando a delinquência infantil e impossibilitando as mães de trabalharem fora.

Por essas e outras, a luta prossegue. E a festa também. Os refrigerantes e salgadinhos foram logo consumidos. As mulheres presentes, espalhadas pelos corredores, sala e cozinha da casa de Benedita, falaram sobre seus filhos, os problemas enfrentados pela falta de atenção das autoridades para com o Jardim Ipanema, a necessidade urgente da construção de uma creche, a alta do custo de vida e, principalmente, sobre a necessidade da maior participação dos moradores do bairro — alguns já desiludidos de verem muitos pedidos não atendidos.

A desistência, porém, não é uma palavra considerada pelas integrantes do Grupo, que convocam todas as mulheres a participarem cada vez mais de suas reivindicações, como assinalou Benedita: "Queremos o mínimo necessário para sobreviver com dignidade. Em uma região pobre como a nossa, onde todos precisam trabalhar, a gente não tem com quem deixar nossos filhos. Não há escola, não há creche. Só o que existe são águas podres espalhadas pelas ruas e mosquitos. A falta de luz é, ainda, um problema grave. Já pensou nesse lugar no escuro, com tantos bandidos andando por aí?"

Todos pensaram e evidentemente, não gostaram da idéia. Semanalmente, há reuniões nas casas das participantes, nas quais se debate ainda, assuntos políticos, de economia brasileira a questões específicas sobre a mulher, como o aborto, a sexualidade, uso de anticoncepcionais, planejamento familiar e divisão de tarefas domésticas com o companheiro.

A partir do próximo dia 25, com o término previsto para 1.º de agosto, serão promovidas palestras para levar a uma conscientização maior: "conscientes, nós já estamos; mas é importante saber o que está acontecendo e como funciona a política, a economia, porque o custo de vida sobe tanto. Assim, a gente valer mais argumentos para discutir e pedir o que nós temos direito; a sexualidade também é muito importante debater. Algumas mulheres ficam grávidas e nem sabem porquê. Nem o nosso corpo conhecemos".

As reuniões, os debates e as reivindicações já fazem parte do dia a dia dessas mulheres do Jardim Ipanema, tanto quanto as carências relatadas.

Creche do Senac corre o risco de fechar as portas

A creche "Tetela Papa", do Serviço Nacional do Comércio (Senac) passa por maus momentos financeiros e, segundo alguns de seus funcionários, corre o risco de ter suas portas fechadas. Considerada modelo quanto ao atendimento, por várias mães, ela abriga atualmente 60 crianças até 4 anos, e tem assistência médica, recreadora que dirige as atividades infantis, psicóloga, nutricionista, pedagoga, assistente social e professora de educação física.

A creche foi criada como resultado de um movimento de funcionárias: em agosto do ano passado, Amin Aur, diretor regional do Senac do Estado de São Paulo, recebeu a visita inesperada de 17 funcionárias, todas grávidas. Elas reivindicavam a instalação de uma creche e Aur resolveu atendê-las. Para isso, alugou uma casa ampla, na rua Caio Prado, travessa da Consolação. "Foi um achado", diz Aur, "pois, além de outras vantagens, ficava perto do centro da cidade".

Depois de equipada, a "Tetela Papa" — nome sugerido pelas próprias funcionárias, para homenagear a mulher de José Papa Jr., presidente do Senac — começou a receber as crianças, que lá permanecem das 7h30 até às 19h30.

O berçário, hoje lotado, abriga 20 bebês de até 7 meses. Os maiores dividem-se em outras 4 salas. Do salários dos pais, é retirada uma pequena porcentagem para a manutenção do local e das crianças, que recebem 4 refeições por dia. Talvez, agora, essa porcentagem seja aumentada, por sugestão das próprias mães, que estão estudando alternativas para que a creche não seja fechada.

MÃES

"Essa creche é muito importante para nós, porque trabalhamos e não temos com quem deixar as crianças. Lá fora, é muito caro pagar um berçário e, às vezes, nem compensa trabalhar, se tivermos que pagar uma creche", diz Eliana Cássia Eduardo Fernandes, mãe de uma menina de 1 ano e 2 meses. Desde os 7 meses, a criança está na creche. Segundo Eliana, "o atendimento é excelente. É uma creche-modelo".

Assim como Eliana, outras mães estão lutando para que a creche não seja fechada e se dispõem, inclusive, a assumir algumas despesas e aumentar a mensalidade.

RECURSOS

Aur não acredita que a creche venha a fechar, mas reconhece o problema financeiro "geral, que afeta não só o Senac como também outras entidades mantidas por empresas, como Sesc, Sesi e Senai". Porém, acredita que reduções de despesas e maior apoio superarão o problema da unidade.

Essas dificuldades financeiras, vividas pelo Senac, não são recentes. De acordo com Aur, começaram a surgir em 1976, quando foi modificado — e diminuído — o percentual que as empresas pagavam para manter a entidade.

C.A.